



Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Universidade de Coimbra

*A solicitação da privacidade como metodologia
no 1.º Ciclo do Ensino Básico*

Dissertação de Mestrado em
Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores

Joana Margarida Freitas de Oliveira

Coimbra, 2012



Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Universidade de Coimbra

*A solicitação da privacidade como metodologia
no 1.º Ciclo do Ensino Básico*

Dissertação de Mestrado em *Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores*, apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e realizada sob orientação da Professora Doutora Maria Helena Lopes Damião da Silva.

Joana Margarida Freitas de Oliveira

Coimbra, 2012

*A todos vocês
que me acompanharam
na construção de mais esta etapa da minha vida.*

Ao longo da realização desta Dissertação, muitos foram os momentos de cansaço e de angústia, ainda assim, apesar do processo solitário, mais uma etapa foi concluída, e a felicidade venceu tudo isso, graças ao apoio de algumas pessoas, às quais quero deixar o meu sincero agradecimento, pois elas tornaram possível que chegasse até aqui.

À Professora Doutora Maria Helena Lopes Damião da Silva, pelo saber, competência e disponibilidade com que me apoiou.

Aos professores da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, que me acompanharam na parte curricular do Curso de Mestrado, pela contribuição na formação académica e incentivo na continuidade deste processo.

Aos Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico e aos Encarregados de Educação de Estabelecimentos de Ensino Público e Privado, assim como aos seus Diretores, pela colaboração neste trabalho, que o tornou possível.

À minha família pela compreensão e amor. Em especial aos meus pais que sempre me apoiaram e incentivaram a seguir, que estiveram sempre presentes. Ao meu irmão e à minha avó, pela confiança, pois sempre me fizeram acreditar que seria capaz.

Ao Paulo pela paciência e carinho sobretudo nos dias mais difíceis.

Índice

Introdução	13
Capítulo 1: Solicitação da privacidade como metodologia de aprendizagem	17
1.1. Enquadramento da aprendizagem contextualizada	18
1.2. A incursão na privacidade	20
1.3. Algumas questões que a solicitação da privacidade convoca	23
Capítulo 2: Solicitação da privacidade nas orientações curriculares	29
2.1. A privacidade nas orientações tutelares	30
2.2. Os manuais escolares como extensão das orientações tutelares	49
Capítulo 3: Estudos Empíricos	53
3.1. Objetivos da investigação	55
3.2. Instrumentos	57
3.3. Primeiro Estudo: Questionário	59
a) Procedimentos de recolha de dados	59
b) Amostras	60
c) Apuramento dos dados	63
3.4. Segundo Estudo: Entrevista	93
a) Procedimentos de recolha de dados	93
b) Amostras	93
c) Apuramento dos dados	96
3.5. Análise global dos dados e sua interpretação	121
Conclusões	129
Referências Bibliográficas	133
Anexos	137

Índice de figuras e quadros

Figura 1 - Apresentação esquemática dos objetivos da investigação	56
Quadro 1 - Objetivos gerais do Ensino Básico que se afiguram mais relevantes para a área de Estudo do Meio, In <i>Lei de Bases do Sistema Educativo</i> , 2005, Artigo 7	30
Quadro 2 - Princípios orientadores para o Ensino Básico que apelam para a contextualização das aprendizagens, In <i>Decreto-Lei n.º 6/2001</i> , Artigo 3.º	31
Quadro 3 - Matriz curricular do 1º Ciclo (<i>Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, Anexo</i>)	31
Quadro 4 - Destaque das competências gerais e transversais para o Ensino Básico mais relevantes para a contextualização das aprendizagens, In <i>Currículo Nacional do Ensino Básico 2001</i>	32
Quadro 5 - Destaque dos objetivos específicos das dimensões <i>pessoal</i> e de <i>cidadania</i> mais relevantes para a contextualização da aprendizagem, In <i>Organização Curricular e Programas</i> , 2004..	33
Quadro 6 - Destaque das competências específicas para a área curricular de Estudo do Meio, relacionadas com a contextualização das aprendizagens, In <i>Currículo Nacional para o Ensino Básico: Competências Essenciais</i> , 2001	42
Quadro 7 - Objetivos gerais para a área curricular de Estudo do Meio, relacionadas com a contextualização das aprendizagens (In <i>Organização Curricular e Programas</i> , 2004, 103-104)	42
Quadro 8 - Destaque dos Princípios Orientadores para a área curricular de Estudo do Meio mais relevantes para a contextualização da aprendizagem In <i>Organização Curricular e Programas</i> , 2004	43
Quadro 9 - A solicitação da privacidade no Bloco 1 “Á descoberta de si mesmo”, In <i>Organização Curricular e Programas</i> , 2004	45
Quadro 10 - A solicitação da privacidade no Bloco 2 “Á descoberta dos outros e das instituições” In <i>Organização Curricular e Programas</i> , 2004	47
Quadro 11 - A solicitação da privacidade no Bloco 4 “Á descoberta das inter-relações entre espaços”, In <i>Organização Curricular e Programas</i> , 2004	48
Quadro 12 - Estrutura do questionário/entrevista	58
Quadro 13 - Caracterização da amostra do primeiro estudo quanto ao sexo, idade, tempo de serviço, situação profissional e habilitação literária	61
Quadro 14 - Caracterização da amostra do primeiro estudo	62
Quadro 15 - Categorias e subcategorias de análise de respostas dos sujeitos	63
Quadro 16 - Atividade 1: “A minha casa”, passos, alternativas e contagem dos professores	64
Quadro 17 - Atividade 1: “A minha casa”, categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos professores	66
Quadro 18 - Atividade 1: “A minha casa”, passos, alternativas e contagem dos encarregados de educação	68
Quadro 19 - Atividade 1: “A minha casa”, categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos encarregados de educação	69
Quadro 20 - Atividade 2: “A minha família”, passos, alternativas e contagem dos professores ...	70
Quadro 21 - Atividade 2: “A minha família”, categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos professores	72
Quadro 22 - Atividade 2: “A minha família”, passos, alternativas e contagem dos encarregados de educação	74
Quadro 23 - Atividade 2: “A minha família”, categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos encarregados de educação	75
Quadro 24 - Atividade 3: “A minha saúde”, passos, alternativas e contagem dos professores	76
Quadro 25 - Atividade 3: “A minha saúde”, categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos professores	78
Quadro 26 - Atividade 3: “A minha saúde”, passos, alternativas e contagem dos encarregados de educação	79
Quadro 27 - Atividade 3: “A minha saúde”, categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos encarregados de educação	81
Quadro 28 - Atividade 4: “O meu corpo”, passos, alternativas e contagem dos professores	82

Quadro 29- Atividade 4: “O meu corpo”, categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos professores	84
Quadro 30- Atividade 4: “O meu corpo”, passos, alternativas e contagem dos encarregados de educação	85
Quadro 31- Atividade 4: “O meu corpo”, Categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos encarregados de educação	86
Quadro 32 - Atividade 5: “Os meus sentimentos”, passos, alternativas e contagem dos professores	87
Quadro 33- Atividade 5: “Os meus sentimentos”, Categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos professores	89
Quadro 34- Atividade 5: “Os meus sentimentos”, passos, alternativas e contagem dos encarregados de educação	90
Quadro 35- Atividade 5: “Os meus sentimentos”, categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos encarregados de educação	92
Quadro 36- Caraterização da amostra do segundo estudo quanto ao sexo, idade, tempo de serviço, situação profissional e habilitação literária	94
Quadro 37- Caraterização da amostra do segundo estudo quanto ao sexo, idade e habilitação literária	95
Quadro 38- Atividade 1: “A minha casa”, passos, alternativas e contagem dos professores	97
Quadro 39- Atividade 1: “A minha casa”, categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos professores	98
Quadro 40- Atividade 1: “A minha casa”, passos, alternativas e contagem dos encarregados de educação	99
Quadro 41- Atividade 1: “A minha casa”, categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos encarregados de educação	100
Quadro 42- Atividade 2: “A minha família”, passos, alternativas e contagem dos professores	102
Quadro 43- Atividade 2: “A minha família”, categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos professores	103
Quadro 44- Atividade 2: “A minha família”, passos, alternativas e contagem dos encarregados de educação	104
Quadro 45- Atividade 2: “A minha família”, Categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos encarregados de educação	106
Quadro 46- Atividade 3: “A minha saúde”, passos, alternativas e contagem dos professores	107
Quadro 47- Atividade 3: “A minha saúde”, categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos professores	108
Quadro 48- Atividade 3: “A minha saúde”, passos, alternativas e contagem dos encarregados de educação	109
Quadro 49- Atividade 3: “A minha saúde”, categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos encarregados de educação	110
Quadro 50- Atividade 4: “O meu corpo”, passos, alternativas e contagem dos professores	112
Quadro 51- Atividade 4: “O meu corpo”, categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos professores	113
Quadro 52- Atividade 4: “O meu corpo”, passos, alternativas e contagem dos encarregados de educação	114
Quadro 53- Atividade 4: “O meu corpo”, categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos encarregados de educação	115
Quadro 54- Atividade 5: “Os meus sentimentos”, passos, alternativas e contagem dos professores	117
Quadro 55- Atividade 5: “Os meus sentimentos”, categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos professores	118
Quadro 56- Atividade 5: “Os meus sentimentos”, passos, alternativas e contagem dos encarregados de educação	119
Quadro 57- Atividade 5: “Os meus sentimentos”, categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos encarregados de educação	120

Resumo

A contextualização da aprendizagem nas vivências pessoais, familiares, sociais e culturais dos alunos decorre da convergência de diversos quadros teóricos, emergentes sobretudo depois da segunda metade do século XX e que tem sido transposta para o currículo bem como para os manuais escolares. Trata-se duma abordagem pedagógica que, podendo solicitar a privacidade, nos deve interrogar sobre a sua razoabilidade e compatibilidade com os direitos fundamentais das crianças.

Essa discussão constitui o centro do presente trabalho, no qual, em termos empíricos, se procurou verificar a presença de tal abordagem em documentos normativo-legais e curriculares que orientam o ensino na área disciplinar de Estudo do Meio, bem como auscultar professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico e encarregados de educação de escolas de ensino público e privado, sobre atividades pedagógicas concretas que a ela recorrem. Para tanto, realizámos dois estudos, o primeiro apoiado em questionário e o segundo em entrevista, cujos dados foram tratados com recurso à técnica de análise de conteúdo, tendo os resultados demonstrado que ambos os grupos de sujeitos concordam com a recolha de dados relativos aos alunos, desde que os mesmos sejam mantidos na sala de aula, não devendo, porém, ser divulgados para o exterior.

Palavras chave: Contextualização da aprendizagem; Privacidade; Orientações Curriculares; Estudo do Meio; 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Abstract

The contextualization of learning in personal, family, social and cultural experiences of students stems from the convergence of several theoretical frameworks emerging especially after the second half of the twentieth century and has been incorporated into the curriculum as well as textbooks. This is a pedagogical approach that may require privacy and that must lead us to question its reasonableness and compatibility with fundamental rights of children.

This discussion is the focus of this work in which in empirical terms one tried to verify the presence of such an approach in normative legal documents that guide the curriculum and teaching in the subject area of Environmental Studies as well as by auscultating teachers of the First Cycle of Basic Education and parents of public and private schools about pedagogical activities that use it. In order to do this, two studies were carried out. The first one supported by a questionnaire and the second one by an interview and data were processed using the technique of content analysis. The results showed that both groups of subjects agree with the collection of data on students provided they are kept in the classroom and must not be disclosed to the outside.

Keywords: Context of learning; Privacy; Curriculum Guidelines, Environmental Studies, First Cycle of Basic Education.

“(...) o professor deve proporcionar aos alunos oportunidades de se envolverem em aprendizagens significativas – (...) que partam do experiencialmente vivido e do conhecimento pessoalmente estruturado (...)”.

Currículo Nacional do Ensino Básico, 2001, 76.

“(...) o que aprendem realmente os alunos quando o ensino (...) incide na exploração das suas vivências individuais e colectivas, ainda que estas sejam devidamente localizadas na vida da turma, da escola e da comunidade?”

Maria Helena Damião, 2003, 173.

A dissertação que apresentamos e que intitulamos *A solicitação da privacidade como metodologia no 1.º Ciclo do Ensino Básico* foi desenvolvida no âmbito do Mestrado em Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e realizada sob a orientação da Professora Doutora Maria Helena Lopes Damião da Silva.

A contextualização das aprendizagens surgiu com a principal finalidade de centrar os conhecimentos e saberes transmitidos pela escola no concreto, no quotidiano e nas experiências individuais e pessoais dos alunos, com o objetivo de adequar o que se ensina ao contexto social e cultural dos educandos.

Conscientes de que, nos discursos académicos e políticos sobre a educação escolar o procedimento metodológico da contextualização das aprendizagens nas vivências reais dos sujeitos é sobejamente valorizado, consideramos pertinente discutir e refletir, sob o ponto de vista ético e deontológico, sobre a contextualização das atividades na esfera privada.

Os argumentos que justificam esta valorização das aprendizagens contextualizadas são diversos. Centram-se na ideia de que o envolvimento das crianças em tarefas que impliquem o contacto com a realidade quotidiana, proporcionará a aquisição de

competências fundamentais para a sua integração social e para o seu desenvolvimento pessoal, proporcionando igualdade de oportunidades, atendendo aos diversos meios sociais e culturais e adequando os saberes às necessidades da vida profissional (Festas, no prelo).

Na dissertação que agora apresentamos, centramo-nos na solicitação da privacidade como metodologia de aprendizagem, no 1º Ciclo do Ensino Básico, especificamente na área curricular disciplinar de Estudo do Meio.

No Estudo do Meio, o professor deverá proporcionar aos alunos oportunidades de partirem “das suas percepções, vivências e representações” portanto do “experencialmente vivido” para um conhecimento e uma atuação mais conscientes no seu meio circundante. Assim, o professor deve, juntamente com os discentes, “contextualizar essas e outras experiências”, ou seja referenciá-las ao meio envolvente, à vida, ao raio de ação e universo afetivo e subjetivo do aluno de forma a que estas experiências adquiram significado e validade, proporcionando “aprendizagens significativas” (Currículo Nacional do Ensino Básico, 2001, 75 e 76).

Deste modo, podemos inferir que o Estudo do Meio é entendido, nos documentos tutelares, como uma área que privilegia a contextualização das aprendizagens, opção pedagógica que, eventualmente, se reflete nas atividades propostas pelos manuais escolares e, em sequência, nas conceções dos professores.

Ao longo da nossa prática pedagógica, como docente do 1.º Ciclo do Ensino Básico, temos vindo a constatar que a contextualização dos conhecimentos escolares, na vida privada dos alunos, tem assumido um carácter indiscutível como prática docente comumente aceite e que “ocupa grande relevância no atual panorama educativo.” (Festas, no prelo). Esta prática pressupõe que os conhecimentos abstratos sejam referenciados na vida e na história pessoal e familiar do aluno.

Contudo, pretendemos verificar o lugar que a solicitação da privacidade como metodologia de aprendizagem ocupa nos documentos normativos-legais, curriculares e programáticos e em atividades preconizadas nos manuais escolares.

Por fim, proveniente da nossa ideia, visualizada ao longo da prática pedagógica, da forte tendência para a solicitação da privacidade como metodologia de aprendizagem, ilustrativa pelas atividades realizadas em diversas salas de aula, tais como, cartazes com fotografias da família, plantas da sua casa, entre outras, pretendemos conhecer a opinião

que pessoas ligadas à educação têm dessas atividades, nomeadamente professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Encarregados de Educação de estabelecimentos de ensino públicos e privados, que envolvem questões da vida privada, pessoal e familiar dos alunos.

Assim a dissertação, em termos de estrutura, comporta três capítulos.

No primeiro capítulo, *Solicitação da privacidade como metodologia de aprendizagem*, faremos o enquadramento da aprendizagem contextualizada, assim como tentaremos perceber o significado da noção de contextualização da aprendizagem como metodologia de aprendizagem no 1.º Ciclo do Ensino Básico, sobretudo quando envolve aspetos relacionados com a privacidade e a intimidade das crianças e das suas famílias. Daremos ênfase às questões de ordem epistemológica, ética, psicológica e pedagógica que a solicitação da privacidade como metodologia de aprendizagem convoca.

No segundo capítulo, *Solicitação da privacidade nas orientações curriculares*, analisámos as orientações curriculares que dizem respeito ao ensino da área curricular disciplinar de Estudo do Meio inscrita no plano de estudos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, nomeadamente a Lei de Bases do Sistema Educativo, o Decreto-Lei nº 6/2001, o Currículo Nacional do Ensino Básico: Competências Essenciais, a Organização Curricular e Programas, as Metas de Aprendizagem para a área disciplinar de Estudo do Meio e os Manuais Escolares da área disciplinar de Estudo do Meio, com a finalidade de verificar se essas orientações, curriculares e programáticas, preconizam, coerente e consistentemente, uma prática pedagógica assente na contextualização das aprendizagens, e na solicitação da privacidade como estratégia pedagógica.

No terceiro capítulo, *Estudos Empíricos*, descrevemos a investigação de campo que realizámos, começando por definir os seus objetivos, apresentamos o instrumento que construímos e o procedimento que seguimos, a mostra que selecionámos, explicando, ainda, a estratégia que adotámos para tratar os dados recolhidos, evidenciando as informações que conseguimos apurar, as quais nos parecem ser de grande interesse.

Seguem-se as *Conclusões*, onde discutimos essas informações e apresentámos uma reflexão final acerca das mesmas, tendo como suporte o enquadramento teórico realizado. Notamos algumas limitações dos estudos e assinalamos orientações para outras investigações.

Capítulo 1

Solicitação da privacidade como metodologia de aprendizagem

“A instrução é necessária para que a sociedade possa progredir e oferecer mais oportunidades de aceder à liberdade e de um maior número de pessoas dela fazer uso. Só a instrução pode dar a experiência da verdade objectiva, o respeito pela universalidade dos direitos, dos deveres e dos valores (...).”

Eric Weil, 2000, 68.

“(...) a distinção entre esfera pública e esfera privada (...) equivale à diferença entre o que deve ser exibido e o que deve ser ocultado.”

Hannah Arendt, 2001 (original 1958), 55.

“(...) o adjetivo privado, num sentido mais lato, conduz à ideia de familiaridade, associando-se a um conjunto construído em torno da ideia de família, de casa, de interior.”

Philippe Ariés, 1990, 19.

As orientações para a aprendizagem presentes nos documentos normativo-legais e curriculares assentam em grande medida na ideia da contextualização. Teremos oportunidade de explicar esta afirmação no capítulo seguinte, respeitante à área curricular disciplinar de Estudo do Meio, do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Segundo Festas (no prelo) contextualizar a aprendizagem significa adequar o que se ensina na escola ao contexto social e cultural dos alunos, sendo que os conhecimentos gerais e abstratos tendem a ser substituídos por conhecimentos específicos e concretos. Isto com a intenção de os alunos adquirirem saberes úteis, necessários à vida do dia-a-dia, e, se possível, aplicáveis ao seu quotidiano.

Trata-se de uma opção diferente da que a escola dita tradicional, nomeadamente, a escola iluminista propunha: a igualdade de saberes que todos os alunos, independentemente da sua origem social, económica e cultural, deveriam adquirir no sentido da igualdade de oportunidades e da liberdade.

A opção pela contextualização também se afasta da perspetiva behaviorista de ensino que teve muita importância nas orientações para a organização curricular centrada na ideia de que todos os alunos deveriam atingir certos objetivos pré-estabelecidos, ainda que ao seu ritmo de aprendizagem.

Assim importa esclarecer melhor o que significa aprendizagem contextualizada e questionar as suas eventuais consequências numa certa incursão no espaço da privacidade dos alunos, com as interrogações éticas, psicológicas e pedagógicas que daí advirão.

1.1. Enquadramento da aprendizagem contextualizada

Alguns suportes teóricos, oriundos de diversas correntes pedagógicas, fundamentam a ideia de que a aprendizagem deve partir de conhecimentos contextualizados e concretos, pelo que, a escola deve adequar o que ensina ao *ethos* social, económico e cultural dos seus alunos.

Segundo Festas (no prelo) esses suportes teóricos, que têm ocupado grande parte dos discursos pedagógicos, desde as décadas de 60 e 70 do século XX, encontram-se ligados à Sociologia e à Filosofia da Educação, traduzindo-se, por exemplo, na Pedagogia Crítica (Giroux, 1997, 1998), e em teorias da aprendizagem, como a da Aprendizagem Situada (Brown, Collins & Duguid, 1989; Lave & Wenger, 1991). Em conjunto justificam um ensino centrado na cultura quotidiana e informal, bem como nos conhecimentos relativos a situações específicas.

O tipo de conhecimento ministrado na escola foi considerado, segundo Young (1971), um dos fatores de exclusão social. Deste modo, é com o aparecimento das correntes pedagógicas pós-modernas que surgem as críticas ao conhecimento universal transmitido na escola e, conseqüentemente, a necessidade de mudar as práticas pedagó-

gicas. Assim, em alternativa a um saber “descontextualizado” e “abstrato”, surge um conhecimento centrado no concreto, no local, no quotidiano e na experiência dos alunos (Festas, no prelo).

É isso que advoga Giroux quando realça o papel que a escola tem na promoção da justiça social, da liberdade do pluralismo cultural através das experiências individuais dos alunos. A escola, na sua perspectiva, deveria “ensinar aos estudantes a pensar criticamente, a aprenderem como afirmar as suas próprias experiências e a compreenderem a necessidade de lutarem individual e colectivamente por uma sociedade mais justa” (Giroux, 1997, 41, citado por Festas, no prelo).

Apela, portanto, à necessidade de se incluírem na escola formas de conhecimento ligadas à prática, populares, locais e relacionados com o quotidiano dos estudantes, os quais facilitarão a leitura e expressão crítica das relações de poder instaladas na sociedade. Será através da manifestação dos saberes relacionados com a sua própria história pessoal que os estudantes tomarão, mais facilmente, consciência das relações de força e de dominação existentes na sociedade.

Para além de todas as alterações na dinâmica do processo de ensino e de aprendizagem relacionadas com o que a escola ensina, também o como ensina sofre alterações. O papel dos professores deixa de ser o de transmissor de um conhecimento considerado científico, artístico, literário, filosófico anterior e exterior ao quotidiano dos seus educandos para ser de facilitador da expressão dos alunos, dos seus conhecimentos e das suas experiências.

Esta ideia não é propriamente inovadora, sendo muito vincada pelos mentores da Educação Nova. Por exemplo, Decroly, considerava que a escola deveria “preparar a criança para a vida, pela vida”; Claparède considerava que a escola deveria ser “para a criança, e não mais a criança para a escola”; e Dewey acreditava “que a vida social da criança é a base ou a correlação de toda a sua formação ou do seu crescimento” (Araújo, 2004, 108).

Pela importância de que se reveste para a nossa temática, vamos dar atenção à linha de pensamento psicopedagógico acima enunciada que considera que o ensino deve partir de situações com significado para quem está a aprender, o que, por sua vez, reme-

te para a necessidade de levar o sujeito a construir o seu próprio conhecimento, inserido no seu contexto (social e emocional) (Lave, 1993, referido por Festas, no prelo, Bidarra e Festas, 2005).

É colocada a tónica na “produção de trabalhos concebidos pelos próprios alunos”, resultantes das suas curiosidades e expressões localmente enquadradas, de preferência de carácter inter-disciplinar, com vista à compreensão do todo social e à sua plena integração nele, tanto no presente como no futuro. Deste modo, cabe ao professor “apoiar os alunos na descoberta de diversas formas de organização da sua aprendizagem em interação com os outros”, “criar espaços e tempos de intervenção livre dos alunos”, assim como “prever a realização de tarefas por iniciativa deles” (Bidarra, Festas & Damião, 2007).

Assim, entende-se por aprendizagem contextualizada a que procura rentabilizar as potencialidades que o “meio envolvente” e a “vida real”, na sua complexidade e autenticidade, proporcionam, valorizando as culturas de proveniência dos alunos, as “comunidades em que se inserem” e os diferentes tipos de linguagem que lhe estão associados (Bidarra, Festas & Damião, 2007).

A influência desta concetualização, de teor construtivista, tem conduzido a uma larga adoção de princípios e estratégias no domínio da educação (Festas, 1998), inspirando as orientações nos vários níveis de ensino e da formação de professores (Bidarra & Festas, 2005). No entanto, essa influência deve ser questionada (Bidarra & Festas, 2005), nomeadamente em termos da interferência que pode ter na privacidade dos alunos e das suas famílias, podendo, porém, levantar questões de ordem ética, aspeto que trataremos de seguida.

1.2. A incursão na privacidade

Acabámos de verificar que a contextualização da aprendizagem surgiu com a principal finalidade de centrar os conhecimentos escolares no quotidiano e nas experiências individuais dos alunos, com o objetivo de adequar o que se ensina ao seu con-

texto social e cultural. Percebemos, igualmente, através de diversas autoras (Festas, no prelo e Bidarra, Festas & Damião, 2007) que as orientações curriculares para o ensino básico em Portugal têm tido uma forte inspiração construtivista. Ora, podemos perguntar se não estaremos num caminho que solicita com frequência ao aluno para se situar no seu espaço privado de vida.

Assim, neste tópico, procuraremos clarificar o sentido de privacidade, fazendo um paralelismo com a dimensão pública.

Começamos por explorar a perspetiva de Hannah Arendt a este respeito, que considera a existência de uma “divisão decisiva” entre público e privado. Isto é, entre as atividades suscetíveis de serem mostradas em público e as que são suscetíveis de ficar escondidas na privacidade (Arendt, 1974, referida por Martins, 2005). Para esta filósofa, público e privado estabelecem, na modernidade, uma relação de interdependência.

Antes da idade moderna, a privacidade, o lugar protegido e escondido do domínio público, era essencial para a admissão às mais elevadas possibilidades da existência humana alcançáveis no plano político, porque não ter um lugar privado no mundo equivalia a deixar de ser humano (Arendt, 2001).

Assim, no seu livro *A condição Humana*, Arendt (2001, original de 1958, 64) explica que “que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível”. Em consonância, “público” significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele, ou seja, distingue-se do nosso lugar privado nele. “A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros”.

Em contrapartida, o privado, além de se definir como esfera da satisfação de necessidades e carências, descobre-se como “espaço” de realização artística e intelectual, de contemplação e reflexão. “Ser privado da realidade que advém do facto de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação «objetiva» com eles, decorrente do facto de se ligar e separar deles através de um mundo do comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privacidade

reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e portanto é como se não existisse” (Arendt, 2001, 73 e 74).

De igual modo, para os historiadores Ariés e Duby o privado é entendido como “uma área particular, claramente delimitada, destinada a esta parte da existência denominada privada por todas as linguagens, uma zona de imunidade reservada ao refúgio, ao recolhimento, onde cada um pode depor as armas e as defesas com as quais convém estar munido quando se arrisca no espaço público, onde se pode repousar, onde se fica à vontade, em négligé, livre da carapaça de ostentação que no exterior assegura protecção. Este é, o lugar da familiaridade. Do doméstico. Também o do segredo. No privado encontra-se guardado o que se possui de mais precioso, que só a nós pertence, que não diz respeito a mais ninguém, que é proibido divulgar, mostrar, porque é muito diferente das aparências que a honra exige salvar em público” (Ariés & Duby, 1990, 11).

À luz das abordagens filosófica e histórica, podemos afirmar que a supressão da diferença entre o que é público e o que é privado, pode ter consequências no desenvolvimento das crianças, dado que estas necessitam de um espaço de segurança individualizador. Mas será que os educadores estão conscientes disso?

Com base num estudo efetuado por Moleiro (2011), no qual foram analisados manuais escolares da área disciplinar de Estudo do Meio do 1.º Ciclo do Ensino Básico, com o objetivo de verificar a presença de atividades contextualizadas na esfera pública e privada, podemos afirmar que não. De facto, muitas foram as atividades de aprendizagem que solicitavam os alunos a falar em sala de aula sobre os pensamentos, sentimentos e experiências respeitantes ao que acontece e é característico da comunidade social, familiar e da sua própria vida: a inquirição sobre o quotidiano, os tempos livres, os gostos, hábitos e preferências, o estado de saúde o estatuto profissional dos pais, a história pessoal, o seu espaço habitacional são exemplos disso mesmo.

Vejam algumas questões que essa estratégia levanta, até porque o relevo dado à aprendizagem situada e à contextualização manifestando-se através da solicitação de

aspectos da vida pública dos alunos, depressa passou para o domínio do privado e do íntimo (Damião, 2011a).

1.3 Algumas questões que a solicitação da privacidade convoca

Do que atrás dissemos pode deduzir-se que as vivências dos alunos podem ser encaradas sob duas dimensões: a pública (atividades contextualizadas no “socialmente partilhado”) e a privada (atividades contextualizadas no “experencialmente vivido”).

Ainda que seja o primeiro ponto de vista (público), entendido como o que deve ser invocado no plano da educação escolar, e não o segundo (privado), podemos constatar que, nos vários documentos curriculares (normativo-legais, currículos, programas e manuais) analisados, o segundo ponto de vista, o apelo a aspetos relacionados com a vida pessoal e familiar do aluno (privado) está bem presente.

Também ao longo da nossa prática como professora e com base em reflexões sobre investigações recentemente realizadas (Damião, 2003; Festas, no prelo; Bidarra et al, 2007; Moleiro, 2011), apercebemo-nos que o apelo a aspetos da vida pessoal e familiar dos alunos é operacionalizada pelos professores nas salas de aula, sem que os encarregados de educação se oponham de modo substancial.

Deste modo, aparece-nos, numa primeira abordagem, que têm sido amplamente assumidas as indicações da tutela para que os alunos se debrucem e pronunciem, junto de colegas e professor, sobre “as suas experiências vividas”, apelando direta e despudoradamente a aspetos vivenciais que envolvem privacidade e intimidade (Damião, 2003).

Também verificamos que os documentos de planificação e fichas de avaliação realizados ao nível da escola estão repletos de intenções e recomendações para que se recorra às experiências dos alunos, à autenticidade do seu dia-a-dia, ao seu contexto social e afetivo, à sua realidade concreta e imediata, às relações interpessoais em seu redor, aos seus testemunhos sinceros, aos seus sentimentos. Isto dando sequência ao constante nos manuais escolares, tendo em conta que estes seguem as diretrizes da tutela

e que, por sua vez, são eles que orientam o ensino, servindo de apoio à planificação e condução das aulas, pelos professores (Damião, 2009).

Verificamos, pois, como refere Damião (2011a) que é solicitado de modo recorrente à criança que partilhe com os pares acontecimentos marcantes da família, o que faz com ela no fim-de-semana, como é o seu corpo, que tipo de alimentação e higiene tem, que sistematize a sua árvore genealógica com fotografias, entre outras atividades que envolvem aspetos pessoais e familiares da vida de cada criança. Além disso, verificamos a exposição de trabalhos realizados pelos alunos, relacionados com assuntos como o que fazem, o que pensam, o que sentem, e até mesmo a exposição da opinião acerca do modo de estar e de ser de pessoas que lhe são próximas. Isto é, a criança, além de ser conduzida a falar de si em plena sala de aula, é, também, conduzida a falar dos outros (Damião, 2011a).

Nesse sentido, entendida a contextualização pode levantar não só problemas de desenvolvimento de competências abstratas e de restrição do conhecimento a adquirir, põe em causa direitos fundamentais, mas também problemas de ordem psicológica.

Assim, e se referente à solicitação e exploração de pensamentos, sentimentos, experiências do foro pessoal e familiar, atuações e vivências dos alunos respeitantes a esferas não escolares e que só a eles digam respeito, para além de ser irrelevante para a concretização das aprendizagens formais, pode prejudicar a relação interpessoal e levantar questões éticas e morais. São exemplos desta categoria: *história de vida* (nascimento, desenvolvimento, saúde, acontecimentos importantes...); *família* (composição, relacionamentos, saúde, acontecimentos marcantes...); *casa* (localização, tipo, recheio, divisões, equipamentos, condições...); *preferências* (filmes, desporto, tempos livres, amigos...); *hábitos* (de higiene, de alimentação,...) (Damião, 2003).

Tal abordagem mostra-se particularmente desadequada quando invoca problemas graves de ordem familiar, económica, de saúde, de justiça, ou outros. Colocando-os perante situações constrangedoras, evitáveis, no processo de ensino e aprendizagem.

Paralelamente, pergunta Damião (2003), as abordagens metodológicas que apelam às experiências de vida dos alunos fazem-nos adquirir mais e melhores competências sendo o ensino direcionado para as vivências do seu quotidiano afetivo e relacional? Será que os alunos aprendem mais e melhor quando, no processo de ensino e aprendizagem, são invocados aspetos relacionados com a sua vida pessoal? A verdade é que não sabemos, logo a solicitação a essa abordagem é de carácter ideológico (Damião, 2011a). Por isto é razoável que se opte por atividades que, em vez de se reportarem a vivências privadas incidam em aspetos públicos, de modo a que os alunos mantenham e sejam ensinados a manter o seu núcleo de privacidade. Por outro lado, não se corre o risco de os pôr em situações delicadas sob o ponto de vista pessoal, da desigualdade social ou outras. Pois, todos temos o direito à vida privada e íntima, direito este que além de dever ser respeitado na escola, deve ser claramente veiculado por esta instituição (Damião, 2011b).

Refere ainda esta autora que um dos grandes objetivos da educação escolar é proporcionar aos alunos novos horizontes e realidades diferentes daquelas em que quotidianamente se movimentam, de modo que possam vir a fazer escolhas pessoais e sociais, com uma consciência abrangente do seu lugar no mundo (Damião, 2003).

Assim, a escola deverá ser a instituição que se interpõe entre o domínio privado do lar e o mundo, de forma a tornar possível a transição de um para outro. Não esquecendo que a escola deverá ter consciência de que a criança tem necessidade de ser protegida contra o mundo (Arendt, 2000). Quando exposta ao mundo sem a proteção da intimidade e da segurança privada, a qualidade vital da criança fica comprometida.

Assim sendo e atendendo a que a escola está inserida numa sociedade em que o privado e o público se misturam diariamente, através dos *reality shows* da televisão, das redes sociais, da *internet*, da publicidade, entre outros, consideramos que deverá existir um cuidado redobrado face às solicitações dessa mesma sociedade dita mediática, onde os *media* penetram todas as dimensões, a economia, a política, a educação, mas também os valores, as atitudes, os costumes e os hábitos (Reis, 2008). É preciso pensar que faz parte do papel da escola salvaguardar as suas crianças no que diz respeito à partilha, ao apelo e à exposição de aspetos privados da sua vida e da vida das suas famílias, pois a

reflexão sobre o ensino que queremos ou que recusamos, obriga-nos, também, a meditar sobre a qualidade da própria cultura em que hoje nos inserimos (Savater, 1997).

Em sequência, consideramos pertinente salientar alguns documentos legais que salvaguardam as crianças no que diz respeito à atual “intromissão” na sua vida pessoal e privada. Salientamos, assim, a *Convenção sobre os direitos da criança* (Assembleia das Nações Unidas, 1959, adotada por Portugal, 1989), que no artigo 16.º (privacidade, honra e reputação) é explícita, no qual podemos ler que “nenhuma criança pode ser sujeita a intromissões arbitrárias ou ilegais na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou correspondência, nem a ofensas ilegais à sua honra e reputação. A criança tem o direito à protecção da lei contra tais intromissões ou ofensas”.

No mesmo sentido, destacamos a Lei da protecção de crianças e jovens em risco - *Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro* - que assegura que a “promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem” “deve ser efectuada no respeito pela intimidade” (artigo 4º).

Também a Lei de protecção de dados pessoais – *Lei n.º 67/98 de 26 de Outubro* – no artigo 2.º (Princípio geral), assegura que “o tratamento de dados pessoais deve processar-se de forma transparente e no estrito respeito pela reserva da vida privada, bem como pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais”.

Neste sentido é de referir também a *Deliberação n.º 57/2004* que surgiu, especialmente, para dar resposta à exagerada informação privada, cedida pelos centros de saúde (informação sobre doenças que as crianças têm ou tenham tido, assim como os seus pais) às escolas.

Igualmente o documento *Promoção dos Direitos das Crianças: Guia de Orientações para os profissionais da acção social na abordagem de situações de perigo*, assinado pelo Presidente da Comissão de Protecção das Crianças e Jovens em Perigo e pelo Presidente do Instituto de Segurança Social, o qual termina com uma frase importantíssima e que, sob o nosso ponto de vista é, fortemente, colocada de parte no atual sistema educativo: “mais uma vez o que a norma pretende proteger é a privacidade, a intimidade, o direito à reserva da vida privada da criança e da sua família” (s/d, 236).

Concluimos este capítulo, destacando que no atual sistema educativo se manifesta uma acentuada intromissão na privacidade e na intimidade das crianças e das suas famílias, verificando-se isso mesmo em vários procedimentos e materiais didáticos (Damião,

2011b). Desrespeita-se uma norma tão básica como é a proteção da privacidade, da intimidade do direito à reserva da vida privada da criança e da sua família, consagrada no plano legal. E isto num sítio que, por ser de referência moral e ética – a escola – não deveria acontecer (Damião, 2012).

Capítulo 2

Solicitação da privacidade nas orientações curriculares

“O conhecimento do Meio pode ter origem em inquietações de carácter pessoal ou social e constrói-se a partir da vivência, pelos alunos, de experiências de aprendizagem que envolvam a resolução de problemas, a concepção e o desenvolvimento de projectos e a realização de actividades investigativas.”

Currículo Nacional do Ensino Básico, 2001, 78.

“Todas as crianças possuem um conjunto de experiências e saberes que foram acumulando ao longo da sua vida, no contacto com o meio que as rodeia. Cabe à escola valorizar, reforçar, ampliar e iniciar a sistematização dessas experiências e saberes, de modo a permitir, aos alunos, a realização de aprendizagens posteriores mais complexas.”

Organização Curricular e Programas, 2004, 101.

Neste segundo capítulo, faremos uma breve referência às orientações curriculares que dizem respeito ao ensino da área curricular disciplinar de Estudo do Meio inscrita no plano de estudos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, as quais se dispersam por diversos documentos normativo-legais, curriculares e programáticos, a saber: Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 49/2005, de 30 de Agosto), Decreto-Lei nº 6/2001, de 18 de Janeiro, Currículo Nacional do Ensino Básico: Competências Essenciais (2001), Organização Curricular e Programas (2004), Metas de Aprendizagem para a área disciplinar de Estudo do Meio (2010) e Manuais escolares da área disciplinar de Estudo do Meio.

Isto com a finalidade de verificar com detalhe o que sugerimos no 1.º capítulo: se essas orientações preconizam, coerente e consistentemente, uma prática pedagógica assente na contextualização das aprendizagens, e na solicitação da privacidade como estratégia pedagógica.

2.1. A privacidade nas orientações tutelares

No quadro de uma formação universal, o Ensino Básico é destinado a todos os indivíduos e é considerado como a etapa de escolaridade que permite concretizar o princípio democrático da sua preparação e intervenção útil e responsável na sociedade, promovendo, deste modo, a sua realização como cidadãos.

Este princípio está consagrado na **Lei de Bases do Sistema Educativo** (Lei nº 49/2005, 30 de Agosto), sendo que, para se concretizar, é estabelecido um conjunto de objetivos gerais, dos quais destacamos, no quadro que se segue, os que se nos afiguram ser mais relevantes para o Estudo do Meio (artigo 7.º) (cf. Quadro 1)

Quadro 1 – Objetivos gerais do Ensino Básico que se afiguram mais relevantes para a área de Estudo do Meio (*Lei de Bases do Sistema Educativo*, 2005, Artigo 7)

<p>“a) Assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória, espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social;</p> <p>b) Assegurar que, nesta formação, sejam equilibradamente inter-relacionados o saber e o saber-fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano.”</p>
--

A análise das alíneas da referida Lei que foram selecionadas denota, uma orientação preconizadora de aprendizagens contextualizadas; neste sentido, “uma formação que inter-relaciona equilibradamente o saber e o saber-fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano” pressupõem que a escola insira no seu ensino a atualização de assuntos relacionados com a vida da comunidade para que os alunos inter-relacionem o saber escolar com o saber prático e quotidiano dela decorrentes.

Deste modo, partilha-se uma perspetiva que entende que os conhecimentos escolares não devem isolar o aprendiz da sua comunidade, pois os conhecimentos que mais ganham sentido são os que envolvem o sujeito, por referência à sua realidade social.

Parece, pois, haver uma tendência pedagógica que privilegiando a inter-ação com toda a “realidade circundante” do aluno decide-se pela contextualização do saber escolar a adquirir nos conhecimentos quotidianos ou seja pela contextualização da “cultura escolar na cultura do quotidiano”.

O **Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro**, sistematiza a Reorganização Curricular do Ensino Básico e estabelece os princípios orientadores que devem guiar as opções curriculares tomadas nas escolas, pelos professores, os quais se reproduzem no seguinte quadro (cf. Quadro 2).

Quadro 2 - Princípios orientadores para o Ensino Básico que apelam para a contextualização das aprendizagens (*Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, Artigo 3.º*)

“c) Existência de áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, visando a realização de aprendizagens significativas e a formação integral dos alunos, através da articulação e da **contextualização dos saberes**;

d) Integração, com carácter transversal, da educação para a cidadania em todas as áreas curriculares;

g) Reconhecimento da autonomia da escola no sentido da definição de um projecto de desenvolvimento do currículo adequado ao seu contexto e integrado no respectivo projecto educativo;”

Percebe-se, pois que os referidos princípios orientam a concretização do currículo no sentido de promover a contextualização de saberes. O referido documento, reafirma, ainda, que em todas as áreas curriculares disciplinares e não disciplinares devem ser realizadas “aprendizagens significativas” com o objetivo de atingir a “formação integral dos alunos, através da articulação e da contextualização de saberes”

No anexo do Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, encontra-se a matriz curricular do 1.º Ciclo onde se inclui o Estudo do Meio como área curricular disciplinar (cf. Quadro 3).

Quadro 3 – Matriz curricular do 1º Ciclo
(*Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, Anexo*)

COMPONENTES DO CURRÍCULO	
<i>Educação para a cidadania</i>	Áreas curriculares disciplinares: Língua Portuguesa; Matemática; Estudo do Meio ; Expressões (Artísticas e Físico-Motoras)
	Formação Pessoal e Social
	Áreas curriculares não disciplinares: Área de projecto; Estudo Acompanhado e Formação cívica Áreas curriculares disciplinar de frequência facultativa (Educação Moral e Religiosa). Actividades de Enriquecimento

O diploma legal acima referido deu suporte à publicação, em 2001, do documento intitulado **Currículo Nacional do Ensino Básico: Competências Essenciais**, onde se define um conjunto de competências gerais e transversais, que o aluno terá que demonstrar à saída do Ensino Básico.

Ainda que este documento, referência central do desenvolvimento do currículo e dos documentos orientadores do Ensino Básico, tenha sido suspenso pelo Despacho n.º 17169/2011 devido a insuficiências prejudiciais na orientação do ensino que o impede de ser orientador da política educativa preconizada para o Ensino Básico, entendemos que o deveríamos enunciar pelo facto de ele ter constituído a matriz da elaboração de manuais escolares, das orientações aos professores e da sua formação e do documento Organização Curricular e Programas (2004).

Destacamos, no quadro que se segue as competências gerais e transversais que mais diretamente se reportam à contextualização das aprendizagens (cf. Quadro 4).

Quadro 4 - Destaque das competências gerais e transversais para o Ensino Básico mais relevantes para a contextualização das aprendizagens
(In *Currículo Nacional do Ensino Básico* 2001)

Competências Gerais	Competências Transversais
Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do quotidiano.	Identificar e articular saberes e conhecimentos para compreender uma situação ou problema.
Pesquisar, seleccionar e organizar informação para a transformar em conhecimento mobilizável	Pesquisar, seleccionar, organizar e interpretar informação de forma crítica em função de questões, necessidades ou problemas a resolver e respectivos contextos
Cooperar com os outros em tarefas e projectos comuns	Participar em actividades interpessoais e de grupo, respeitando normas, regras e critérios de actuação, de convivência e de trabalho em vários contextos Comunicar, discutir e defender descobertas e ideias próprias, dando espaços de intervenção aos seus parceiros
Relacionar harmoniosamente o corpo com o espaço, numa perspectiva pessoal e interpessoal promotora da saúde e da qualidade de vida	Manifestar respeito por normas de segurança pessoal e colectiva

Explica-se no referido documento que os alunos devem ser preparados para aplicarem saberes na resolução de situações-problema, para encontrarem soluções práticas

em função dos desafios concretos da vida do dia-a-dia. Deste modo, devem ser proporcionadas aos alunos experiências educativas contextualizadas, diversificadas, interdisciplinares, que respondam aos seus interesses e necessidades quotidianas.

No seguimento dos documentos mencionados, é necessário também ter em conta, como referimos, o documento **Organização Curricular e Programas** (2004), que, além de compilar os programas do 1.º Ciclo homologados antes da revisão curricular, tenta conciliá-los com as novas orientações educativas patentes no Decreto-lei 6/2001 de 18 de Janeiro e no Currículo Nacional do Ensino Básico (2001). Na página 13 evidenciam-se três grandes objetivos gerais, de entre os quais destacamos aquele que está diretamente relacionado com o Estudo do Meio e, em particular com a contextualização das aprendizagens.

- Criar as condições para o desenvolvimento global e harmonioso da personalidade, mediante a descoberta progressiva de interesses, aptidões e capacidades que proporcionem uma formação pessoal, na sua dupla dimensão individual e social.

Nas páginas 13 a 16, cada objetivo geral é especificado noutros mais particulares para orientação das dimensões *pessoal*, *aquisição intelectual* e *cidadania*. No quadro seguinte destacam-se os objetivos específicos para orientação das dimensões *pessoal* e de *cidadania*, concretamente os relacionados com a contextualização das aprendizagens (cf. Quadro 5).

Quadro 5 - Destaque dos objetivos específicos das dimensões *pessoal* e de *cidadania* mais relevantes para a contextualização das aprendizagens (In *Organização Curricular e Programas*, 2004, 13 e 15-16.)

Dimensões	Especificação
Pessoal	<p>Promover a criação de situações que favoreçam o conhecimento de si próprio e um relacionamento positivo com os outros no apreço pelos valores da justiça, da verdade e da solidariedade.</p> <p>Proporcionar, em colaboração com os parceiros educativos, situações de ensino-aprendizagem, formais e não formais, que fomentem: a expressão de interesses e aptidões em domínios diversificados; a experimentação e auto-avaliação apoiada desses interesses e aptidões.</p> <p>Favorecer, no respeito pelas fases específicas de desenvolvimento dos alunos, uma construção pessoal assente nos valores da iniciativa, da criatividade e da persistência.</p>
	<p>Garantir a aquisição e estruturação de conhecimentos básicos sobre a natureza, a sociedade e a cultura e desenvolver a interpretação e a análise crítica dos fenómenos naturais, sociais e culturais.</p>

Aquisição Intelectual	<p>Possibilitar: o desenvolvimento de capacidades próprias para a execução de actos motores exigidos no quotidiano, nos tempos livres e no trabalho; a organização dos gestos segundo o estilo mais conveniente a cada personalidade.</p> <p>Fomentar o desenvolvimento de aptidões técnicas e manuais na solução de problemas práticos e/ou na produção de obras úteis/estéticas.</p> <p>Estimular a iniciação ao conhecimento tecnológico e de ambientes próprios do mundo do trabalho.</p> <p>Incentivar a aquisição de competências para seleccionar, interpretar e organizar a informação que lhe é fornecida ou de que necessita.</p> <p>Favorecer o reconhecimento do valor das conquistas técnicas e científicas do Homem.</p> <p>Promover a informação e orientação escolar e profissional, em colaboração com as famílias.</p>
Cidadania	<p>Estimular a criação de atitudes e hábitos positivos de relação que favoreçam a maturidade sócio-afectiva e cívica, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante.</p> <p>Promover o desenvolvimento de atitudes e hábitos de trabalho autónomo e em grupo que favoreçam: a realização de iniciativas individuais ou colectivas de interesse cívico ou social; a análise e a participação na discussão de problemas de interesse geral.</p> <p>Assegurar, em colaboração com as entidades adequadas e designadamente as famílias, a criação de condições próprias: ao conhecimento e aquisição progressiva das regras básicas de higiene pessoal e colectiva; a uma informação correcta e ao desenvolvimento de valores e atitudes positivas em relação à sexualidade.</p> <p>Estimular a prática de uma nova aprendizagem das inter-relações do indivíduo com o ambiente, geradora de uma responsabilização individual e colectiva na solução dos problemas ambientais existentes e na prevenção de outros.</p> <p>Criar as condições que permitam a assunção esclarecida e responsável dos papéis de consumidor e/ou de produtor.</p> <p>Garantir a informação adequada à compreensão do significado e das implicações do nosso relacionamento com outros espaços socioculturais e económicos e suscitar uma atitude responsável, solidária e participativa.</p> <p>Fomentar a existência de uma consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspectiva de humanismo universalista, de solidariedade e de compreensão internacionais.</p>

Da leitura atenta do documento em causa sobressaem, no que respeita à contextualização, as referências aos conhecimentos tecnológicos, à produção de obras úteis, à aquisição de conhecimentos sobre a natureza e ao desenvolvimento de capacidades para execução de atos do quotidiano. Uma tal listagem indica uma orientação curricular assente na prática da vida quotidiana, ao mesmo tempo que preconiza a aprendizagem ligada aos usos de conhecimentos inseridos nos contextos que os produzem.

Assim, destacamos que na dimensão *pessoal* as situações de ensino-aprendizagem apelam para o conhecimento centrado na vida do aluno e nos seus interesses pessoais. Na dimensão *aquisição intelectual*, consideramos pertinente realçar o facto da família atuar, paralelamente com a escola, no processo de ensino e aprendizagem. Ainda, os objetivos específicos da dimensão *cidadania* alertam para a estimulação e criação de atitudes e hábitos positivos de relação com a família e com a sociedade, promovendo a realização de iniciativas de interesse cívico relacionadas com a aquisição e conhecimen-

to de regras básicas, assim como a estimulação das inter-relações do indivíduo com o ambiente.

Mais recentemente, com base nas diretrizes do Currículo Nacional e do Programa foram criadas as **Metas de Aprendizagem**, onde também se incluem as metas para a área disciplinar de Estudo do Meio. O projeto Metas de Aprendizagem insere-se na *Estratégia Global de Desenvolvimento do Currículo Nacional*, delineada ainda pela anterior legislatura, que visa assegurar uma educação de qualidade e melhorar os resultados escolares nos diferentes níveis educativos.

Deste modo, não esquecendo que a área disciplinar de Estudo do Meio configura-se como a iniciação sistemática e integrada aos campos de conhecimento científico que permitem analisar, interpretar e compreender a realidade do mundo natural e social que enquadra as pessoas e os grupos, implica a passagem de um olhar de senso comum para a aquisição e organização de conceitos e conteúdos básicos, bem como métodos de observação direta e indireta, de experimentação e de interpretação de fontes, que permitam uma compreensão cientificamente válida e fundamentada, ainda que num nível inicial, de acordo com as dimensões do conhecimento a adquirir. Constitui-se como uma aprendizagem estruturante quer da inserção da criança no universo social e natural a que pertence, quer no desenvolvimento científico futuro dos vários domínios de conhecimento relativos à realidade social e natural.

Orientada por estas finalidades curriculares, a área disciplinar de Estudo do Meio convoca conhecimentos de vários domínios científicos, nomeadamente da Geografia, da História e das Ciências Naturais e Físico-Químicas, que evoluem depois em especializações mais finas nos ciclos subsequentes.

No sentido de traduzir a área de Estudo do Meio em Metas de Aprendizagem esperadas dos alunos no final do 1.º ciclo, procedeu-se a uma integração destas três disciplinas do conhecimento, dando-lhes um sentido curricular convergente, e organizando-as em três domínios integradores, que correspondem ao que estabelece o Currículo Nacional (2001, p. 81) e que dá sentido articulado aos Blocos que estruturam o Programa de Estudo do Meio (Organização curricular e Programas, 2004: 99-131): *Localiza-*

ção no espaço e no tempo; Conhecimento do ambiente natural e social; Dinamismo das inter-relações natural-social.

No interior destes domínios estabeleceram-se diversos subdomínios que integram as dimensões organizativas das várias áreas disciplinares envolvidas, que têm continuidade nos ciclos subsequentes.

Assim, para o Estudo do Meio foram definidas trinta e duas metas finais que se agrupam nos três já referidos domínios. O domínio “Localização no espaço e no tempo” subdivide-se em três subdomínios (“Localização/Compreensão Espacial e Temporal”, “A Terra no Espaço: Universo e Sistema Solar” e “Localização e Compreensão Espacial: a Terra no Sistema Solar”), quanto ao domínio “Conhecimento do Meio Natural e Social” agrupa seis subdomínios (“Conhecimento dos Lugares e das Regiões”, “Utilização de Fontes de Informação”, “Compreensão Histórica Contextualizada”, “Comunicação de Conhecimento sobre o Meio Natural e Social”, “Viver Melhor na Terra” e “Sustentabilidade”). Por último, o domínio “Dinamismo das inter-relações entre espaços” contém três subdomínios (“Viver melhor na Terra”, “Dinamismo das Inter-Relações entre Espaços” e “Dinamismo das Relações entre Espaços”).

Para cada meta final são traçadas metas intermédias até ao 2.º ano e metas intermédias até ao 4.º ano.

Partindo do princípio que, segundo o Currículo Nacional do Ensino Básico: (2001, 75), o *Meio* pode ser entendido como um conjunto de elementos, fenómenos, acontecimentos e ou fatores que nele ocorrem, desempenha um papel condicionante e determinante na vida, experiência e atividade humanas. Assim, o seu conhecimento deverá partir da observação e análise dos fenómenos, dos factos e das situações que permitam uma melhor compreensão dos mesmos e que conduzam à intervenção crítica, no sentido de o modificar, através da participação, defesa e respeito.

Deste modo, estudar o Meio pressupõe a emergência de componentes emocionais, afetivas e práticas de relação com ele, proporcionadas pela vivência de experiências de aprendizagem. A partir das suas perceções e representações que o aluno é conduzido à compreensão, à reelaboração, à tomada de decisões e à adoção de uma linguagem mais rigorosa e científica. Isto é, os alunos trazem para a escola um conjunto de ideias, preconceitos, representações, disposições emocionais e afetivas e modos de ação

próprios. Embora sejam esquemas de conhecimento subjetivos, incoerentes, pouco maduros e incapazes de captar a complexidade do meio, estes esquemas quando confrontados com outros mais objetivos, socialmente partilhados e decorrentes do processo de ensino, dão origem a um conhecimento mais rigoroso e científico.

Contudo, e segundo o mesmo documento, o conhecimento do meio abarca todos os níveis do conhecimento humano, desde a experiência sensorial aos conceitos mais abstratos, desde a comprovação pessoal ao conhecido através da informação e do ensino, desde a apreensão global do meio à captação analítica dos diversos elementos que o integram.

A articulação dos vários modos de conhecimento, inter-relacionados, constitui os eixos temático, pedagógico e metodológico desta área do conhecimento. De natureza integradora, esta área é muito representativa do que deve ser o conteúdo curricular e a experiência a proporcionar no 1.º Ciclo do Ensino Básico no Estudo do Meio, tendo em vista o sentido da progressão educativa dos alunos. Esta progressão tem origem no subjetivo (*o experiencialmente vivido*) e visa o objetivo (*o socialmente partilhado*) e parte do mais global e indiferenciado para o particular e específico atendendo às múltiplas componentes que integram o Meio, para melhor compreensão.

Assim, o professor deve proporcionar aos alunos oportunidades de se envolverem em aprendizagens significativas? Isto é, que partam do experiencialmente vivido e do conhecimento pessoalmente estruturado? Que lhes permitam desenvolver capacidades instrumentais cada vez mais poderosas para compreender, explicar e atuar sobre o Meio de modo consciente e criativo (Currículo Nacional do Ensino Básico, 2001, 76).

Neste sentido, o currículo de Estudo do Meio deve ser gerido de forma aberta e flexível. Não se trata de pôr de lado o programa de Estudo do Meio, mas de o olhar na perspetiva do desenvolvimento de competências a adquirir pelos alunos. Embora o programa se apresente por blocos de conteúdos segundo uma ordem, o próprio documento sugere que "os professores deverão recriar o programa, de modo a atender aos diversificados pontos de partida e ritmos de aprendizagem dos alunos, aos seus interesses e necessidades e às características do meio", podendo "alterar a ordem dos conteúdos, associá-los a diferentes formas, variar o seu grau de aprofundamento ou mesmo acrescentar outros" (Organização Curricular e Programas, 2004, 102).

Estas considerações remetem para abordagens centradas na definição de problemas de interesse pessoal, social e local.

Apresentamos, de seguida, as Metas de Aprendizagem da área disciplinar de Estudo do Meio que estão relacionadas com a contextualização das aprendizagens no contexto da vida privada dos alunos.

“Domínio: Localização no Espaço e no Tempo

Subdomínio: Localização/Compreensão Espacial e Temporal

Meta Final 1) O aluno localiza, em relação a um ponto de referência, elementos naturais e humanos do meio local, utilizando diferentes processos de orientação.

Metas intermédias até ao 2.º Ano

- O aluno localiza em plantas, maquetas, mapas, fotografias aéreas e imagens de satélite, em suporte de papel ou digital, **espaços familiares e ligados ao seu passado próximo (local de nascimento, locais onde tenha vivido ou passado férias)** ou relacionados com a comunidade (hospital, escolas, bombeiros, campo de jogos).

Meta Final 2) O aluno lê formas simplificadas de representação cartográfica com diferentes escalas, e representa, nas mesmas, lugares, elementos naturais e humanos, utilizando o título, a legenda e a orientação, como fonte para a relação da acção humana com diferentes espaços e tempos.

Metas intermédias até ao 2.º Ano

- O aluno desenha **mapas mentais de espaços do seu quotidiano**, utilizando símbolos na identificação de elementos de referência.

- O aluno elabora **itinerários quotidianos** e outros itinerários, em **plantas simplificadas do seu meio** ou de outras localidades, assinalando elementos naturais e humanos.

Metas intermédias até ao 4.º Ano

- O aluno utiliza representações cartográficas de várias escalas, em suporte de papel ou digital e o GPS, para **localizar a casa**, a escola, **o bairro**, **a localidade**, a freguesia, o concelho em relação à região onde vive.

Meta Final 4) O aluno constrói linhas de tempo relacionadas com rotinas e datas significativas para a **história pessoal**, local e nacional.

Metas intermédias até ao 2.º Ano

- O aluno constrói diferentes linhas de tempo, quer circulares e/ou lineares (relacionadas com **rotinas diárias**, tempo cíclico e momentos do dia: manhã, tarde e noite; o dia, a semana, as estações do ano), quer de tempo linear (relacionadas com **datas e marcos importantes da sua vida - aniversários, festas, cerimónias** - e da comunidade - Natal, Carnaval, Páscoa, e outras festas de outras culturas, dia da criança, dia da árvore, festas locais).

Metas intermédias até ao 4.º Ano

- O aluno constrói diferentes linhas de tempo (lineares: verticais ou horizontais; circulares, em espiral, em zig-zag...) relacionadas com **datas e factos significativos da história pessoal, local e nacional**.

Meta Final 5) O aluno identifica mudanças e permanências ao longo do tempo pessoal, local e nacional, reconhecendo diferentes ritmos (mudança gradual ou de ruptura) e direcções (progresso, ciclo, permanência, simultaneidade).

Metas intermédias até ao 2.º Ano

- O aluno reconhece a existência de mudanças e permanências nos **percursos de vida, incluindo o dele, identificando as fases da vida como um processo de mudança (mudanças em si próprio e características que se mantêm, e também parencças/semelhanças com familiares)**.

- O aluno associa aspectos de mudança a um progresso linear, gradual ou de ruptura (exemplos: ordena imagens sobre a evolução dos transportes; **momentos chave na sua vida**: a entrada na escola).

Domínio: Conhecimento do Meio Natural e Social

Subdomínio: Utilização de Fontes de Informação

Meta Final 13) O aluno interpreta fontes diversas e, com base nestas e em conhecimentos prévios, produz informação e inferências válidas e pertinentes sobre o **passado pessoal e familiar**, local, nacional e europeu.

Metas intermédias até ao 2.º Ano

- O aluno reconhece a função de fontes documentais na **identificação pessoal** (exemplos: registo de nascimento, cartão de cidadão, boletim de vacinas, fotografia pessoal) e na construção do conhecimento do passado pessoal e familiar.

- O aluno interpreta o sentido global das fontes com estatutos diferentes (cartas familiares, revistas, **documentação pessoal**) relevantes para a compreensão gradual do seu **passado pessoal e familiar**.

Metas intermédias até ao 4.º Ano

- O aluno constrói conhecimento sobre o **passado familiar**, local, regional e nacional no contexto europeu, pesquisando e seleccionando fontes.

Subdomínio: Compreensão Histórica Contextualizada

Meta Final 14) O aluno **sistematiza conhecimentos de si próprio, da sua família, comunidade, história local, nacional e europeia relativamente ao passado próximo e ao passado mais longínquo**.

Metas intermédias até ao 2.º Ano

- O aluno revela **conhecimento de si próprio ao nível da sua identificação e filiação, e relaciona graus de parentesco (directo e colaterais) até à terceira geração**.

- O aluno descreve, de forma estruturada **acções e actividades passadas com amigos e familiares em diferentes contextos** (exemplos: **festas, férias, no dia-a-dia**) e **lugares** (exemplos: **em casa, na escola, na rua**).

Metas intermédias até ao 4.º Ano

- O aluno **descreve aspectos significativos da história pessoal e familiar**, da história local, nacional no contexto europeu (exemplos: origem da povoação, concessão de forais, batalhas, lendas, figuras da história local e nacional).

Meta Final 15) O aluno reconhece e respeita identidades sociais e culturais à luz do passado próximo e longínquo, tendo em conta o contributo dos diversos patrimónios e culturas para a vida social, presente e futura.

Metas intermédias até ao 2.º Ano

- O aluno reconhece elementos do **seu passado próximo pessoal, familiar e mais longínquo**.

Meta Final 16) O aluno mobiliza e integra vocabulário e conceitos substantivos específicos dos diferentes conteúdos, temas e problemas explorados.

Metas intermédias até ao 2.º Ano

- O aluno utiliza, de forma integrada e transversal conceitos essenciais para a compreensão dos conteúdos explorados: **identificação; apelido; naturalidade; nacionalidade; família; parentesco; graus de parentesco; árvore genealógica; geração; habitação; convivência social; colectividade; localidade; calendário; estações do ano; itinerários; serviços; comércio local; meios de transporte, profissões.**

Subdomínio: Viver Melhor na Terra

Meta Final 20) O aluno sistematiza as **modificações ocorridas no seu corpo**, explicando as funções principais de órgãos constituintes, bem como as funções vitais de sistemas humanos, e relaciona características fisionómicas de membros da mesma família.

Metas intermédias até ao 2.º Ano

- O aluno **reconhece modificações do seu corpo** e dos outros (exemplos: queda dos dentes de leite e nascimento da dentição definitiva e mudanças na voz).
- O aluno **identifica características familiares** transmitidas de gerações anteriores (exemplos: cor dos olhos e do cabelo).”

Salienta-se que das trinta e duas metas finais definidas para a área de Estudo do Meio, nove dão, explicitamente, ênfase à contextualização das aprendizagens na vida privada do aluno, nomeadamente invadindo os espaços familiares, como a sua casa, o seu bairro e os seus itinerários quotidianos, a história e o passado pessoal e familiar (datas importantes para si e para a família, descrição de atividades em família), o conhecimento de si próprio (grau de parentesco), as mudanças ocorridas no seu corpo e características com familiares.

A análise dos documentos normativo-legais, que realizámos neste capítulo, permitiu-nos perceber que um dos princípios que os norteiam é a promoção da formação integral do aluno através da articulação dos saberes pessoais (que os integram no seu meio sócio-cultural) e os saberes formais.

No passo seguinte verificaremos se este princípio é assumido no documento Organização Curricular e Programas (2004) - *Princípios Orientadores da Acção Pedagógica*, no ponto três, no qual é revelado que o desenvolvimento da educação escolar ao longo do 1.º Ciclo realiza-se através de experiências que ofereçam ao aluno “aprendizagens activas e significativas, diversificadas, integradas e socializadoras” como garante efetivo do direito de cada discente ao sucesso escolar.

Esclarece-se, complementarmente, na página 13, que as aprendizagens ativas são aquelas que oferecem ao aluno a “oportunidade de viver situações estimulantes de trabalho escolar que vão da actividade física e da manipulação dos objectos e meios didácticos, à descoberta permanente de novos percursos e de outros saberes. Tal desafio aponta para concepções alternativas que mobilizem a inteligência para projectos decorrentes do quotidiano dos alunos e das actividades exploratórias que lhes deverão ser proporcionadas sistematicamente”

É sobretudo na referência ao “quotidiano dos alunos” que a contextualização aparece inequivocamente como o princípio orientador das práticas pedagógicas. Esta diretriz é reforçada na definição subsequente de aprendizagens significativas como sendo aquelas que se relacionam “com as vivências efectivamente realizadas pelos alunos fora ou dentro da escola e que decorrem da sua história pessoal ou que a ela se ligam” (página 23). Para além disto, são ainda significativos “os saberes que correspondem a interesses e necessidades reais de cada criança” pressupondo “que a cultura de origem de cada aluno é determinante para que os conteúdos programáticos possam gerar novas significações” (página 23).

De modo mais particular, centrando-nos, agora, na área curricular de Estudo do Meio, entre as páginas 81-83 do **Currículo Nacional para o Ensino Básico** (2001), são enunciadas competências específicas para a área curricular de *Estudo do Meio*, que se apresentam divididas em três blocos - *localização no espaço e no tempo, conhecimento do ambiente natural e social, dinamismo das inter-relações entre o natural e social* - que não devem ser entendidos como estanques.

O quadro que se segue apresenta as competências específicas, definidas no referido documento, destacando as que mais se relacionam com a contextualização das aprendizagens (cf. Quadro 6).

Quadro 6 - Destaque das competências específicas para a área curricular de Estudo do Meio, relacionadas com a contextualização das aprendizagens
(In Currículo Nacional para o Ensino Básico: Competências Essenciais, 2001, 81-83)

Dimensões	Especificação
Localização no espaço e no tempo	<p>Reconhecimento e identificação de elementos espaço-temporais que se referem a acontecimentos, factos, marcas da história pessoal e familiar, da história local e nacional;</p> <p>Reconhecimento e utilização dos elementos que permitem situar-se no lugar onde se vive, nomeadamente através da leitura de mapas, utilizando a legenda, para comparar a localização, configuração, dimensão e limites de diferentes espaços na superfície terrestre (Portugal, Europa, Mundo);</p> <p>Utilização de plantas e elaboração de maquetes (escola, casa, bairro, localidade), com identificação dos espaços e das respectivas funções;</p>
Dinamismo das inter-relações entre o natural e social	<p>Resolução de situações que envolvam deslocações, localizações e distâncias em espaços familiares e, por associação e comparação, situar-se relativamente a espaços mais longínquos;</p> <p>Conhecimento da existência de objectos tecnológicos, relacionando-os com a sua utilização em casa e em actividades económicas;</p> <p>Reconhecimento de que a sobrevivência e o bem-estar humano dependem de hábitos individuais de alimentação equilibrada, de higiene, de actividade física e de regras de segurança e de prevenção.</p>

No seguimento das competências acima enumeradas, nas páginas 103 e 104, do documento **Organização Curricular e Programas** (2004), verifica-se a existência de um conjunto de objetivos gerais que, no âmbito do *Estudo do Meio*, os alunos devem desenvolver, destacámos, portanto, no seguinte quadro os que se referem à contextualização das aprendizagens (cf. Quadro 7).

Quadro 7 – Objetivos gerais para a área curricular de Estudo do Meio, relacionadas com a contextualização das aprendizagens (In Organização Curricular e Programas, 2004, 103-104)

<p>“1- Estruturar o conhecimento de si próprio, desenvolvendo atitudes de auto-estima e de auto-confiança e valorizando a sua identidade e raízes.</p> <p>3- Identificar os principais elementos do Meio Social envolvente (família, escola, comunidade e suas formas de organização e actividades humanas) comparando e relacionando as suas principais características.</p> <p>6- Utilizar alguns processos simples de conhecimento da realidade envolvente (observar, descrever, formular questões e problemas, avançar possíveis respostas, ensaiar, verificar), assumindo uma atitude de permanente pesquisa e experimentação.</p> <p>9- Desenvolver hábitos de higiene pessoal e de vida saudável utilizando regras básicas de segurança e assumindo uma atitude atenta em relação ao consumo.</p>
--

De salientar, nos objetivos apresentados, a contextualização das aprendizagens, e a solicitação à privacidade no “conhecimento de si próprio”, na necessidade de identificar o “meio social envolvente” e desenvolver “hábitos de higiene pessoal”. Para que os alunos alcancem estes objetivos, a sua aprendizagem é, segundo o mesmo documento, guiada por vários princípios, os quais podemos visualizar nas páginas 101 e 102 do referido documento. Apresentamos no quadro seguinte os princípios relacionados com a contextualização das aprendizagens (cf. Quadro 8).

Quadro 8 - Destaque dos Princípios Orientadores para a área curricular de Estudo do Meio mais relevantes para a contextualização das aprendizagens
(*In Organização Curricular e Programas, 2004, 101 e 102*)

“- Todas as crianças possuem um conjunto de experiências e saberes que foram acumulando ao longo da sua vida, no contacto com o meio que as rodeia.

- Cabe à escola valorizar, reforçar, ampliar e iniciar a sistematização dessas experiências e saberes, de modo a permitir, aos alunos, a realização de aprendizagens posteriores mais complexas.
- O meio local, espaço vivido, deverá ser o objecto privilegiado de uma primeira aprendizagem metódica e sistemática da criança já que, nestas idades, o pensamento está voltado para a aprendizagem concreta.
- No entanto, há que ter em conta que as crianças têm acesso a outros espaços que, podendo estar geograficamente distantes, lhes chegam, por exemplo, através dos meios de comunicação social. O interesse das crianças torna estes espaços afectivamente próximos, mas a compreensão de realidades que elas não conhecem directamente, só será possível a partir das referências que o conhecimento do meio próximo lhes fornece.
- Assim, será através de situações diversificadas de aprendizagem que incluam o contacto directo com o meio envolvente, da realização de pequenas investigações e experiências reais na escola e na comunidade, bem como através do aproveitamento da informação vinda de meios mais longínquos, que os alunos irão apreendendo e integrando, progressivamente, o significado dos conceitos.
- É ainda no confronto com os problemas concretos da sua comunidade e com a pluralidade das opiniões nela existentes que os alunos vão adquirindo a noção da responsabilidade perante o ambiente, a sociedade e a cultura em que se inserem, compreendendo, gradualmente, o seu papel de agentes dinâmicos nas transformações da realidade que os cerca.
- Ao professor cabe a orientação de todo este processo, constituindo, também, ele próprio, mais uma fonte de informação em conjunto com os outros recursos da comunidade, os livros, os meios de comunicação social e toda uma série de materiais e documentação indispensáveis na sala.”

Assim, dos princípios orientadores patentes no documento em análise destacam-se aspetos diretamente relacionados com a contextualização das aprendizagens, nomeadamente para a vida privada dos alunos, o qual refere que “todas as crianças possuem um conjunto de experiências e saberes que foram acumulando ao longo da sua vida, no contacto com o meio que as rodeia” (página 101). Será, então, função da escola “valori-

zar, reforçar, ampliar e iniciar a sistematização das experiências e saberes dos alunos, de modo a permitir-lhes a realização de aprendizagens posteriores mais complexas” (página 101). “O meio local, espaço vivido, deverá ser o objecto privilegiado para uma primeira aprendizagem metódica e sistemática por parte da criança já que, nestas idades, o pensamento está voltado para a aprendizagem concreta” (página 101). Cabe, pois, à escola convocar as experiências de cada criança, feitas em situações particulares e subjetivas, para o contexto de sala de aula.

Complementarmente, apresentam-se nesse documento os *Blocos de Conteúdos* que, numa lógica de desenvolvimento do currículo em espiral, serão retomadas em cada ano, num aprofundamento crescente. São eles: 1) *À descoberta de si mesmo*, 2) *À descoberta dos outros e das instituições*, 3) *À descoberta do ambiente natural*, 4) *À descoberta das inter-relações entre espaços*, 5) *À descoberta dos materiais e objectos* e 6) *À descoberta das inter-relações entre a natureza e a sociedade*.

Após análise aos seis blocos de conteúdos programáticos definidos para a área disciplinar de Estudo do Meio verificámos que são três (Bloco 1- *À descoberta de si mesmo*, Bloco 2- *À descoberta dos outros e das instituições* e Bloco 4 - *À descoberta das inter-relações entre espaços*) os que incidem a metodologia de ensino e aprendizagem na contextualização das aprendizagens, nomeadamente na solicitação da privacidade. Apresentamos esses blocos, analisando a sugestão de contextualização da aprendizagem na esfera privada, em cada um, assim como os anos de escolaridade em que a solicitação da privacidade é utilizada como metodologia de aprendizagem.

No **Bloco 1** - *À descoberta de si mesmo* - pretende-se que os alunos “estruturem o conhecimento de si próprios” para concomitantemente desenvolverem atitudes de auto-estima, de autoconfiança e de valorização” da sua identidade e das suas raízes. Para que adquiram a noção de tempo partir-se-á do estudo da história pessoal. Para isso iniciar-se-á a “localização de acontecimentos da vida das crianças numa linha de tempo”, que terá a mesma função “dos mapas para as localizações no espaço”. É importante, ainda, realçar que todos os “aspectos que, de algum modo, se relacionem com a vida privada dos alunos” devem ser tratados com todo o cuidado e bom senso.

De salientar que este bloco incide bastante nas experiências e nas vivências do aluno, isto é, na sua vida privada. Apesar de no documento Organização Curricular e Programas (2004) ser referido que o professor deverá tratar com bom senso os aspetos que se relacionam com a vida privada dos alunos, não é dito como deverá proceder, deixando este assunto pessoal e sigiloso ao cuidado ético e profissional de cada professor.

O quadro que se segue esquematiza os conteúdos que incidem na solicitação da privacidade como metodologia de aprendizagem.

Quadro 9- A solicitação da privacidade no Bloco 1 “Á descoberta de si mesmo”
(In Organização Curricular e Programas, 2004, 105-107)

Ano	Transcrição do documento	Página
1.º Ano	1. A sua identificação. - Conhecer nome(s) próprio(s), nome de família/apelido(s), sexo, idade, endereço	105
	2. Os seus gostos e preferências. - Descrever lugares, actividades e momentos passados com amigos, com familiares, nos seus tempos livres	105
	3. O seu corpo. - Identificar características familiares (parecenças com o pai e com a mãe, cor do cabelo, dos olhos...) - Reconhecer modificações do seu corpo (peso, altura...) - Reconhecer a sua identidade sexual	105
	4. A saúde do seu corpo. - Reconhecer e aplicar normas de higiene do corpo (lavar as mãos antes de comer, lavar os dentes...) - Conhecer normas de higiene alimentar (importância de uma alimentação variada, lavar bem os alimentos que se consome crus, desvantagem do consumo excessivo de doces, refrigerantes...) - Conhecer e aplicar normas de vigilância da sua saúde (idas periódicas ao médico, boletim individual de saúde)	106
	6. O seu passado próximo. Descrever a sucessão de actos praticados ao longo do dia, da semana...	106
	7. As suas perspectivas para o futuro próximo. O que irá fazer amanhã, no fim-de-semana, nas férias que estão próximas...	107
	Transcrição do documento	Página
2.º Ano	1. O passado mais longínquo da criança. - Reconhecer datas e factos (data de nascimento, quando começou a andar e a falar...) - Localizar, em mapas, o local de nascimento, locais onde tenha vivido anteriormente ou tema passado férias...	107
	2. As suas perspectivas para um futuro mais longínquo. - O que irá fazer nas férias grandes, no ano que vem ...	107
	3. O seu corpo. - Reconhecer modificações do seu corpo (queda dos dentes de leite e nascimento da dentição definitiva...)	107
	4. A saúde do seu corpo. - Conhecer e aplicar normas de higiene do corpo (hábitos de higiene diária)	107

Pelo acima exposto podemos perceber que o Bloco 1 dá grande ênfase à contextualização das aprendizagens na esfera privada, com predominância nos 1.º e 2.º anos de escolaridade, solicitando, nesta faixa etária, aos alunos, como estratégia de aprendizagem, aspetos relacionados com a sua vida, isto é, aspetos privados da vida das crianças.

Com o **Bloco 2** - *À descoberta dos outros e das instituições* - pretende-se alargar o âmbito de estudos das crianças aos outros, primeiramente aos que lhe estão afectivamente mais próximos para, progressivamente, chegar aos que lhe estão mais distantes no tempo e no espaço. Os alunos serão iniciados “no modo de funcionamento e nas regras dos grupos sociais” ao mesmo tempo que desenvolverão atitudes e valores relacionados com “a responsabilidade, tolerância, solidariedade, cooperação, respeito pelas diferenças, comportamento não sexista, etc.” (página 110).

A escola surge como o lugar privilegiado para a vivência e aprendizagem do modo de viver em sociedade através da participação, directa e gradual, de cada aluno na organização da vida da classe e da escola para que desta forma cada um vá conhecendo e interiorizando “os valores democráticos e de cidadania” (página 110).

Embora as noções relativas ao tempo atravessem todo o programa, neste bloco agrupam-se fundamentalmente os conteúdos referentes ao tempo histórico, pessoal e social. É de salientar que os factos da história familiar da criança (assinalados em linhas de tempo, construídas pelos alunos e pelo professor) são o ponto de partida para que ela aceda ao conhecimento da história da comunidade local e das suas ligações à história nacional. No que se refere à história local e nacional, os registos serão efectuados num friso cronológico da História de Portugal.

Pretende-se que os alunos adquiram “atitudes de respeito pelo património histórico, sua conservação e valorização” (página, 110). Para tal, há que levar os alunos a descobrir e a reconhecer os diversos vestígios humanos de outras épocas (sejam eles monumentos, fotografias, documentos escritos, tradições, etc.) também como fontes de informação que podem utilizar, de uma forma elementar, para reconstituir o passado (cf. Quadro 10).

Quadro 10 - A solicitação da privacidade no Bloco 2 “À descoberta dos outros e das instituições”
(In Organização Curricular e Programas, 2004, 110-114)

	Transcrição do documento	Página
1.º Ano	1. Os membros da sua família. - Conhecer os nomes próprios, apelidos, sexo, idade. - Representar a sua família (pinturas, desenhos)	110
	2. Outras pessoas com quem mantém relações próximas	111
	Transcrição do documento	Página
2.º ano	1. O passado próximo familiar. - Reconhecer datas e factos (aniversário, festas ...): localizar, numa linha de tempo, datas e factos significativos. - Localizar, em mapas ou plantas: local de nascimento, habitação, trabalho, férias...	111
	Transcrição do documento	Página
3.º ano	2. O passado familiar mais longínquo. - Reconhecer datas e factos significativos da história da família: localizar numa linha de tempo. - Reconhecer locais importantes para a história da família: localizar esses locais em mapas ou planta	112

Da análise ao *Bloco 2* podemos concluir que as aprendizagens realizadas ao longo dos quatro anos de escolaridade devem ser contextualizadas e solicitados aspetos da vida privada do aluno, nomeadamente acerca da família, constituição, factos significativos da história familiar e locais importantes da mesma.

O **Bloco 4** – *À descoberta das inter-relações entre espaços* –, refere que, embora as referências espaciais devam estar presentes ao longo de todo o programa (qualquer facto estudado deve ser sempre localizado no espaço), é fundamentalmente neste bloco que se agrupam os conteúdos relativos ao espaço. Ao longo da sua vida e através das relações que estabeleceu com o mundo à sua volta, a criança foi adquirindo uma perceção subjetiva do espaço e pode, por associação, comparação e com base no conhecimento que foi interiorizando dos espaços familiares, compreender espaços mais longínquos. É importante sublinhar que as noções de espaço constroem-se pela acumulação de experiências práticas em todas as situações que envolvam deslocações, localizações e distâncias. Desde o começo da escolaridade o professor deverá programar atividades que permitam a objetivação e o alargamento dessas noções. Assim, é importante que os “alunos representem os espaços que conhecem ou os vão explorando através de desenhos, plantas, maquetas, traçando itinerários...” e que progressivamente se habituem a

usar “diferentes tipos de plantas e mapas convencionais.” Pretende-se, igualmente, que os alunos tomem consciência de que não existem espaços isolados mas, pelo contrário, se estabelecem ligações e fluxos de várias ordens que vão desde “a circulação de pessoas e bens à troca de ideias e informação” (página, 119) (cf. Quadro 11).

Quadro 11 - A solicitação da privacidade no Bloco 4 “A descoberta das inter-relações entre espaços”
(In Organização Curricular e Programas, 2004, 119-122)

	Transcrição do documento	Página
1º ano	1. A casa. - Representar a sua casa (desenhos, pinturas)	119
	3. Os seus itinerários. - Descrever os seus itinerários diários (casa/escola, lojas, tempos livres...) - Representar os seus itinerários (desenhos, pinturas...).	120
	Transcrição do documento	Página
2º ano	1. Os seus itinerários. - Descrever os seus itinerários diários (casa/escola, lojas...) - Traçar o itinerário na planta do bairro ou da localidade.	120
	Transcrição do documento	Página
3º ano	1. Os seus itinerários. - Descrever itinerários não diários (passeios, visitas de estudo, férias...)	120
	3. Os diferentes espaços do seu bairro ou da sua localidade. - Reconhecer as funções desses espaços. - Representar esses espaços (desenhos, pinturas...) - Localizar esses espaços numa planta do bairro ou da localidade.	120
	Transcrição do documento	Página
4º ano	3. Portugal na Europa e no Mundo. - Fazer o levantamento de países onde os alunos tenham familiares emigrados	122

Podemos perceber que no quarto bloco a metodologia e estratégia de aprendizagem incide na solicitação da privacidade para melhor compreensão dos conteúdos programáticos a trabalhar/desenvolver. São trabalhadas questões que envolvem a privacidade das crianças, nomeadamente a sua casa, os seus itinerários e o bairro onde vive.

A análise aos blocos de conteúdos programáticos estabelecidos para a área curricular de Estudo do Meio, permite concluir que, para os quatro anos de escolaridade, existe uma forte tendência, sobretudo nos dois primeiros anos, para contextualizar a aprendizagem na realidade e nas experiências do aluno.

Isto é, os conteúdos programáticos, dos três blocos apresentados, para o 1.º e 2.º anos incidem predominantemente sobre aspetos da vida privada e íntima do aluno, tais como a sua identificação, o seu corpo, a sua saúde, os seus gostos e preferências, a família, os amigos, o seu passado, a sua casa, a sua escola, os seus itinerários e o seu bairro, focalizando-se, assim, na história pessoal da criança, no seu estado de saúde, no seu espaço habitacional, na sua família, em acontecimentos privados, nas suas preferências e em hábitos próprios. Em contrapartida, os conteúdos programáticos a abordar nos 3.º e 4.º anos apelam para conhecimentos e realidades mais distantes aos alunos, isto é, a contextualização das aprendizagens não está relacionada com aspetos que envolvem a vida privada dos alunos.

2.2 Os manuais escolares como extensão das orientações tutelares

A contextualização das aprendizagens nas vivências concretas dos alunos é valorizada em todos os documentos oficiais, de carácter curricular que analisamos o que se presume que assumam um papel central na condução do processo de ensino e aprendizagem.

Assim, depois de apresentadas essas orientações curriculares e programáticas que deverão orientar o ensino na área curricular de Estudo do Meio e focada a atenção na estratégia de contextualização das aprendizagens e da solicitação da privacidade patente nesses documentos, prosseguimos, deste modo, a nossa reflexão direcionando-a para os *manuais escolares*, considerados por diversos autores (tais como Brito, 1999; Choppin, 1992; Gérard & Roegiers, 1998) como documentos curriculares ou como documentos que operacionalizam o macro-curriculum.

A legislação sobre a política dos manuais escolares portugueses resulta do Decreto-Lei n.º 369/90, de 26 de Novembro, que define, no seu Artigo 2.º, o manual escolar como:

“o instrumento de trabalho, impresso, estruturado e dirigido ao aluno, que visa contribuir para o desenvolvimento de capacidades, para a mudança de atitudes e para a aquisição dos

conhecimentos propostos nos programas em vigor, apresentando a informação básica correspondente às rubricas programáticas, podendo ainda conter elementos para o desenvolvimento de actividades de aplicação e avaliação da aprendizagem efectuada.”

A Lei de Bases do Sistema Educativo no n.º 1 do artigo 44.º, alínea 2- Recursos Educativos – aponta para a importância dos manuais escolares no processo de ensino-aprendizagem, como “recursos educativos privilegiados, a exigirem especial atenção” sendo que, recursos educativos são “todos os materiais utilizados para conveniente realização da actividade educativa.”

Através da página da *Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular*, identificámos vários diplomas legais relativos aos manuais escolares, publicados desde o ano de 2006, aos quais daremos atenção de seguida.

A Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, define o regime de avaliação e a certificação dos manuais escolares, através dos quais se pretende garantir a qualidade científica e pedagógica dos manuais a adotar, assegurar a sua conformidade com os objetivos e conteúdos do currículo nacional e dos programas ou orientações curriculares em vigor e atestar que constituem um instrumento adequado de apoio ao ensino e aprendizagem e à promoção do sucesso educativo. Na alínea b) do artigo 3.º deste documento, o manual é definido como:

“o recurso didáctico-pedagógico relevante, ainda que não exclusivo, do processo de ensino e aprendizagem, concebido por ano ou ciclo, de apoio ao trabalho autónomo do aluno que visa contribuir para o desenvolvimento das competências e das aprendizagens definidas no currículo nacional para o ensino básico e para o ensino secundário, apresentando informação correspondente aos conteúdos nucleares dos programas em vigor, bem como propostas de actividades didácticas e de avaliação das aprendizagens, podendo incluir orientações de trabalho para o professor”.

Deste modo, podemos inferir que da lei se entende que o manual é um utensílio fundamental e central no processo de ensino e aprendizagem. O manual é visto como um instrumento de trabalho dirigido ao aluno, embora não exclusivo do processo de

ensino e aprendizagem, servindo de igual modo como meio orientador do trabalho do professor.

A Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto e o Decreto-Lei n.º 261/2007, de 17 de Julho, implicam a adoção de metodologias com vista a operacionalizar e executar o processo de avaliação e certificação de manuais escolares. A mesma Lei “definiu os princípios orientadores e os parâmetros normativos no sentido de garantir a conformidade dos manuais escolares com os objetivos e conteúdos dos programas ou orientações curriculares...”. É reconhecida, explicitamente, a importância do manual, pois é mencionado no referido Decreto-Lei que os manuais “continuam a ser na prática instituída um instrumento fundamental do ensino e da aprendizagem”.

Em conformidade, no n.º 7 do artigo 9.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto está previsto que a avaliação para a certificação de manuais escolares possa ser realizada não apenas por comissões de avaliação, mas, também, por entidades devidamente acreditadas para o efeito pelo serviço do Ministério da Educação.

Deste modo, o Decreto-Lei n.º 261/2007, de 17 de Julho, que regulamenta a Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, estabelece nos artigos 8.º e 9.º as normas gerais a que deve obedecer a acreditação de entidades, assim como o procedimento de avaliação para certificação. Para a sua concretização, impõe-se uma especificação dessas normas, no sentido de tornar esses procedimentos mais claros e flexíveis.

O Despacho n.º 29864/2007, de 30 de Novembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 249, de 27 de Dezembro, alterado pelo Despacho n.º 15285-A/2010, de 7 de Outubro, publicado no Suplemento do Diário da República, 2.ª Série, n.º 196, de 8 de Outubro, regulamenta os procedimentos de acreditação de entidades para avaliação e certificação. A comissão de avaliação procede à certificação dos manuais e a divulgação do resultado é da responsabilidade da tutela. O papel dos docentes e das escolas na escolha dos manuais está assim balizado pela sua certificação, e o Estado assegura que nenhum manual desadequado ao currículo e aos programas em vigor, com erros ou deficiências seja instrumento da aprendizagem dos alunos.

No Anexo ao despacho de 2010 especificam-se os critérios de qualidade pedagógica e didática que o manual certificado deve satisfazer para que, sobretudo os manuais de Estudo do Meio, possam “promover as aprendizagens com base na resolução de pro-

blemas de carácter experimental [...] e nos termos dos programas e das orientações curriculares em vigor”.

No Parecer n.º 8/2011 (ponto 5.2), referindo-se um estudo efetuado pelo *Observatório de Recursos Educativos*, reconhece-se o valor social e cultural do manual escolar quando, no ponto 5.2, se afirma que este constitui frequentemente “o único acervo bibliográfico disponível nos lares dos alunos”.

Deste modo, segundo diversos autores, não é o programa que mais determina a prática letiva mas sim os manuais (Tormenta, 1996; Choppin, 1992, Castro, 1999, Gérard & Roegiers, 1998). Assim sendo, consideramos pertinente verificar a atenção que manuais de Estudo do Meio dão à contextualização na vida privada.

O manual escolar chega, diária e facilmente, a casa do aluno, sendo, por assim dizer, uma forma de aproximação dos encarregados de educação à escola, às aprendizagens do seu educando, assim como ao currículo. Deste modo e através do manual escolar, o encarregado de educação segue as aprendizagens do seu educando, mantendo-se atualizado e informado acerca das mesmas.

Assim, com o objetivo de verificar o que acabámos de constatar, acerca da solicitação da privacidade como estratégia de aprendizagem, o nosso estudo empírico procurará transmitir a opinião de Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico e de Encarregados de Educação de Estabelecimentos de Ensino Público e Privado acerca de cinco atividades contextualizadas na vida privada dos alunos, inspiradas em atividades publicadas em manuais escolares, o qual apresentaremos no seguinte capítulo.

Capítulo 3

Estudos Empíricos

“Se as crianças traem, por vezes inocentemente, outras vezes conscientemente o que os adultos consideram como "segredos de família", é evidente que falam, ainda com mais naturalidade, sobre o que comem, as doenças deste ou daquele familiar, o que se costuma ver na televisão, os projectos de férias, as cóleras do pai (...). Coisas que os pais (...) nem sonhariam ver divulgadas na sua ausência e, para mais, de uma forma cujo controlo lhes escapa. (...) poucos pais podem ficar indiferentes à ideia que o mais privado das suas vidas possa vir a ser contado na aula (...).”

Philippe Perrenoud, 1995, 108-109.

“No campo da educação há ideias e práticas que não podemos, como pais, educadores e sociedade continuar a tolerar porque estão inequivocamente erradas, tanto sob o ponto de vista científico como sob o ponto de vista ético, pois envolvem a vida privada e íntima dos alunos e das suas famílias.”

Maria Helena Damião, 2009

No trabalho desenvolvido nos dois capítulos anteriores procurámos perceber o significado da noção de contextualização da aprendizagem como metodologia de aprendizagem, sobretudo quando envolve aspetos relacionados com a privacidade e a intimidade das crianças e das suas famílias e verificar nos documentos oficiais respeitantes às orientações normativo-legais e curriculares para a área disciplinar de Estudo do Meio, o lugar que a contextualização da aprendizagem nas vivências concretas dos alunos assume.

Estas orientações não podem deixar de ser transpostas para os manuais escolares, que as materializam em atividades pedagógicas. A investigação indica que muitos professores guiam a sua ação por esses recursos educativos, utilizando-os como princi-

pal documento curricular e orientador do ensino (Moleiro, 2011; Damião, Duarte & Moleiro, s/d; Damião, Festas & Moleiro, s/d), pelo que podemos concluir que recorrem, frequentemente, mesmo que sem intenção, a atividades, presentes no manual escolar, que solicitam aspetos da vida privada e íntima, do aluno e da sua família.

Recentemente trabalhos efetuados em torno da contextualização das aprendizagens (Damião, Duarte & Moleiro, s/d) mostram-nos que os manuais escolares, propõem atividades que convocam para a sala de aula aspetos da vida privada e íntima das crianças e suas famílias, incidindo predominantemente sobre (1) a casa familiar e o espaço que o aluno nela ocupa, (2) a composição e a caracterização da família e os acontecimentos mais marcantes que nela ocorreram com destaque para os que dizem respeito ao aluno, (3) o historial de saúde do aluno e o seu estado atual, (4) a descrição do corpo do aluno, identidade sexual e higiene, (5) as opiniões pessoais do aluno sobre múltiplos aspetos e situações e (6) os seus sentimentos, e que todos estes tipos de atividades a) além de solicitarem ao aluno recordar, anotar e refletir individualmente, bem como recolher dados na sua casa e junto da sua família, b) propõem o trabalho colaborativo que envolve a partilha entre pares, entre pares e professores em contexto de sala de aula e c) podem ainda implicar a partilha com o exterior próximo, distante ou, até, desconhecido.

O estudo de Moleiro (2011) é ilustrativo de que no Estudo do Meio se apela à contextualização das aprendizagens, sendo que nos dois primeiros anos os blocos programáticos incidem, predominantemente, sobre aspetos da vida privada e íntima do aluno, tais como a sua identificação, o seu corpo, a sua saúde, os seus gostos e preferências, a família, os amigos, o seu passado, a sua casa, a sua escola, os seus itinerários e o seu bairro.

Tendo em conta este quadro, com a presente investigação pretendemos averiguar a opinião de professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico e de encarregados de educação sobre atividades pedagógicas que incidem sobre aspetos da vida privada e íntima das crianças e das suas famílias.

Considerando que poderão existir diferenças entre o ensino praticado nas escolas públicas e nas privadas, ao nível da solicitação da privacidade como metodologia de aprendizagem, é nosso interesse verificar se, de facto, existe semelhanças ou diferenças, no que diz respeito às opiniões dos professores e dos encarregados de educação, de escolas dessas duas naturezas.

Começaremos, pois, por explicar o modo como planificámos a presente investigação empírica, explicitando os objetivos concretos que a orientou, o instrumento que utilizámos, o procedimento de recolha de dados e a amostra a que tivemos acesso.

3.1. Objetivos da investigação

Pretendemos, com a nossa investigação, conhecer as opiniões que, os professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico e os encarregados de educação de estabelecimentos de ensino público e privado têm de atividades pedagógicas radicadas na vivência privada dos alunos.

Sendo o conceito de privacidade central, devemos esclarecer o entendimento que adotámos, que é o mesmo que Moleiro (2011) e Moleiro Duarte e Damião (s/d). Assim, em termos metodológicos, entendemos por contextualização na esfera privada, a contextualização referente à solicitação de pensamentos, sentimentos, atuações e vivências dos alunos respeitantes a esferas não escolares e que só a eles digam respeito. Esta solicitação, além de ser irrelevante para a concretização das aprendizagens formais, pode prejudicar a relação interpessoal e levantar questões éticas e morais. São exemplos desta categoria: *história de vida* (nascimento, desenvolvimento, saúde, acontecimentos importantes...); *família* (composição, relacionamentos, saúde, acontecimentos marcantes...); *casa* (localização, tipo, recheio, divisões, equipamentos, condições...); *preferências* (filmes, desporto, tempos livres, amigos...); *hábitos* (de higiene, de alimentação,...).

Com base nesses trabalhos que sistematizam vários níveis de exposição da privacidade em atividades pedagógico-didáticas realizadas pelos alunos construímos o nosso instrumento de recolha de dados, atendendo aos passos que cada atividade frequentemente materializa. Estes passos de exposição começam pela recolha de informação privada junto de familiares, para, posteriormente, o aluno a expor à turma e ao exterior (comunidade educativa e sociedade) sendo crescente o nível de exposição.

No seguinte enquadramento apresentamos os quatro passos de exposição solicitada em cada atividade.

Passo 1 – recolha de questões privadas com o auxílio de familiares.
Passo 2 – concretização da atividade pela criança e posterior partilha em sala de aula.
Passo 3 – exposição do seu trabalho à comunidade educativa: exposição no <i>placard</i> do átrio da escola.
Passo 4 – divulgação dos trabalhos na <i>internet</i> , no blogue da turma de acesso livre

Feito este esclarecimento, de modo mais concreto, pretendemos:

- (1) Identificar opiniões que professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico de estabelecimentos de ensino público e privado têm das referidas atividades;
- (2) Identificar opiniões que encarregados de educação de estabelecimentos de ensino público e privado têm das referidas atividades;
- (3) Comparar opiniões expressas por professores e por encarregados de educação de estabelecimentos de ensino público e privado sobre as referidas atividades;

De forma esquemática, representamos esses objetivos:

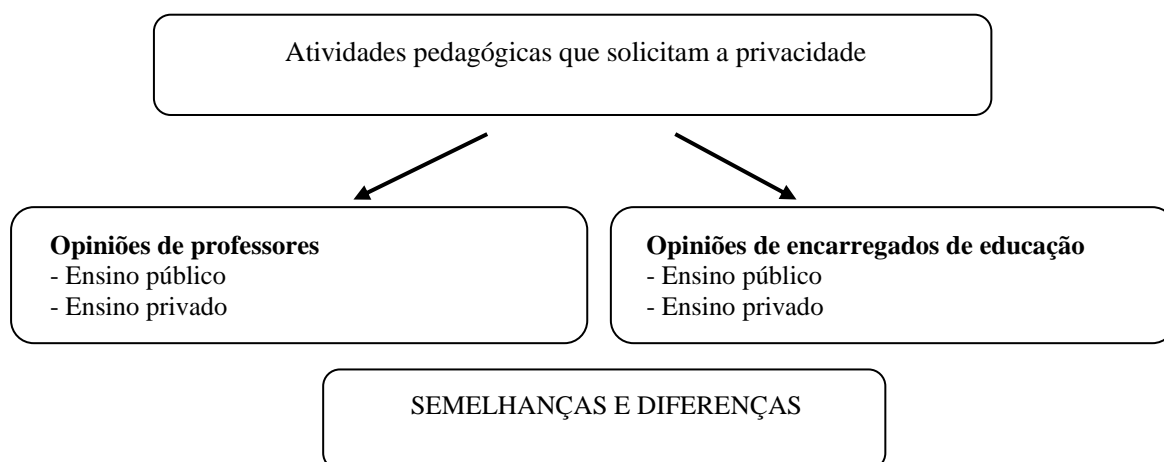


Figura 1 - apresentação esquemática dos objetivos da investigação

Para concretizarmos a nossa investigação de modo consistente, desenvolvemos dois estudos. No **primeiro** procurámos a opinião de um grupo mais alargado de sujeitos, usando, para tanto, um **questionário**. No **segundo**, procurámos aprofundar a opinião, de alguns desses sujeitos, usando, para tanto, uma **entrevista**.

3.2. Instrumento

Para concretizarmos os nossos objetivos, construímos um instrumento semi-estruturado, que assumiu o formato de questionário e de entrevista, a usar, respetivamente, no primeiro e segundo estudos (Cf. Anexo I e II).

Esse instrumento é composto por cinco atividades pedagógicas, que se encontram em harmonia com as Orientações Curriculares e Programáticas da área disciplinar de Estudo do Meio e cuja lógica é recorrente nos manuais escolares dessa área disciplinar: “1. A minha casa”, “2. A minha família”, “3. A minha saúde”, “4. O meu corpo” e “5. Os meus sentimentos”.

Para cada uma dessas atividades, definimos, à luz do que é usual nos manuais, em fichas e em diversos materiais pedagógicos, um conjunto de quatro passos comuns (passo 1: recolha de questões privadas com o auxílio de familiares; passo 2: concretização da atividade pela criança e posterior partilha, em sala de aula; passo 3: exposição do seu trabalho à comunidade educativa – afixação no *placard* do átrio da escola; passo 4: divulgação dos trabalhos na *internet*, no blogue da turma, de acesso livre.

Para cada um destes passos foi solicitado, aos professores e aos encarregados de educação, que se pronunciassem quanto ao grau de concordância, usando, para tal, uma escala de três intervalos – *concordo, não concordo nem discordo e discordo*.

O instrumento contém, ainda, cinco espaços, nos quais se solicita a justificação da opinião dos sujeitos a cada passo da atividade.

Além destas questões, são feitas outras de caracterização da amostra, idade, sexo, tempo de serviço, habilitação literária, e situação profissional, para os professores; sexo, idade e habilitação literária, para os encarregados de educação.

A estrutura do instrumento de recolha de dados está representada no seguinte quadro:

Quadro 12 - Estrutura do questionário/entrevista

Atividades	Passos
1. A minha casa	Passo 1 – Cada criança, com apoio de familiares, usa uma ficha para fazer o levantamento: do tipo de casa em que vive; das dependências dessa casa; das mobílias e equipamentos existentes nessa casa.
	Passo 2 – Cada criança, a partir dos dados recolhidos, reconstitui a sua casa num desenho e, de seguida, descreve-a à turma.
	Passo 3 – Colaborativamente, as crianças afixam os desenhos que realizaram no placard do átrio da escola destinado a exposições temporárias.
	Passo 4 – Colaborativamente, as crianças afixam esses desenhos no “Blogue de turma”, de acesso livre.
2. A minha família	Passo 1 – Numa estrutura de árvore genealógica, cada criança, com apoio de familiares: cola, nos espaços adequados, fotografias das pessoas que constituem a sua família; escreve os respectivos nomes; escreve o parentesco que a liga a elas;
	Passo 2 – Cada criança apresenta a sua família aos colegas e ao professor/a.
	Passo 3 – Colaborativamente, as crianças afixam as diversas árvores genealógicas no placard do átrio da escola destinado a exposições temporárias.
	Passo 4 – Colaborativamente, as crianças afixam as mesmas árvores genealógicas no “Blogue de turma”, de acesso livre.
3. A minha saúde	Passo 1 – Cada criança, com apoio de familiares, recolhe informações que lhes permite preencher a sua “Ficha clínica”, onde deve constar: as vacinas que lhe foram dadas; a regularidade das suas idas ao médico; as doenças que tem ou tenha tido.
	Passo 2 – Em pequenos grupos, as crianças apresentam a sua “Ficha clínica” a um Médico de Família que se deslocou à turma.
	Passo 3 – Colaborativamente, as crianças afixam a sua “Ficha Clínica” no placard do átrio da escola destinado a exposições temporárias.
	Passo 4 – Colaborativamente, as crianças afixam essas “Fichas” no “Blogue de turma”, de acesso livre.
4. O meu corpo	Passo 1 – As crianças, com a ajuda de familiares, recolhem fotografias tiradas em diversas fases da sua vida.
	Passo 2 – As crianças, trabalhando em pequenos grupos, registam numa ficha as modificações que o seu corpo sofreu até ao presente e, de seguida, apresentam essas modificações à turma.
	Passo 3 – Colaborativamente, as crianças afixam as fichas que realizaram no placard do átrio da escola destinado a exposições temporárias.
	Passo 4 – Colaborativamente, as crianças afixam essas fichas no “Blogue de turma”, de acesso livre.
5. Os meus sentimentos	Passo 1 – Cada criança destaca um acontecimento marcante da sua vida e, a seguir, sublinha, numa “lista de sentimentos” fornecida pelo(a) professor(a), os sentimentos que associa a tal acontecimento
	Passo 2 – Cada criança escreve uma página no “Diário da turma” que terá por título: “Os meus sentimentos”. De seguida, apresenta o resultado da sua reflexão à turma.
	Passo 3 – Colaborativamente, as crianças afixam as fichas que realizaram no placard do átrio da escola destinado a exposições temporárias.

Passo 4 – Colaborativamente, as crianças afixam essas fichas no “Blogue de turma”, de acesso livre.
--

3.3. Primeiro estudo: Questionário

Verificámos que no processo de ensino e aprendizagem, nomeadamente na área disciplinar de Estudo do Meio e nos dois primeiros anos de escolaridade, existe, sem dúvida, uma forte tendência para a contextualização das aprendizagens no concreto da vida privada de cada criança. Conscientes do tipo de atividades prescritas nos manuais escolares, dessa área disciplinar, apresentámos um conjunto de cinco atividades a pessoas responsáveis pela educação – professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico e encarregados de educação de estabelecimentos de ensino públicos e privados – com a finalidade de extrair a sua opinião.

a) Procedimento de recolha de dados

Para recolha dos dados em escolas públicas, contactámos pessoalmente os diretores de dois Agrupamentos de Escolas (dos distritos de Setúbal e de Coimbra) e formalizámos o pedido através de mensagem de correio eletrónico. Depois de obtida esta autorização, em reunião de departamento do 1.º Ciclo, solicitámos a colaboração a professores, explicámos o propósito do nosso estudo e o âmbito em que se insere, garantindo o anonimato das suas respostas. Distribuímos o questionário que foi preenchido e devolvido no local. Com apoio dos professores, enviámos em envelope fechado, através dos alunos, o questionário para os encarregados de educação, que foi preenchido e devolvido pelos educandos.

Para recolha dos dados em escolas privadas, procedemos do mesmo modo: contactámos pessoalmente os diretores de dois colégios (dos distritos de Setúbal e de Coimbra) e formalizámos o pedido através de mensagem de correio eletrónico. Uma vez obtida esta autorização solicitámos apoio aos representantes pedagógicos do 1.º Ciclo, a

quem confiámos, em envelope fechado, os questionários para professores e encarregados de educação. Posteriormente voltámos aos colégios para os recolher.

b) Amostras

As amostras dos professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico e encarregados de educação são compostas por cinquenta sujeitos, cada uma.

Para divisão da amostra dos professores, quanto ao tempo de serviço, servimo-nos das etapas da carreira, definidas por Huberman (1995): primeira fase, dos 0 aos 3 anos, corresponde à entrada na carreira, sobrevivência e descoberta; a segunda fase, dos 4 aos 6 anos, é de estabilização; a terceira fase, dos 7 aos 18 anos, é de experimentação, diversificação ou interrogação; a quarta fase, dos 19 aos 30 anos, é a da serenidade ou conservadorismo; e, por último, poderá existir uma quinta fase, a fase designada de *desengate* para quem tem mais de 31 anos de serviço.

Os **professores do ensino público** são em número de vinte e cinco, sendo a predominância do sexo feminino (88%). A sua idade varia entre 31 e 60 anos, tendo 60% idades compreendidas entre 41 e 50 anos, 28% entre 51 e 60 anos e 12% entre 21 e 30 anos. No que diz respeito ao tempo de serviço, 48% dos professores tem entre 19 e 30 anos, o que, segundo Huberman (1995) corresponde à quarta etapa da carreira, a da *serenidade*. Seguem-se 28% entre 7 e 18 anos de serviço, situando-se, por isso, na terceira etapa, a designada por Huberman como *experimentação, diversificação ou interrogação* e, ainda, 24% com mais de 31 anos de serviço, isto é, os que se situam na quinta etapa, *desengate*. Na grande maioria pertencem ao Quadro de Agrupamento (92%). Quanto à habilitação literária 64% são licenciados, 24% possuem mestrado e 12% bacharelato (Cf. Quadro 13).

Os **professores do ensino privado** são em número de vinte e cinco e são, também, maioritariamente do sexo feminino (96%). A idade varia entre 21 e 40 anos, sendo que 64% têm idades compreendidas entre 21 e 30 anos e 36% entre 31 e 40 anos. Rela-

tivamente ao tempo de serviço, 44% possuem no máximo 3 anos de prática letiva, o que, segundo Huberman (1995) corresponde à primeira etapa da carreira, isto é, a fase da *entrada na carreira, sobrevivência e descoberta*. Seguem-se 32% que têm entre 7 e 18 anos de serviço, estando, assim, situados, segundo o referido autor, na terceira etapa, a da *experimentação, diversificação ou interrogação*. Há, ainda, 24% com tempo de serviço entre 4 e 6 anos, o que para Huberman corresponde à *estabilização*, segunda etapa. No que diz respeito à situação profissional, todos são contratados. Quanto à habilitação literária, 88% são licenciados e 12% têm mestrado (Cf. Quadro 13).

Quadro 13 - Caracterização da amostra do primeiro estudo quanto ao sexo, idade, tempo de serviço, situação profissional e habilitação literária

		Ensino Público		Ensino privado	
		n	%	n	%
Sexo	Feminino	22	88	24	96
	Masculino	3	12	1	4
Idade	21-30 anos	0	0	16	64
	31-40 anos	3	12	9	36
	41-50 anos	15	60	0	0
	51-60 anos	7	28	0	0
Tempo de serviço	0-3 anos	0	0	11	44
	4-6 anos	0	0	6	24
	7-18 anos	7	28	8	32
	19-30 anos	12	48	0	0
	+ de 31 anos	6	24	0	0
Situação profissional	Contratado	1	4	25	100
	Quadro de Zona Pedagógica	1	4	0	0
	Quadro de Agrupamento	23	92	0	0
Habilitação literária	Bacharelato	3	12	0	0
	Licenciatura	16	64	22	88
	Mestrado	6	24	3	12

De salientar que no ensino público predominam professores com alguma idade (60% têm entre 41 e 50 anos) e muito tempo de serviço (48% tem entre 19 e 30 anos de prática docente), isto é, com experiência no ensino, o que corresponde, segundo as etapas da carreira de Huberman, à fase da *serenidade*. Em contrapartida, os professores do ensino privado, são mais jovens, quer em idade (64% têm entre 21 e 30 anos) quer em tempo de serviço (44% têm no máximo 3 anos de experiência no ensino), estando, porém, na primeira etapa, a da *entrada na carreira, da descoberta e sobrevivência*.

No que concerne aos **encarregados de educação do ensino público**, são em número de vinte e cinco, sendo 88% do sexo feminino. As suas idades variam entre 21 e 50 anos, tendo 72% idade compreendida entre 31 e 40 anos, 16% entre 41 e 50 anos e 12% entre 21 e 30 anos. Relativamente à habilitação literária, 16% têm o ensino básico, 52% têm o ensino secundário e 32% têm o ensino superior (Cf. Quadro 14).

Os **encarregados de educação do ensino privado** são em número vinte e cinco, sendo 96% do sexo feminino. As suas idades variam entre 31 e 60 anos, tendo 64% entre 31 e 40 anos, 32% entre 41 e 50 anos e 4% entre 51 e 60 anos. Quanto à habilitação literária, 80% são detentores do ensino superior e 20% têm o ensino secundário (Cf. Quadro 14).

Quadro 14 - Caracterização da amostra do primeiro estudo quanto ao sexo, idade e habilitação literária

		Ensino Público		Ensino privado	
		n	%	n	%
Sexo	Feminino	22	88	24	96
	Masculino	3	12	1	4
Idade	21-30 anos	3	12	0	0
	31-40 anos	18	72	16	64
	41-50 anos	4	16	8	32
	51-60 anos	0	0	1	4
Habilitação literária	Básico	4	16	0	0
	Secundário	13	52	5	20
	Superior	8	32	20	80

De salientar que quer no ensino público, quer no ensino privado, é o sexo feminino que predomina, isto é, foram as mães que responderam ao questionário. Quanto à idade, 72%, na escola pública e 64%, na escola privada, têm entre 31 e 40 anos. Ainda assim, verifica-se que os sujeitos do ensino privado têm mais idade, isto é, situam-se entre os 31 e os 60 anos, enquanto que os do público têm entre 21 e 50 anos. Quanto à habilitação literária, os sujeitos do ensino privado têm mais qualificação (80% têm cursos superiores e 20% o ensino secundário), em contrapartida, os do ensino público têm, na maioria (52%) o ensino secundário. De salientar que o ensino secundário, da maior parte dos encarregados de educação, corresponde ao 12º ano das Novas Oportunidades.

c) Apuramento dos dados

Para o tratamento e interpretação dos dados servimo-nos da *Técnica de Análise de Conteúdo*, uma das mais comuns na investigação de carácter exploratório em educação. Esta técnica permite descrever, de modo objetivo e sistemático, o conteúdo manifesto da comunicação, permitindo arrumá-la, num conjunto de categorias que dão significado a esse conteúdo (Bardin, 2009).

Após leitura, cuidadosa, da totalidade de respostas, procedemos à sua análise por atividade. Para tal, definimos, duas categorias – “Interesse da atividade” e “Opinião” -, iguais para as cinco atividades, as quais dividimos em subcategorias e posteriormente em indicadores, para facilitar a contagem (Cf. Quadro 15)

Quadro 15 - Categorias e subcategorias da análise das respostas dos sujeitos

Categorias	Subcategorias
Interesse da atividade	Atividade interessante
	Atividade não interessante
Opinião	Crítica
	Favor
	Nem a favor nem contra

Deste modo, apresentaremos a análise dos dados e a sua interpretação para cada atividade do questionário, fazendo o paralelismo com a opinião dos professores e dos encarregados de educação, de escolas públicas e privadas.

Relativamente à **atividade 1 “A Minha casa”**, começaremos por apresentar os resultados da análise das respostas dos **professores de escolas públicas**.

Constatámos que 84% concordam com o passo 1 – recolha com o apoio de familiares –, enquanto que 8% não concordam nem discordam e, igualmente, 8% discordam deste passo. No que diz respeito à apresentação em sala de aula, aos colegas da turma e à professora, 84% concordam com este passo, enquanto 16% não concordam nem discordam. Quanto à partilha com a comunidade educativa, através da afixação dos desenhos das casas dos alunos, no *placard* do átrio da escola, 52% concordam com este passo, mas 20% não concordam nem discordam e 28% discordam. É na partilha com a

sociedade, através da publicação dos desenhos dos alunos, no blogue de acesso livre que os professores mais discordam, sendo que 56% discordam totalmente mas, ainda assim, 8% não concordam nem discordam e 36% concordam (Cf. Quadro 16).

Os professores de escolas privadas manifestam maioritariamente acordo (96%) com o primeiro passo da atividade. Apenas 4% discordam que os alunos, em casa, com o apoio dos familiares recolham informação pormenorizada sobre a sua habitação. Quanto ao segundo passo, no qual os alunos apresentam em sala de aula o desenho da sua casa, 88% dos professores concordam com esta partilha e 12% não tem opinião definida. Relativamente ao passo 3, 56% concordam que se afixem os desenhos dos alunos no *placard* do átrio da escola, enquanto 24% discordam e 20% não concordam nem discordam. Quando solicitada a sua opinião acerca da publicação dos desenhos das casas dos alunos, no blogue de acesso livre à sociedade, 44% concordam, 16% não tem opinião definida e 40% discorda (Cf. Quadro 16).

Quadro 16 – Atividade 1: “A minha casa”, passos, alternativas e contagem dos professores

Passos	Alternativas	Contagem			
		Público		Privado	
		n	%	n	%
Recolha com o apoio de familiares	Concordo	21	84	24	96
	Não concordo nem discordo	2	8	0	0
	Discordo	2	8	1	4
Apresentação em sala de aula	Concordo	21	84	22	88
	Não concordo nem discordo	4	16	3	12
	Discordo	0	0	0	0
Partilha com a comunidade educativa	Concordo	13	52	14	56
	Não concordo nem discordo	5	20	5	20
	Discordo	7	28	6	24
Partilha com a sociedade	Concordo	9	36	11	44
	Não concordo nem discordo	2	8	4	16
	Discordo	14	56	10	40

Podemos concluir que, tanto os professores de escolas públicas, como de escolas privadas, tendem a concordar com a recolha de informação sobre a casa de cada aluno (passo 1). Concordam, igualmente, com a partilha dos desenhos em sala de aula (passo 2). No passo 3 – exposição, à comunidade escolar, dos desenhos das casas dos alunos,

percebe-se maior divergência, ainda assim, a maior parte concorda com essa exposição. Porém, no passo 4, no qual a partilha se alargará à sociedade, através do meio de comunicação social, a internet, a maior parte dos professores do ensino público discordam (56%). Ainda assim, há um número significativo de professores que concordam. De salientar que os professores do ensino privado concordam com a partilha do espaço privado – a casa – com a sociedade.

Importa agora analisar a justificação das opiniões. Relativamente aos **professores do ensino público**, 24% consideram a atividade atrativa, interessante e bem estruturada, 8% referem que é importante o envolvimento da família, no processo de ensino e aprendizagem do seu educando e 4% salientam que é uma boa atividade, que permite ao professor conhecer o aluno e a turma. Há ainda 4% que consideram que é necessário ter em conta a vontade do aluno quanto à exposição dos seus trabalhos, com ou sem identificação e 8% consideram que esta atividade fornece aos alunos um conhecimento diversificado da tipologia de habitação e desenvolve a socialização. Em contrapartida, 12% consideram que a atividade não é interessante, justificando que a informação é desadequada e muito pormenorizada, que o tema pode ser trabalhado sem que seja referida a sua casa e que é uma atividade que pode dar origem a discriminação. Os professores que manifestam desacordo com a atividade ou com alguns passos da atividade, justificam que ela interfere com dados privados que não devem ser vistos por pessoas fora da sala de aula (40%), que pode causar disparidade habitacional, sendo desnecessária a sua exposição (12%), alertando, ainda, para os perigos inerentes ao blogue de acesso livre (24%) (Cf. Quadro 17).

Quanto aos **professores das escolas privadas**, 56% consideram a atividade interessante, atrativa e bem estruturada, sendo importante que a família colabore no processo de aprendizagem do seu educando (24%). Em contrapartida, 12% consideram que esta atividade pode dar origem a discriminação, 52% afirmam que os dados privados não devem ser vistos por pessoas fora da sala de aula. 28% consideram que é necessário ter em atenção a disparidade habitacional, não havendo, portanto, necessidade de exposição. A mesma percentagem (28%) alerta para os perigos inerentes ao blogue. De realçar que 8% consideram que esta atividade é importante pois fornece aos alunos um

conhecimento diversificado da tipologia de habitação e desenvolve a socialização. Ainda, 4% alertam para se ter em atenção a vontade do aluno quanto à exposição dos seus trabalhos e 16% para a necessidade de pedir autorização aos encarregados de educação (Cf. Quadro 17).

Quadro 17 – Atividade 1: “A minha casa”, categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos professores

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Contagem			
			Público		Privado	
			n	%	n	%
Interesse	Atividade interessante	- atividade atrativa, interessante e bem estruturada;	6	24	14	56
		- boa ferramenta para conhecer os alunos e a turma;	1	4	0	0
		- importante o envolvimento da família da comunidade escolar e extra-escolar;	2	8	6	24
	Atividade não interessante	- informação desadequada à atividade e muito pormenorizada;	1	4	1	4
		- o tema pode ser trabalhado sem ser referida a sua casa;	1	4	0	0
		- atividade que pode dar origem a discriminação;	1	4	3	12
Opinião	Crítica	- são dados privados que não devem ser visto por pessoas fora da sala de aula;	10	40	13	52
		- ter em consideração a disparidade habitacional e a desnecessária exposição;	3	12	7	28
		- alerta para os perigos inerente ao blogue de acesso livre;	6	24	7	28
	Favor	- fornece aos alunos um conhecimento diversificado da tipologia de habitação e desenvolve a socialização;	2	8	2	8
	Nem a favor nem contra	- ter em conta a vontade do aluno quanto à exposição dos seus trabalhos, com ou sem identificação;	1	4	1	4
		-necessária autorização dos Encarregados de Educação;	0	0	4	16

Sumariamente, podemos concluir que não existe grande divergência entre os professores do ensino público e do privado. Concordam, globalmente, com os três primeiros passos da atividade e alguns discordam da afixação e da publicação no blogue. Os professores de ambas as proveniências consideram que a atividade poderá originar atitudes discriminativas, não devendo ser partilhada com o exterior (comunidade educativa e sociedade), justificando com os perigos da exposição da habitação de cada criança.

São apenas os professores do ensino privado que alertam para a necessidade de ser, previamente, pedida autorização, aos encarregados de educação, para se afixar os desenhos das suas casas.

Analisemos, agora, as respostas dos **encarregados de educação**, de estabelecimentos de ensino público e privado, à mesma atividade.

Dos **encarregados de educação de escolas públicas**, 76% concordam com a recolha de informação sobre a sua habitação, 16% discordam deste passo da atividade e 8% não concordam nem discordam. Relativamente ao passo 2, 68% concordam que os alunos elaborem o desenho da sua casa, apresentando-o aos colegas da sua turma, 16% não concordam nem discordam e a mesma percentagem (16%) discordam. No passo 3, 52% concordam que se afixem os desenhos dos seus educandos fora da sala de aula, 40% não concordam com este passo e 8% não têm opinião formada. No que diz respeito à partilha com a comunidade, através da publicação dos trabalhos dos alunos, no blogue de acesso livre, a maior parte dos encarregados de educação (60%) discordam deste último passo, 36% concordam e 4% não se manifesta contra nem a favor (Cf. Quadro 18).

Dos **encarregados de educação de escolas privadas**, 60% concordam com o passo 1 da atividade, 28% discordam e 12% não concordam nem discordam que o seu educando faça o levantamento de dados pessoais sobre a sua habitação. Quanto à partilha dos desenhos da sua casa, no espaço sala de aula, 52% concordam com este passo, 32% discordam e 16% não concordam nem discordam. No terceiro passo 40% não concordam que as suas casas, ainda que desenhadas pelos seus educandos, sejam expostas aos olhos de toda a escola. Ainda assim, 36% concordam com a exposição e 24% não concordam nem discordam. Quando solicitada a sua opinião sobre a partilha com a sociedade, através do blogue de acesso livre, a maioria dos encarregados de educação (68%) discordam, 20% não concordam nem discordam e, apenas, 12% concordam que a sua habitação seja publicada na internet (Cf. Quadro 18).

Quadro 18 – Atividade 1: “A minha casa”, passos, alternativas e contagem dos encarregados de educação

Passos	Alternativas	Contagem			
		Público		Privado	
		n	%	n	%
Recolha com o apoio de familiares	Concordo	19	76	15	60
	Não concordo nem discordo	2	8	3	12
	Discordo	4	16	7	28
Apresentação em sala de aula	Concordo	17	68	13	52
	Não concordo nem discordo	4	16	4	16
	Discordo	4	16	8	32
Partilha com a comunidade educativa	Concordo	13	52	9	36
	Não concordo nem discordo	2	8	6	24
	Discordo	10	40	10	40
Partilha com a sociedade	Concordo	9	36	3	12
	Não concordo nem discordo	1	4	5	20
	Discordo	15	60	17	68

Assim, concluímos que, a maioria dos encarregados de educação, concordam com os dois primeiros passos da atividade – recolha de informação sobre a sua casa e partilha com os colegas, na sala de aula – e discordam dos passos 3 e 4, nos quais os seus educandos partilham os desenhos das suas casas, afixando-os no *placard* da escola, dando a conhecer a sua habitação à comunidade educativa, assim como a publicação no blogue da turma de acesso livre.

Os **encarregados de educação do ensino público** justificam que consideram importante as crianças darem importância ao meio onde vivem e partilharem-no (28%). Consideram que esta atividade é interessante e que ajuda o desenvolvimento (20%). Em contrapartida, 20% consideram que esta atividade não tem interesse e não beneficia o desenvolvimento dos seus educandos. Ainda assim, 36% não concordam com a afixação e com o blogue, justificando que não há necessidade de exposição, sendo perigoso. 16% consideram que é suficiente trabalhar o tema só na turma, sem se entrar em detalhes. 20% alertam para o facto de a casa de cada um ser um espaço privado, não devendo, por isso, ser exposto. E, 16% afirmam que esta atividade pode gerar comparações e diferenças sociais entre os alunos. Há, ainda, 4% que consideram que, nesta faixa etária, as crianças não têm idade para blogues (Cf. Quadro 19).

Dos **encarregados de educação do ensino privado** 8% consideram a atividade interessante, 4% afirmam que é importante a criança conhecer o meio onde vive e 8% acha pertinente o envolvimento da família na atividade. Em contrapartida, 20% considera que esta atividade não tem interesse nem é importante para o desenvolvimento do seu educando. 72% criticam a atividade, não concordando com a exposição e com o blogue, uma vez que são assuntos que não devem ser expostos, sendo, porém, perigoso a sua exposição. Consideram que é suficiente trabalhar o tema apenas na turma e sem recorrer a detalhes (28%). A maioria considera que a casa é um espaço privado e não deve ser exposto (56%), assim como é uma atividade que gera comparações e pode dar origem a diferenciação social entre os alunos (Cf. Quadro 19).

Quadro 19 – Atividade 1: “A minha casa”, categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos encarregados de educação

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Contagem			
			Público		Privado	
			n	%	n	%
Interesse	Atividade interessante	- importante as crianças darem importância ao meio onde vivem e partilharem-no;	7	28	1	4
		- atividade interessante que ajuda o desenvolvimento;	5	20	2	8
		- atividade que envolve a família;	1	4	2	8
	Atividade não interessante	- atividade sem interesse/importância que não beneficia o desenvolvimento;	5	20	5	20
Opinião	Crítica	- não concordo com a afixação e com o blogue, não há necessidade de exposição, é perigoso;	9	36	18	72
		- é suficiente trabalhar o tema só na turma, não há necessidade de entrar em detalhes;	4	16	7	28
		- a casa de cada um é um espaço privado, não deve ser exposto;	5	20	14	56
		- atividade que gera comparação e diferenças sociais entre os alunos;	4	16	12	48
	Favor		0	0	0	0
	Nem a favor nem contra	- as crianças do 1º CEB não têm idade para blogues;	1	4	0	0

Comparando os encarregados de educação do ensino público e privado, destacamos a tendência para o desacordo com a afixação e publicação desnecessária, afirmando que a casa é um espaço privado não devendo, portanto, ser partilhado com tantos

detalhes, uma vez que dá origem a comparações que podem desencadear diferenças sociais e até atitudes discriminatórias.

Relativamente à **atividade 2 “A minha família”** começaremos por apresentar os resultados da análise das respostas dos **professores de escolas públicas**.

Constatámos que todos os **professores do ensino público** (100%) concordam com o primeiro passo, no qual os alunos, com o apoio de familiares constroem a sua árvore genealógica. Quanto à apresentação em sala de aula, do trabalho construído pelo aluno, 96% concordam com a partilha da família de cada um, com os colegas da turma, enquanto que 4% é contra este passo. No que diz respeito à afixação das árvores genealógicas no *placard* do átrio da escola, com acesso a toda a comunidade escolar, 58% concordam, 32% não concordam nem discordam e 20% discordam. É em relação à partilha com a sociedade, através da publicação no blogue de acesso livre que os professores manifestam o seu desacordo (68%), ainda que 16% concordam e 16% nem concordam nem discordam (Cf. Quadro 20).

Dos **professores de escolas privadas** 96% concordam com o passo 1 e 4% não concordam nem discordam. Relativamente ao passo 2 96% concordam e 4% não concordam nem discordam que o aluno apresente à turma a sua família. Quanto ao passo 3, as opiniões dividem-se. 36% concordam com este passo, 36% não concordam nem discordam e 28% discordam que se afixem as árvores genealógicas no *placard* da escola. No que diz respeito à partilha com o exterior, através do blogue de acesso livre, 64% discordam, 20% não concordam nem discordam e 16% concordam (Cf. Quadro 20).

Quadro 20 – Atividade 2: “A minha família”, passos, alternativas e contagem dos professores

Passos	Alternativas	Contagem			
		Público		Privado	
		n	%	n	%
Recolha com o apoio de familiares	Concordo	25	100	24	96
	Não concordo nem discordo	0	0	1	4
	Discordo	0	0	0	0
Apresentação em sala de aula	Concordo	23	92	24	96
	Não concordo nem discordo	1	4	1	4
	Discordo	1	4	0	0

Partilha com a comunidade educativa	Concordo	12	58	9	36
	Não concordo nem discordo	8	32	9	36
	Discordo	5	20	7	28
Partilha com a sociedade	Concordo	4	16	4	16
	Não concordo nem discordo	4	16	5	20
	Discordo	17	68	16	64

Podemos concluir que quer os professores de escolas públicas, quer os das escolas privadas concordam, maioritariamente, com os passos 1 e 2 da atividade. Isto é, concordam com a construção, com o apoio de familiares, das árvores genealógicas da família de cada aluno e que o tema seja abordado e trabalhado na sala de aula, partilhando, assim, com a turma as diversas e diferentes famílias.

Em contrapartida, manifestam algum desacordo quando a partilha que vai para além do espaço da sala de aula e total desacordo que esta atividade seja partilhada na internet, no blogue de acesso livre, o qual pode ser visto por qualquer pessoa.

Os **professores do ensino público** justificam as suas opiniões, afirmando que esta atividade está bem estruturada (12%), que serve para os alunos identificarem os graus de parentesco e os diferentes tipos de família (8%). No entanto, realçam que a atividade deveria ser realizada apenas na sala de aula (8%). Há, ainda, quem considere que a atividade não tem interesse para a aprendizagem do aluno (4%). De salientar que os professores consideram (48%) que o blogue invade a privacidade das famílias, remetendo para os perigos da divulgação das famílias identificadas, sugerindo que a atividade seja realizada com fotografias protegidas, ou até mesmo com recurso ao desenho (12%). Ainda 48% consideram que o tema não deve ser afixado nem divulgado, pois invade a privacidade das famílias. Alertam (4%), também, para o facto de haver alunos que não vivem com os pais, sendo, portanto um tema constrangedor. 16% lembram que deverá ser feito pedido de autorização, aos encarregados de educação, para a divulgação de fotografias dos membros da família, assim como 4% apelam para a necessidade de se ter em conta a vontade do aluno, quanto à exposição dos seus trabalhos (Cf. Quadro 21).

Dos **professores do ensino privado**, 4% consideram que a atividade está bem estruturada e 24% afirmam que a atividade é interessante pois ajuda a estabelecer conceitos, como o grau de parentesco e a conhecer várias tipologias de família. 8% consideram que para além da atividade ser interessante é um assunto que deve ser abordado, apenas na sala de aula. 16% consideram que o tema poder ser trabalhado sem o recurso à fotografia e 28% alertam para os perigos da divulgação das famílias identificadas, devendo, portanto, as fotografias estar protegidas. Ainda, 92% afirmam que este é um tema que não deve ser afixado nem divulgado, pois invade a privacidade, não só do aluno, como da sua família. De salientar que, 28% consideram que o blogue deveria ser de acesso restrito e 16% alertam para a necessidade de o encarregado de educação autorizar a divulgação das fotografias dos membros da família (Cf. Quadro 21).

Quadro 21- Atividade 2: “A minha família”, categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos professores

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Contagem			
			Público		Privado	
			n	%	n	%
Interesse da atividade	Atividade interessante	- atividade bem estruturada;	3	12	1	4
		- importante conseguir estabelecer relação (grau de parentesco) e conhecer as vários tipos de família;	2	8	6	24
		- atividade interessante só dentro da sala de aula;	2	8	2	8
	Atividade não interessante	- atividade sem interesse para a aprendizagem do aluno;	1	4	0	0
		- tema que pode ser trabalhado sem usar fotografias;	0	0	4	16
Opinião	Crítica	- o blogue invade a privacidade das famílias;	12	48	0	0
		- perigos da divulgação das famílias identificadas, as fotografias deverão estar protegidas;	3	12	7	28
		- tema que não deve ser afixado nem divulgado, pois invade a privacidade das família;	12	48	23	92
		- há alunos que não vivem com os pais e isso pode ser constrangedor;	1	4	0	0
	Favor		0	0	0	0
	Nem a favor nem contra	- blogue com acesso restrito;	0	0	7	28
		- necessário autorização dos encarregados de educação para a divulgação de fotografias dos membros da família;	4	16	4	16
		- ter em conta a vontade do aluno, quanto à exposição dos seus trabalhos;	1	4	0	0

Quer os professores do ensino público, quer os do ensino privado, justificam que o tema não deve ser afixado, uma vez que invade a privacidade do aluno e da sua família, remetendo para os perigos que a publicação pode acarretar. Alertam que as fotografias deverão estar protegidas e sugerem que esta atividade pode ser realizada sem o recurso à fotografia, sugerindo, por exemplo, que poderão ser os alunos a desenhar os elementos da sua família.

Analisemos agora as respostas dos **encarregados de educação**, de estabelecimentos de ensino público e privado, à mesma atividade.

No que concerne aos **encarregados de educação da escola pública**, 92% concordam com o passo 1 – recolha com o apoio de familiares de fotografias da família e da construção da árvore genealógica – 4% não concordam nem discordam e 4% discordam. Relativamente ao passo 2 – apresentação da família aos colegas – 92% concordam e 8% não concordam nem discordam. No que diz respeito à partilha com a comunidade, através da afixação das árvores genealógicas, no *placard* do átrio da escola, 60% concordam, 16% não concordam nem discordam e 24% discordam deste passo. Do passo 4 – publicação, das árvores genealógicas no blogue de acesso livre - 52% não concordam, 40% concordam e 8% não concordam nem discordam (Cf. Quadro 22).

Quanto aos **encarregados de educação das escolas privadas** 76% concordam com a recolha de fotografias para a construção da árvore genealógica, 4% não concordam nem discordam e 20% discordam deste passo. Relativamente ao passo 2 – apresentação e partilha em sala de aula – 76% concordam, 12% não concordam nem discordam e 12% discordam. Do passo 3 64% concordam com a partilha com a comunidade educativa, através da afixação no *placard* do átrio da escola, 8% não concordam nem discordam e 28% não concordam. É no passo 4 – partilha com a comunidade – que 60% dos encarregados de educação não concordam, enquanto 20% concordam e os restantes 20% não concordam nem discordam. (Cf. Quadro 22)

Quadro 22 – Atividade 2: “A minha família”, passos, alternativas e contagem dos encarregados de educação

Passos	Alternativas	Contagem			
		Público		Privado	
		n	%	n	%
Recolha com o apoio de familiares	Concordo	23	92	19	76
	Não concordo nem discordo	1	4	1	4
	Discordo	1	4	5	20
Apresentação em sala de aula	Concordo	23	92	19	76
	Não concordo nem discordo	2	8	3	12
	Discordo	0	0	3	12
Partilha com a comunidade educativa	Concordo	15	60	16	64
	Não concordo nem discordo	4	16	2	8
	Discordo	6	24	7	28
Partilha com a sociedade	Concordo	10	40	5	20
	Não concordo nem discordo	2	8	5	20
	Discordo	13	52	15	60

Verificamos que os encarregados de educação de escolas públicas e privadas, manifestam, maioritariamente, a mesma opinião. Concordam com os passos 1, 2 e 3 (recolha das fotografias e construção da árvore genealógica, com o apoio de familiares, apresentação, na sala de aula, aos colegas e à professora e afixação no *placard* do átrio da escola) e discordam do passo 4 (publicação das árvores genealógicas no blogue da turma, de acesso livre).

Os **encarregados de educação do ensino público** justificam as suas opiniões afirmando que esta atividade é interessante e importante (56%), pois dá a conhecer a sua família aos colegas (16%), sendo, igualmente, importante o envolvimento das famílias nas atividades dos alunos (12%). Ainda assim, 8% afirmam que a atividade pode ser realizada sem utilizar fotografias, assim como 8% consideram que as crianças gostam de falar e de mostrar a sua família. Em contrapartida, 48% não concordam com a exposição nem com a divulgação na internet, 32% alertam que é uma questão demasiado privada, não devendo, as crianças, expor o seu ambiente familiar (16%). Apela para que o tema seja trabalhado apenas na sala de aula (24%), pois a sua exposição viola a privacidade de cada família (20%). 4% alertam, ainda, para a necessidade de auto-

rização dos encarregados de educação para a divulgação de um tema tão pessoal (Cf. Quadro 23).

Os **encarregados de educação do privado** justificam que é uma atividade interessante (20%), pois dá a conhecer a sua família aos colegas (24%). Em contrapartida 4% consideram que a atividade não tem qualquer interesse e é desnecessária, não concordando com a exposição nem com a divulgação na internet (76%), por ser uma questão demasiado privada (4%), atendendo a que as crianças não devem expor a sua família (4%), violando, assim, a privacidade de cada família (56%). Ainda 4% alerta para a necessidade de autorização dos encarregados de educação para divulgar/afixar/publicar a atividade (Cf. Quadro 23).

Quadro 23 – Atividade 2: “A minha família”, categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos encarregados de educação

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Contagem			
			Público		Privado	
			n	%	n	%
Interesse da atividade	Atividade interessante	- atividade importante/interessante;	14	56	5	20
		- atividade importante, dá a conhecer a sua família e a dos colegas;	4	16	6	24
		- importante o envolvimento das famílias nas atividades dos alunos;	3	12	0	0
	Atividade não interessante	- atividade sem interesse e desnecessária;	0	0	1	4
		- atividade que pode ser realizada sem utilizar fotografias;	2	8	0	0
Opinião	Crítica	- não concordo com a exposição nem com a divulgação na internet;	12	48	19	76
		- questão demasiado privada;	8	32	1	4
		- as crianças não devem expor o seu ambiente familiar;	4	16	1	4
		- a exposição viola a privacidade de cada família;	5	20	14	56
		- tema que só deve ser trabalhado na sala de aula;	6	24	0	0
	Favor	- as crianças gostam de falar sobre a família;	2	8	0	0
	Nem a favor nem contra	- necessário autorização dos encarregados de educação;	1	4	1	4

Podemos concluir que os encarregados de educação, do ensino público e privado, não concordam com a afixação no *placard* e divulgação no blogue de acesso livre, pois consideram que esta atividade invade e viola a privacidade das famílias.

Apresentamos, de seguida, relativamente à **atividade 3 “A minha saúde”**, os resultados da análise das respostas dos **professores de escolas públicas**.

Relativamente a esta atividade 88% dos professores concordam com o passo 1, no qual é solicitado aos alunos o preenchimento de uma ficha clínica, com o auxílio dos familiares, com dados pessoais. 8% não concordam nem discordam e 4% discordam. Quanto ao passo 2, no qual os alunos apresentam a sua ficha clínica perante a turma, a um médico de família, 60% concordam, 20% não concordam nem discordam e 20% discordam. Do passo 3 – partilha com a comunidade escolar, através da afixação das fichas clínicas no *placard* do átrio da escola, 76% discordam, 4% não concordam nem discordam e 20% concordam. No último passo – partilha com a sociedade, através da publicação no blogue de acesso livre, 84% discordam e 16% concordam (Cf. Quadro 24).

Dos **professores das escolas privadas** 88% concordam com a recolha de dados para preencher a ficha clínica e 12% discordam. Quanto à apresentação da sua ficha clínica em sala de aula, perante um médico, 56% concordam com este passo, 12% não concordam nem discordam e 36% discordam. Da partilha, através da afixação das fichas com dados clínicos no *placard* do átrio da escola, 76% discordam, 12% não concordam nem discordam e 12% concordam. Do mesmo modo que 84% discordam da publicação das fichas no blogue de acesso livre, 4% não concordam nem discordam e 12% concordam (Cf. Quadro 24).

Quadro 24 – Atividade 3: “A minha saúde”, passos, alternativas e contagem dos professores

Passos	Alternativas	Contagem			
		Público		Privado	
		n	%	n	%
Recolha com o apoio de familiares	Concordo	22	88	22	88
	Não concordo nem discordo	2	8	0	0

	Discordo	1	4	3	12
Apresentação em sala de aula	Concordo	15	60	14	56
	Não concordo nem discordo	5	20	3	12
	Discordo	5	20	9	36
Partilha com a comunidade educativa	Concordo	5	20	3	12
	Não concordo nem discordo	1	4	3	12
	Discordo	19	76	19	76
Partilha com a sociedade	Concordo	4	16	3	12
	Não concordo nem discordo	0	0	1	4
	Discordo	21	84	21	84

Podemos concluir que os professores das escolas públicas e os das escolas privadas estão em sintonia. Ambos concordam com os dois primeiros passos da atividade – passo 1 (preenchimento da ficha clínica) e passo 2 (divulgação do seu estado clínico na turma e perante um médico de família). No entanto, de salientar, que os professores do ensino privado, manifestam-se menos a favor do passo 2, em relação aos professores do público. Dos passos 3 e 4 ambos discordam com a divulgação de dados que são pessoais.

Os **professores do ensino público** justificam as suas opiniões, afirmando que se trata de uma atividade interessante e bem estruturada (20%), contribuindo para o conhecimento dos alunos (4%). Em contrapartida, alguns consideram que é uma atividade sem interesse, afirmando (20%) que o tema deve ser abordado de forma mais geral, não interferindo na vida pessoal, pois, não é correto expor a saúde (40%), uma vez que se trata de um assunto sigiloso e pessoal, com direito a reserva (52%) e que não deve ser afixado nem no placard nem no blogue (56%). Outros (8%) consideram desnecessário a partilha deste tema com os colegas, sendo um assunto pessoal e sensível que pode destacar alunos pela negativa, fragilizando-os (24%). Alertam, que o passo 2 é difícil de concretizar, isto é, a disponibilidade/deslocação do médico à escola (4%) e ainda que deve ser feito o pedido de autorização aos encarregados de educação para a afixação/divulgação (4%) (Cf. Quadro 25).

Os **professores do ensino privado** afirmam que é totalmente desnecessário afixar no *placard* e no blogue de acesso livre estas informações (56%). 40% consideram des-

necessário a divulgação aos colegas do seu estado clínico, justificando que é um assunto pessoal e sensível, podendo, porém, destacar os alunos pela negativa, fragilizando-os (16%), tendo em conta que a saúde é um assunto sigiloso e pessoal com direito a reserva (28%). Ainda, 20% consideram que não é correto expor a saúde das crianças (Cf. Quadro 25).

Quadro 25 – Atividade 3: “A minha saúde”, categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos professores

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Contagem			
			Público		Privado	
			n	%	n	%
Interesse da atividade	Atividade interessante	- atividade interessante/bem estruturada;	5	20	1	4
		- atividade que contribui para o conhecimento dos alunos;	1	4	1	4
	Atividade não interessante	- o tema deve ser abordado de forma mais geral, não interferindo na vida pessoal;	5	20	0	0
Opinião	Crítica	- não é correto expor a saúde;	10	40	5	20
		- a saúde é assunto sigiloso e pessoal, com direito a reserva;	13	52	7	28
		- desnecessário afixação em placard e divulgação em blogue de acesso a todos;	14	56	14	56
		- desnecessário divulgação aos colegas;	2	8	10	40
		- assunto pessoal e sensível que pode destacar alunos pela negativa, fragilizando-os;	6	24	4	16
	Favor		0	0	0	0
	Nem a favor nem contra	- a disponibilidade/deslocação de um médico à escola é difícil de concretizar;	1	4	0	0
		- afixação/divulgação só com autorização do encarregado de educação;	1	4	1	4

Os professores manifestam desacordo com a exposição de dados tão pessoais, e justificam-se, afirmando que a saúde é um tema que merece sigilo, pois é um assunto sensível, pessoal, que tem direito a reserva, não devendo ser exposto, nem no *placard* da escola nem no blogue de acesso livre.

Relativamente aos **encarregados de educação de estabelecimento de ensino público** 84% concordam com a recolha da informação clínica do seu educando, assim como com o preenchimento da ficha clínica e 16% não concordam nem discordam des-

te passo. Relativamente ao passo 2 – apresentação das fichas clínicas na sala de aula, perante os colegas da turma e um médico de família, 68% concordam, 28% não concordam nem discordam e 4% discordam. Do passo 3 – partilha com a comunidade educativa, através da afixação das fichas clínicas no *placard* do átrio da escola – 48% discordam, 20% não concordam nem discordam e 32% concordam. Com o passo 4, no qual as fichas clínicas serão divulgadas no blogue da turma, de acesso livre, 64% discordam, 12% não concordam nem discordam e 24% concordam (Cf. Quadro 26).

Dos **encarregados de educação das escolas privadas** 80% concordam com o passo 1 e 20% discordam. Quanto ao segundo passo, no qual o aluno apresenta à turma e a um médico de família a sua ficha clínica, 48% concorda com este passo, 16% não concorda nem discorda e 36% discorda. Relativamente ao passo 3 – partilha com a comunidade educativa, através da afixação no placard do átrio da escola – 64% discorda, 12% não concorda nem discorda e 24% concorda. Também no passo 4 – divulgação no blogue da turma, de acesso livre – 72% discorda, 16% não concorda nem discorda e 12% concorda (Cf. Quadro 26).

Quadro 26- Atividade 3: “A minha saúde”, passos, alternativas e contagem dos encarregados de educação

Passos	Alternativas	Contagem			
		Público		Privado	
		n	%	N	%
Recolha com o apoio de familiares	Concordo	21	84	20	80
	Não concordo nem discordo	4	16	0	0
	Discordo	0	0	5	20
Apresentação em sala de aula	Concordo	17	68	12	48
	Não concordo nem discordo	7	28	4	16
	Discordo	1	4	9	36
Partilha com a comunidade educativa	Concordo	8	32	6	24
	Não concordo nem discordo	5	20	3	12
	Discordo	12	48	16	64
Partilha com a sociedade	Concordo	6	24	3	12
	Não concordo nem discordo	3	12	4	16
	Discordo	16	64	18	72

Podemos concluir que os encarregados de educação do público e do privado são da mesma opinião, isto é, concordam com os primeiros passos da atividade – passo 1 (recolha e preenchimento da ficha clínica) e passo 2 (partilha com os colegas e com o médico de família). Em contrapartida, discordam dos passos 3 e 4, partilha com a comunidade educativa (afixação no placard do átrio da escola) e com a sociedade (blogue de acesso livre).

Os **encarregados de educação do público** justificam as suas opiniões, alegando, 32% que esta atividade é interessante. Em contrapartida, alguns consideram que a atividade não tem interesse, podendo, até, traumatizar e gerar discriminação (4%), afirmando que não é pertinente o debate da saúde de cada um (4%), sendo possível abordar o tema sem recurso às doenças de cada um (4%). A maior parte dos sujeitos (52%) discordam com a publicação/divulgação com a comunidade educativa e no blogue de acesso livre, pois consideram que a saúde é um assunto privado, sigiloso e íntimo (44%), devendo ser apenas abordado em sala de aula, com o professor e o grupo-turma (12%). Há ainda os que são da opinião de que não há necessidade de partilha/divulgação das doenças, para além do professor (24%) (Cf. Quadro 27).

Os **encarregados de educação do privado** justificam que consideram a atividade interessante (20%) e que permite ampliar os conhecimentos ao nível da medicina (vacinas, idas ao médico, ...) (4%). Em contrapartida 52% consideram a atividade sem interesse, que pode traumatizar e gerar discriminação, afirmando que não há necessidade de partilha/divulgação das doenças, para além do professor (36%), devendo o tema ser apenas abordado em sala de aula, com o professor e o grupo-turma (20%). De salientar que 20% consideram que a saúde é um assunto privado, sigiloso e íntimo, sendo a verificação do boletim de vacinas, no ato da matrícula, suficiente (4%). Alertam, ainda, que a divulgação/afixação só poderá ser realizada após autorização dos encarregados de educação (Cf. Quadro 27).

Quadro 27- “A minha saúde”, Categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos Encarregados de educação

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Contagem			
			Público		Privado	
			n	%	n	%
Interesse da atividade	Atividade interessante	- amplia os conhecimentos ao nível da medicina (vacinas, idas ao médico, ...);	0	0	1	4
		- atividade interessante;	8	32	5	20
	Atividade não interessante	- atividade sem interesse que pode traumatizar e gerar discriminação;	1	4	13	52
		- não é pertinente o debate da saúde de cada um;	1	4	0	0
		- tema que pode ser abordado sem recurso às doenças dos alunos;	1	4	0	0
Opinião	Crítica	- não há necessidade de partilha/ divulgação das doenças, para além do professor;	6	24	9	36
		- discordo da publicação/divulgação para a comunidade educativa e em blogue de acesso livre;	13	52	0	0
		- tema que deve ser apenas abordado em sala de aula, com o professor e o grupo-turma;	3	12	5	20
		- a saúde é um assunto privado, sigiloso e íntimo;	11	44	5	20
	Favor		0	0	0	0
	Nem a favor nem contra	- a verificação do boletim de vacinas no ato da matrícula é suficiente;	0	0	1	4
		- divulgação/afixação só com autorização dos encarregados de educação;	0	0	3	12

Os encarregados de educação, de ambas as proveniências justificam a sua opinião alertando que a saúde é uma questão íntima, privada e sigilosa, que não deve ser exposta, não havendo, portanto, necessidade de divulgação e partilha.

Apresentaremos, os resultados da análise das respostas à **atividade 4 “O meu corpo”**, começando pelos **professores de escolas de ensino público**. Relativamente a esta atividade 92% concordam com o passo 1 da atividade, 4% não concordam nem discordam assim como 4% discordam que os alunos recolham fotografias das várias fases da sua vida. Quanto ao passo 2 – apresentação das modificações do seu corpo, aos colegas, na sala de aula – 80% concordam, 12% não concordam nem discordam e 8% discordam. São 44% os que concordam com a partilha das fichas de registo das modificações do seu corpo ao longo da vida, no placard do átrio da escola. 16% não concordam nem discordam e 40% discordam que sejam partilhadas as fichas, perante a comu-

nidade educativa. Do passo 4 – divulgação das fichas no blogue da turma, de acesso livre – 72% discordam, 15% não concordam nem discordam e 20% concordam (Cf. Quadro 28).

Quanto aos **professores que lecionam em escolas privadas**, 92% concordam com o passo 1 – recolha de fotografias de diferentes fases da sua vida, com o apoio de familiares e 8% não concordam nem discordam. Relativamente ao passo 2 – apresentação da ficha com as modificações do seu corpo, na sala de aula, 88% concordam e 12% não concordam nem discordam. Do passo 3 – partilha com a comunidade educativa, através da afixação no placard do átrio da escola – 48% concordam, 28% não concordam nem discordam e 24% discordam com a exposição. No passo 4, o qual implica partilha com a sociedade, através do blogue de acesso livre, 60% discordam, 8% não concordam nem discordam e 32% concordam (Cf. Quadro 28).

Quadro 28 – Atividade 4: “O meu corpo”, passos, alternativas e contagem dos Professores

Passos	Alternativas	Contagem			
		Público		Privado	
		n	%	n	%
Recolha com o apoio de familiares	Concordo	23	92	23	92
	Não concordo nem discordo	1	4	2	8
	Discordo	1	4	0	0
Apresentação em sala de aula	Concordo	20	80	22	88
	Não concordo nem discordo	3	12	3	12
	Discordo	2	8	0	0
Partilha com a comunidade educativa	Concordo	11	44	12	48
	Não concordo nem discordo	4	16	7	28
	Discordo	10	40	6	24
Partilha com a sociedade	Concordo	5	20	8	32
	Não concordo nem discordo	4	16	2	8
	Discordo	18	72	15	60

Comparativamente podemos concluir que quer os professores de escolas públicas quer os professores de escolas privadas concordam com os passos 1, 2 e 3 da atividade. No entanto, uma percentagem significativa (40%) de professores de estabelecimentos de ensino público não concordam com a partilha com a comunidade educativa (passo

3). Do passo 4, no qual serão publicados, em blogue de acesso livre, as fichas com as modificações que o corpo dos alunos vai sofrendo ao longo do tempo, a maior parte dos professores discordam.

Os **professores do ensino público** justificam a sua opinião considerando que esta é uma atividade bem estruturada (12%) e que ajuda na compreensão das diferentes alterações que o corpo sofre ao longo dos anos (4%). No entanto, consideram que pode ser realizada sem recurso a fotografias, uma vez que estas são confidenciais (8%). Em contrapartida, 4% dizem ser uma atividade sem interesse e 48% consideram que a exposição deve ser evitada, pois pode causar discriminação. Relativamente à partilha, 40% não concordam que se mostre à comunidade as fotografias dos alunos, pois é estar a expor demasiado as crianças, 36% alertam para os perigos da internet e da exposição pública perigosa e sem utilidade, considerando que a atividade deve ser trabalhada apenas no grupo/sala de aula (12%). Alertam, ainda, para o facto da necessidade de pedir autorização aos encarregados de educação para utilizar e divulgar fotografias (12%), para a necessidade de ter em conta a vontade dos alunos (4%) assim como o facto de os alunos poderem não gostar da exposição deste assunto fora da sala de aula (4%) (Cf. Quadro 29).

Os **professores do ensino privado** manifestam a sua opinião, justificando que a atividade está bem estruturada (16%), sendo importante a colaboração da família (8%). Afirmam, também, que a atividade poderia ser realizada sem recurso a fotografia, pois estas são confidenciais (16%). Em contrapartida, 16% consideram que a atividade não tem interesse e que a sua exposição deve ser evitada, pois pode causar discriminação (8%). Há quem considere que a atividade deve ser tratada apenas no grupo-turma (4%), não concordando que se mostre à comunidade as fotografias dos alunos, porque expõe demasiado os alunos (16%), alertando para os perigos da internet (28%). São, ainda 12% os que consideram necessário autorização dos encarregados de educação para utilizar e divulgar fotografias (Cf. Quadro 29).

Quadro 29 – Atividade 4: “O meu corpo”, Categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos professores

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Contagem			
			Público		Privado	
			n	%	n	%
Interesse da atividade	Atividade interessante	- atividade bem estruturada;	3	12	4	16
		- colaboração da família é importante;	0	0	2	8
		- atividade que pode ser realizada sem recurso a fotografia, pois são confidenciais;	2	8	4	16
	Atividade não interessante	- atividade sem interesse;	1	4	4	16
		- exposição deve ser evitada, pode causar discriminação;	12	48	2	8
Opinião	Crítica	- não concordo que se mostre à comunidade as fotografias dos alunos, é estar a expor demasiado as crianças;	10	40	4	16
		- perigos da internet/exposição pública perigosa e sem utilidade;	9	36	7	28
		- atividade que deve ser tratada apenas no grupo/sala de aula;	3	12	1	4
		- facilidade para compreender as diferentes modificações do corpo;	1	4	0	0
	Favor	- necessário autorização dos encarregados de educação para utilizar e divulgar fotografias;	3	12	3	12
	Nem a favor nem contra	- os alunos não gostam da exposição fora da sala de aula;	1	4	0	0
		- ter em conta a vontade dos alunos;	1	4	0	0

Os professores justificam a sua opinião afirmando que a exposição deve ser evitada pois pode tornar-se discriminativa, alertando para os perigos que isso acarreta.

Do parecer dos **encarregados de educação das escolas públicas** podemos extrair que 88% concordam com o primeiro passo – recolha de fotografias – e 12% não concordam nem discordam. Relativamente ao passo 2 – apresentação em sala de aula das fichas com as modificações do seu corpo – 76% concordam e 24% não concordam nem discordam. Do passo 3 – afixação das fichas no placard do átrio da escola – 32% concordam, 28% não concordam nem discordam e 40% discordam. No que diz respeito ao último passo – partilha com a sociedade, através da publicação no blogue de acesso livre – 24% concordam, 4% não concordam nem discordam e 72% discordam (Cf. Quadro 30).

Quanto aos **encarregados de educação das escolas privadas**, concordam, na maioria (72%), com o primeiro passo da atividade – recolha de fotografias de várias

fases da vida da criança, 16% não concordam nem discordam e 12% discordam. Relativamente ao segundo passo – partilha com a turma – 52% concordam com este passo, 28% não concordam nem discordam e 20% discordam. No que respeita ao terceiro passo – partilha com a comunidade educativa, através da afixação no placard do átrio da escola – 48% concordam, 12% não concordam nem discordam e 40% discordam. Por último, do passo 4 – partilha com a sociedade – 80% discordam, 12% não concordam nem discordam e 8% concordam. (Cf. Quadro 30)

Quadro 30- Atividade 4: “O meu corpo”, passos, alternativas e contagem dos encarregados de educação

Passos	Alternativas	Contagem			
		Público		Privado	
		n	%	n	%
Recolha com o apoio de familiares	Concordo	22	88	18	72
	Não concordo nem discordo	3	12	4	16
	Discordo	0	0	3	12
Apresentação em sala de aula	Concordo	19	76	13	52
	Não concordo nem discordo	6	24	7	28
	Discordo	0	0	5	20
Partilha com a comunidade educativa	Concordo	8	32	12	48
	Não concordo nem discordo	7	28	3	12
	Discordo	10	40	10	40
Partilha com a sociedade	Concordo	6	24	2	8
	Não concordo nem discordo	1	4	3	12
	Discordo	18	72	20	80

Podemos concluir que os encarregados de educação estão de acordo com o passo 1 e o passo 2 da atividade, ou seja, com a recolha, com ajuda de familiares de fotografias tiradas em diferentes fases da vida da criança, para posterior preenchimento de uma ficha com as alterações do seu corpo. Quanto ao passo 3 – partilha das fichas, através da afixação no placard do átrio da escola, os encarregados de educação do público, discordam (40%) enquanto os do ensino privado concordam (48%) com este passo. Do passo 4 – partilha das fichas no blogue de acesso livre – ambos discordam que se publique esta informação, justificando que é informação demasiado privada para ser divulgada.

Após a análise verificamos que 44% dos **encarregados de educação do ensino público**, consideram que a atividade é interessante, sendo um tema com interesse e

importante para as crianças conhecerem o seu corpo. Em contrapartida, 4% consideram que a atividade não tem interesse e que pode ser realizada sem o recurso a fotografias das próprias crianças. Ainda 60% afirmam que são informações confidenciais que não devem ser expostas, devendo o tema ser tratado de forma individual e na sala de aula (20%). Alertam que há necessidade de ter em conta a privacidade de cada um e que esta atividade não respeita a privacidade (12%), assim como 44% dizem que não deve ser divulgado no blogue de acesso livre, devido aos perigos da internet (Cf. Quadro 31).

Relativamente aos **encarregados de educação do ensino privado**, 20% consideram que o tema é interessante, pois as crianças devem conhecer o seu corpo. No entanto, 36% afirmam que a atividade não tem interesse e que pode causar discriminação (16%). 52% consideram que são informações confidenciais que não devem ser expostas e que é necessário ter em conta a privacidade de cada um (16%), não devendo, portanto, ser divulgado no blogue de acesso livre, devido aos perigos da internet (20%). Alguns salientam a necessidade da autorização dos pais para a divulgação (12%) (Cf. Quadro 31).

Quadro 31 – Atividade 4: “O meu corpo”, Categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos encarregados de educação

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Contagem			
			Público		Privado	
			n	%	n	%
Interesse da atividade	Atividade interessante	- tema interessante/crianças devem conhecer o seu corpo;	11	44	5	20
	Atividade não interessante	- atividade sem interesse;	2	4	9	36
		- atividade que pode ser realizada sem recurso a fotografia;	4	16	4	16
Opinião	Crítica	- não deve ser divulgado no blogue de acesso livre, há perigo na Net;	11	44	5	20
		- tema que deve ser tratado de forma individual/sala de aula;	5	20	0	0
		- são informações confidenciais que não devem ser expostas;	15	60	13	52
		- ter em conta a privacidade de cada um, atividade que não respeita a privacidade;	3	12	4	16
	Favor		0	0	0	0
	Nem a favor nem contra	- necessário autorização dos pais para divulgação;	0	0	3	12

Verificamos que os encarregados de educação consideram que a informação é demasiado privada para ser divulgada, não devendo ser exposta, por ser confidencial. Consideram, ainda, que é uma atividade que desrespeita a privacidade do aluno.

Por último, apresentamos a análise da **atividade 5 “Os meus sentimentos”**.

Dos **professores das escolas de ensino público**, 76% concordam com a seleção de um sentimento para que de seguida a criança reflita sobre ele, 12% não concordam nem discordam e 12% discordam deste passo da atividade – passo 1. Quanto à partilha, da sua reflexão escrita, com a turma 64% concordam com este passo, 20% não concordam nem discordam e 16% discordam. Do passo 3 – afixação das fichas no placard do átrio da escola, no qual toda a comunidade educativa, 36% concordam, 24% não concordam nem discordam e 40% discordam. O mesmo se verifica com o passo 4 – partilha no blogue de acesso livre – 32% concordam, 24% não concordam nem discordam e 44% discordam (Cf. Quadro 32).

Dos **professores das escolas de ensino privado** 76% concordam com o passo 1 da atividade, 16% não concordam nem discordam e 8% discordam que os alunos destaquem um sentimento para depois refletirem sobre ele. Quanto ao passo 2 – reflexão e partilha com a turma – 76% concordam, 12% não concordam nem discordam e 12% discordam. No passo 3 – partilha das reflexões com a comunidade educativa, através da afixação das fichas no placard do átrio da escola – 44% concordam, 8% não concordam nem discordam e 40% discordam. Relativamente à publicação no blogue de acesso livre, 28% concordam, 12% não concordam nem discordam e 60% discordam (Cf. Quadro 32).

Quadro 32 – Atividade 5: “Os meus sentimentos”, passos, alternativas e contagem dos Professores

Passos	Alternativas	Contagem			
		Público		Privado	
		n	%	n	%
Recolha com o apoio de familiares	Concordo	19	76	19	76
	Não concordo nem discordo	3	12	4	16
	Discordo	3	12	2	8
Apresentação em sala	Concordo	16	64	19	76

de aula	Não concordo nem discordo	5	20	3	12
	Discordo	4	16	3	12
Partilha com a comunidade educativa	Concordo	9	36	11	44
	Não concordo nem discordo	6	24	4	8
	Discordo	10	40	10	40
Partilha com a sociedade	Concordo	8	32	7	28
	Não concordo nem discordo	6	24	3	12
	Discordo	11	44	15	60

Podemos concluir que, quer os professores do ensino público, quer os professores do ensino privado, concordam com o passo 1 (seleção de um sentimento para posterior reflexão sobre ele) e com o passo 2 (partilha da reflexão com os colegas da turma, em sala de aula). Quanto ao passo 3, no qual serão afixadas, no placard do átrio da escola, as fichas com as reflexões dos alunos, os professores do ensino privado concordam com a afixação, enquanto os do ensino público manifestam-se contra este passo. Do passo 4 – publicação das fichas dos alunos no blogue da turma, de acesso livre – os professores de ambas as proveniências, discordam que se divulgue esta atividade na internet.

Os **professores do ensino público** justificam as suas opiniões, afirmando que a atividade está bem estruturada (16%), ainda assim, consideram que é um tema difícil de trabalhar e que requer muito cuidado (8%), pois um sentimento marcado pela negativa pode ser constrangedor (4%) e nesta faixa etária é difícil falar em sentimentos (12%). Alguns consideram que a atividade não é interessante (8%). A maior parte (48%) manifestam-se contra a exposição desta atividade, alegando que os sentimentos não se devem expor publicamente, devendo o tema ser trabalhado apenas na sala de aula/turma (12%), uma vez que não é correto expor a vida privada de cada aluno (8%). Ainda assim há quem afirme que só se poderá expor estes trabalhos sem a identificação do aluno (8%). Há ainda, os que consideram que falar de sentimentos é difícil e só deve ser feito se os alunos quiserem (20%) (Cf. Quadro 33).

Dos **professores do ensino privado**, 12% consideram a atividade interessante. Em contrapartida 20% afirmam que a atividade não tem interesse, sendo um tema difícil de trabalhar e que requer muito cuidado (8%). São 36% os que consideram que os sen-

timentos não se devem expor publicamente, pois é expor a vida privada de cada um (36%), devendo o tema ser trabalhado apenas na sala de aula/turma (8%). Há ainda os que alertam para a necessidade de pedir autorização aos encarregados de educação e aos alunos, para afixar (12%) (Cf. Quadro 33).

Quadro 33 – Atividade 5: “Os meus sentimentos”, Categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos professores

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Contagem			
			Público		Privado	
			n	%	n	%
Interesse da atividade	Atividade interessante	- atividade interessante/bem planificada;	4	16	3	12
	Atividade não interessante	- tema difícil de trabalhar e que requer muito cuidado;	2	8	2	8
		- sentimento marcado pela negativa pode ser constrangedor;	1	4	0	0
		- atividade sem interesse;	2	8	5	20
Opinião	Crítica	- os sentimentos não se devem expor publicamente;	12	48	9	36
		- o tema pode ser trabalhado apenas na sala de aula/turma;	3	12	2	8
		- afixar sentimentos só sem identificação do aluno;	2	8	0	0
		- não deve ser exposta a vida privada de cada aluno;	2	8	9	36
	Favor	- é benéfica a partilha de sentimentos;	1	4	0	0
	Nem a favor nem contra	- afixar só com autorização do aluno e do encarregado de educação;	0	0	3	12
		- é difícil falar em sentimentos nesta faixa etária;	3	12	2	8
		- falar de sentimentos é difícil e só deve ser feito se os alunos quiserem;	5	20	0	0

Os professores consideram que para além de ser difícil falar em sentimentos, nesta faixa etária, a fazer-se, deverá ser apenas na sala de aula, não sendo correto expor publicamente, pois é estar a expor demasiado a vida privada dos alunos.

Os **encarregados de educação das escolas públicas**, concordam (88%) com o passo 1 da atividade, 8% não concordam nem discordam e 4% discordam. Quanto ao passo 2, 72% concordam, 20% não concordam nem discordam e 8% discordam. Do passo 3, 44% concordam, 20% não concordam nem discordam e 36% discordam. No passo 4, 28% concordam, 12% não concordam nem discordam e 60% discordam que

seja publicado no blogue de acesso livre o trabalho dos alunos, sobre os seus sentimentos (Cf. Quadro 34).

Dos **encarregados de educação de escolas privadas**, relativamente ao passo 1 da atividade – seleção de um sentimento para posterior reflexão – 68% concordam, 12% não concordam nem discordam e 20% discordam. Quanto ao passo 2 – partilha da reflexão com os colegas da turma – 48% concordam, 16% não concordam nem discordam e 36% discordam. Do passo 3 – afixação no placard do átrio da escola – 32% concordam, 8% não concordam nem discordam e 60% discordam. Igualmente no passo 4 (publicação no blogue), tal como no passo 3, os encarregados de educação manifestam desacordo. 64% discordam, 20% não concordam nem discordam e apenas 16% concordam (Cf. Quadro 34).

Quadro 34- Atividade 5: “Os meus sentimentos”, passos, alternativas e contagem dos encarregados de educação

Passos	Alternativas	Contagem			
		Público		Privado	
		n	%	n	%
Recolha com o apoio de familiares	Concordo	22	88	17	68
	Não concordo nem discordo	2	8	3	12
	Discordo	1	4	5	20
Apresentação em sala de aula	Concordo	18	72	12	48
	Não concordo nem discordo	5	20	4	16
	Discordo	2	8	9	36
Partilha com a comunidade educativa	Concordo	11	44	8	32
	Não concordo nem discordo	5	20	2	8
	Discordo	9	36	15	60
Partilha com a sociedade	Concordo	7	28	4	16
	Não concordo nem discordo	3	12	5	20
	Discordo	15	60	16	64

Podemos concluir que os encarregados de educação do ensino privado, embora no passo 1 e 2 estejam, na maioria, de acordo com o solicitado, manifestam alguma divergência acerca do que é proposto. Em oposição, os encarregados de educação do ensino público, não se mostram tão preocupados com a partilha deste tema, manifestando-se, maioritariamente, de acordo, até com a afixação no placard do átrio da escola. Deste

modo, verifica-se que, relativamente ao passo 3, os encarregados de educação têm opiniões diferentes (os do ensino público concordam com a afixação dos trabalhos enquanto que os do ensino privado discordam). Quanto ao passo 4 os dois grupos estão em sintonia, mostrando desacordo.

No momento em que justificam as suas opiniões, 32% dos **encarregados de educação do público** consideram que é uma atividade interessante. Há ainda 4% que consideram a atividade pouco interessante, justificando que basta falar sobre o tema, não havendo necessidade de escrever sobre ele (4%). A maioria é de opinião que estas informações são confidenciais e que não devem ser divulgadas e expostas (52%), não fazendo, porém, sentido utilizar o blogue de acesso livre para este fim, pois é um tema sensível para ser publicado (36%). Há, ainda, os que consideram que a atividade só deve ser trabalhada na sala de aula, individualmente e de forma espontânea (8%), sem esquecer que se deve ter em conta se a criança quer falar (20%). Alertam ainda para o facto de os alunos poderem falar de assuntos que os pais poderão não querer, isto é, assuntos do foro privado (4%). Por oposição, 32% consideram que é importante as crianças falarem sobre o que sentem (Cf. Quadro 35).

Quanto aos **encarregados de educação do ensino privado**, 12% consideram que a atividade é interessante a mesma percentagem (12%) consideram que a atividade não é interessante. São 72% os que se manifestam contra a exposição, alegando que as informações confidenciais não devem ser divulgadas/expostas. Há ainda 52% que consideram que a atividade só deve ser trabalhada na sala de aula e de forma individual e espontânea. Alertam, ainda (36%) que os sentimentos de cada um são pessoais e só dizem respeito ao próprio, não devendo, porém, ser divulgados e partilhados. Em contrapartida há os que consideram que é importante a criança falar sobre o que sente (8%), mas que é necessário ter em consideração se as crianças querem falar sobre o assunto (24%). De salientar, ainda, 16% que alertam para a necessidade do pedido de autorização do encarregado de educação para expor este tema tão particular (Cf. Quadro 35).

Quadro 35- Atividade 5: “Os meus sentimentos”, Categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos encarregados de educação

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Contagem			
			Público		Privado	
			n	%	n	%
Interesse da atividade	Atividade interessante	- atividade interessante;	8	32	3	12
	Atividade não interessante	- basta falar sobre o tema, não há necessidade de escrever;	1	4	0	0
		- atividade pouco importante;	1	4	3	12
Opinião	Crítica	- os sentimentos de cada um são pessoais e só dizem respeito ao próprio;	0	0	9	36
		- informações confidenciais que não devem ser divulgadas/expostas;	13	52	18	72
		- não faz sentido utilizar o blogue de acesso livre para este fim, é um tema sensível para ser publicado;	9	36	0	0
		- atividade que só deve ser trabalhada na sala de aula/individualmente/forma espontânea;	2	8	13	52
		- os alunos podem falar de assuntos que os pais poderão não querer. É do foro privado;	1	4	0	0
	Favor	- importante que as crianças falem sobre o que sentem;	8	32	2	8
	Nem a favor nem contra	- autorização do encarregado de educação;	0	0	4	16
		- é necessário a criança querer falar;	5	20	6	24

Verificamos que os encarregados de educação alertam para a não necessidade de se expor informações confidenciais, sendo, este, um tema sensível para ser publicado. Para além de considerarem que é importante ter em atenção se as crianças querem, ou não, falar sobre o tema. Sugerem, ainda, que o tema seja trabalhado apenas na sala de aula e com o grupo turma.

Em suma, podemos concluir que existe em todas as atividades, quer pelos professores, quer pelos encarregados de educação uma constante preocupação com a reserva da vida privada do aluno e das suas famílias. Verifica-se, com frequência, a abordagem à vida privada, íntima, pessoal e intransmissível das crianças.

Ainda assim, verificamos que há consonância entre os professores e os encarregados de educação, quer do ensino público, quer do ensino privado, pois, no geral, apenas mostram desacordo com os dois últimos passos das atividades, ou seja, com a partilha com a comunidade, através da afixação dos trabalhos no placard do átrio da escola,

assim como com a partilha com a sociedade, através da divulgação dos trabalhos no blogue da turma, por este ser de acesso livre.

Apuramos, ainda, que para além de justificarem com a envolvimento de aspetos demasiado privados, que merecem reserva por parte da escola, não concordando, porém, que sejam divulgados e afixados, afirmam estar, na maioria, de acordo com a recolha da informação e partilha na sala de aula.

3.4. Segundo estudo: Entrevista

Com este estudo pretendemos aprofundar as opiniões que professores do 1º ciclo e encarregados de educação, de estabelecimentos de ensino público e privado, têm quanto às mesmas cinco atividades apresentadas, por questionário no primeiro estudo.

a) Procedimento de recolha de dados

Quer os professores quer os encarregados de educação de escolas públicas e privadas foram contactados pessoalmente e por telefone tendo-se disponibilizado a colaborar no estudo, após breve explicação do seu propósito assim como o âmbito em que se insere. Foi, também, garantido o anonimato das suas respostas.

As entrevistas foram realizadas de forma individual, com duração variável entre os quinze e os vinte e cinco minutos.

Tal como referimos o instrumento de recolha de dados é o mesmo, sendo que foi utilizado como questionário e como entrevista, com a finalidade de aprofundar os dados obtidos através de questionário (Cf. Anexo I e II).

b) Amostras

A amostra dos professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico do segundo estudo é constituída por dez sujeitos, sendo cinco de escolas públicas e cinco de escolas privadas.

Dividimos a amostra dos professores, quanto ao tempo de serviço, segundo as etapas da carreira definidas por Huberman (1995): a primeira fase corresponde à entrada na carreira, sobrevivência e descoberta (0-3 anos); a segunda fase é de estabilização (4-6 anos); a terceira fase, dos 7 aos 18 anos, é a de experimentação, diversificação ou interrogação; a quarta fase é a da serenidade ou conservadorismo (19 aos 30 anos); e, por último, poderá existir uma quinta fase, a fase do desengate, para quem tem mais de 31 anos de serviço.

Os professores do ensino público são em número de cinco e são, na totalidade, do sexo feminino. A sua idade varia entre os 31 e os 60 anos, sendo que 3 têm idades compreendidas entre 41 e 50 anos. Relativamente ao tempo de serviço, três professoras têm entre 19 e 30 anos de prática letiva, o que segundo Huberman (1995) corresponde à quarta fase, a fase da serenidade ou conservadorismo, e duas têm entre 7 e 18 anos de ensino, correspondente à terceira fase, a da experimentação, diversificação ou interrogação. Todas são professoras do Quadro de Agrupamento. No que diz respeito a habilitação literária, 3 são licenciadas e 2 têm mestrado (Cf. Quadro 36).

Os professores do ensino privado são em número de cinco e são, também, todos do sexo feminino. A sua idade varia entre os 21 e os 30 anos. Quanto ao tempo de serviço, quatro professoras têm, no máximo 3 anos de serviço, o que corresponde, segundo Huberman (1995) à primeira fase, a fase da entrada na carreira, sobrevivência e descoberta e apenas uma professora tem entre 4 e 6 anos de prática letiva, situando-se na segunda fase, a de estabilização. Todas são professoras contratadas. Quanto à habilitação literária, três têm licenciatura e duas mestrado (Cf. Quadro 36).

Quadro 36 - Caracterização da amostra do segundo estudo quanto ao sexo, idade, tempo de serviço, situação profissional e habilitação literária

		Ensino Público		Ensino privado	
		n	%	n	%
Sexo	Feminino	5	100	5	100
	Masculino	0	0	0	0
Idade	21-30 anos	0	0	5	100
	31-40 anos	1	20	0	0
	41-50 anos	3	60	0	0
	51-60 anos	1	20	0	0
Tempo de serviço	0-3 anos	0	0	4	80
	4-6 anos	0	0	1	20

	7-18 anos	2	40	0	0
	19-30 anos	3	60	0	0
	+ de 31 anos	0	0	0	0
Situação profissional	Contratado	0	0	5	100
	Quadro de Zona Pedagógica	0	0	0	0
	Quadro de Agrupamento	5	100	0	0
Habilitação literária	Bacharelato	0	0	0	0
	Licenciatura	3	60	3	60
	Mestrado	2	40	2	40

De salientar que, tal como no primeiro estudo, no ensino público predominam professores com mais idade e consecutivamente mais tempo de serviço. No ensino privado, verifica-se o oposto, os professores são mais jovens, têm pouco tempo de serviço, estando, portanto, no início da sua carreira.

Os encarregados de educação são, igualmente, em número de dez, cinco de escolas privadas e cinco de escolas públicas. Os de escolas públicas são todos do sexo feminino. A sua idade varia entre 21 e 50 anos, tendo 80% idade compreendida entre 31 e 50 anos e 20% idade compreendida entre 21 e 30 anos. Relativamente à sua habilitação literária, 60% possuem o ensino superior e 40% o ensino secundário (Cf. Quadro 37). Os de escolas privadas, são, igualmente, todos do sexo feminino, com idade compreendida entre 31 e 40 anos e todos com o ensino superior (Cf. Quadro 37).

Quadro 37 - Caracterização da amostra do segundo estudo quanto ao sexo, idade e habilitação literária

		Ensino Público		Ensino privado	
		n	%	n	%
Sexo	Feminino	5	100	5	100
	Masculino	0	0	0	0
Idade	21-30 anos	1	20	0	0
	31-40 anos	2	40	5	100
	41-50 anos	2	40	0	0
	51-60 anos	0	0	0	0
Habilitação Literária	Básico	0	0	0	0
	Secundário	2	40	0	0
	Superior	3	60	5	100

c) Apuramento dos dados

Para o tratamento e interpretação dos dados, recolhidos por entrevista, servimos, tal como no primeiro estudo, da *Técnica de Análise de Conteúdo*. Após leitura, cuidadosa, da totalidade de respostas, procedemos à sua análise individual, por atividade.

Como no primeiro estudo, definimos, as mesmas duas categorias – “Interesse da atividade” e “Opinião” -, iguais para as cinco atividades, as quais dividimos em subcategorias e posteriormente em indicadores, para facilitar a contagem (Cf. Quadro 15).

Deste modo, apresentaremos a análise dos dados e a sua interpretação para cada atividade do questionário, comparando a opinião dos professores e dos encarregados de educação, de escolas públicas e privadas.

Relativamente à **atividade 1 “A Minha casa”** 4 **professores de escolas públicas** concordam com o passo 1 da atividade – recolha com o apoio de familiares – e 1 discorda. No que diz respeito à apresentação em sala de aula, aos colegas da turma e à professora, da sua casa, 4 dos professores concordam com este passo e 1 discorda. Quanto à partilha com a comunidade educativa, através da afixação dos desenhos das casas dos alunos, no *placard* do átrio da escola, 4 concordam e 1 discorda. Na partilha com a sociedade, através da publicação dos desenhos dos alunos, no blogue de acesso livre, 3 concordam, 1 não concorda nem discorda e 1 discorda (Cf. Quadro 38).

Todos os **professores do ensino privado** manifestam acordo com os primeiro e segundo passos da atividade, ou seja, todos concordam que os alunos recolham informação, junto das famílias, sobre a sua habitação e que a partilhem com a turma. Relativamente ao passo 3 – afixação dos desenhos das casas dos alunos no placard do átrio da escola – 2 concordam, 2 não concordam nem discordam e 1 discorda. Quando solicitada a sua opinião acerca da publicação dos desenhos das casas dos alunos, no blogue de acesso livre à sociedade, apenas 1 professor concorda com este passo e 4 discordam (Cf. Quadro 38).

Quadro 38- Atividade 1: “A minha casa”, passos, alternativas e contagem dos Professores

Passos	Alternativas	Público		Privado	
		n	%	n	%
Recolha com o apoio de familiares	Concordo	4	80	5	100
	Não concordo nem discordo	0	0	0	0
	Discordo	1	20	0	0
Apresentação em sala de aula	Concordo	4	80	5	100
	Não concordo nem discordo	0	0	0	0
	Discordo	1	20	0	0
Partilha com a comunidade educativa	Concordo	4	80	2	40
	Não concordo nem discordo	0	0	2	40
	Discordo	1	20	1	20
Partilha com a sociedade	Concordo	3	60	1	20
	Não concordo nem discordo	1	20	0	0
	Discordo	1	20	4	80

Verificamos, pois, que os professores do ensino público e do privado não têm a mesma opinião. Os do ensino público concordam com todos os passos da atividade. Em contrapartida, os do ensino privado não concordam totalmente com a partilha com a comunidade educativa e discordam por completo (80%) que este tipo de atividade seja divulgada no blogue de acesso livre, isto é, que sejam partilhados com a sociedade os desenhos das casas dos alunos.

3 dos **professores do ensino público** consideram a atividade interessante, bem estruturada e, plenamente, enquadrada nos conteúdos curriculares. Afirmam que é benéfico o envolvimento da família no trabalho escolar (1) e que desenvolve a comunicação oral (1). No entanto, 1 alerta que a atividade pode não ser bem aceite pelos encarregados de educação, e 1 que considera que a atividade viola o espaço privado do aluno e das suas famílias. Alertam, ainda, para o facto das diferentes condições de habitabilidade poderem gerar mau estar e até discriminação entre as crianças (1). Em contrapartida, 2 são a favor da publicação, pois consideram que o blogue de acesso livre permite a divulgação fora da comunidade educativa e que é benéfico o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação. Há 1 que alerta para a necessidade de o professor pedir autorização aos encarregados de educação para publicação/exposição dos trabalhos dos alunos (Cf. Quadro 39).

Dos **professores das escolas de ensino privado**, 3 consideram que esta atividade é interessante, está bem estruturada e enquadrada nos conteúdos curriculares. 2 afirmam que é importante o envolvimento da família no trabalho escolar. Há, ainda, quem se manifeste contra, alegando que a atividade viola o espaço privado dos alunos e da sua família, não havendo necessidade em se afixar as casas (2), alertam para os perigos da divulgação das casas, no blogue de acesso livre (1) e alegam que a atividade pode gerar mau estar, tendo em conta que haverá comparação habitacional (2). De salientar, 1, que recorda a necessidade do pedido de autorização aos encarregados de educação para partilha dos trabalhos do seu educando (Cf. Quadro 39).

Quadro 39- Atividade 1: “A minha casa”, Categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos Professores

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Contagem			
			Público		Privado	
			n	%	n	%
Interesse da atividade	Atividade interessante	- atividade interessante/bem estruturada e está enquadrada nos conteúdos curriculares;	3	60	3	60
		- envolvimento da família no trabalho escolar;	1	20	2	40
		- desenvolvimento da comunicação oral;	1	20	0	0
	Atividade não interessante	- atividade que pode não ser bem aceite pelos Encarregados de Educação	1	20	0	0
Opinião	Crítica	- violação do espaço privado do aluno e suas famílias – afixação desnecessária;	1	20	2	40
		- diferentes condições de habitabilidade que podem gerar mau estar;	1	20	2	40
		- blogue de acesso livre perigoso na divulgação das casas;	0	0	1	20
	Favor	- o blogue de acesso livre permite a divulgação fora da comunidade educativa é benéfico o uso das TIC;	2	40	0	0
	Nem a favor nem contra	- as escolas não têm recursos (internet) para utilização do blogue;	1	20	0	0
		- autorização dos Encarregados de Educação para publicação/exposição dos trabalhos;	1	20	1	20

Os professores do ensino público e do ensino privado têm opiniões idênticas. Se há os que consideram a atividade interessante, bem estruturada e enquadrada nos conteúdos programáticos, outros alertam que esta atividade viola o espaço privado dos alunos e sua família, sendo desnecessária a afixação e divulgação das habitações de cada aluno, pois isso pode gerar comparações e mau estar.

Quanto aos **encarregados de educação do ensino público**, 3 concordam com a recolha de informação sobre a sua habitação e 2 discordam deste passo da atividade. Relativamente ao passo 2, no qual os alunos elaboram o desenho da sua casa, apresentando-o aos colegas da sua turma, 3 concordam e 2 discordam. No passo 3 – afixação no placard da escola – 2 concordam que se afixem os desenhos dos seus educandos, 1 não concorda nem discorda e 2 discordam. No que diz respeito à partilha com a comunidade, através da publicação dos trabalhos dos alunos, no blogue de acesso livre, 4 discordam e 1 não concorda nem discorda (Cf. Quadro 40).

Relativamente aos **encarregados de educação de escolas de ensino privado**, 4 concordam com o passo 1 da atividade e 1 discorda que o seu educando faça o levantamento de dados pessoais sobre a sua habitação. Quanto à partilha dos desenhos da sua casa, no espaço sala de aula, todos (5) concordam. Do terceiro passo – afixação dos trabalhos dos alunos no placard do átrio da escola – 1 concorda, 3 não concordam nem discordam e 1 discorda. Quando solicitada a sua opinião sobre a partilha com a sociedade, através do blogue de acesso livre, a maioria dos encarregados de educação (5) discordam e 1 não concorda nem discorda, que a sua habitação seja publicada na internet (Cf. Quadro 40).

Quadro 40- Atividade 1: “A minha casa”, passos, alternativas e contagem dos Encarregados de Educação

Passos	Alternativas	Público		Privado	
		n	%	n	%
Recolha com o apoio de familiares	Concordo	3	60	4	80
	Não concordo nem discordo	0	0	0	0
	Discordo	2	40	1	20
Apresentação em sala de aula	Concordo	3	60	5	100
	Não concordo nem discordo	0	0	0	0
	Discordo	2	40	0	0
Partilha com a comunidade educativa	Concordo	2	40	1	20
	Não concordo nem discordo	1	20	3	60
	Discordo	2	40	1	20
Partilha com a sociedade	Concordo	0	0	0	0
	Não concordo nem discordo	1	20	1	20
	Discordo	4	80	4	80

Podemos concluir que, embora os encarregados de educação concordem com os passos 1 e 2 da atividade é visível alguma discordância. Em relação aos passos 3 e 4 verifica-se maior desacordo com a partilha, quer com a afixação do desenho da sua casa, na escola, quer com a divulgação em blogue de acesso livre.

Quanto à justificação da sua opinião, 2 dos **encarregados de educação do ensino público** afirmam que a atividade é interessante e que ajuda a desenvolver vários aspetos. Em contrapartida, igualmente 2 têm opinião contraditória, consideram a atividade sem interesse para a aprendizagem. 3 consideram que a atividade invade o espaço privado do aluno e que o blogue de acesso livre é perigoso, pois não preserva a privacidade. De salientar que todos (5) consideram que a informação não deve ser divulgada, pois expõe as condições de habitação e pode gerar discriminação. Em contrapartida, há os que concordam com a partilha e com a afixação dos trabalhos, se esta for realizada apenas dentro da sala de aula, pois a criança sente-se orgulhosa. Finalmente, 1 considera que o acesso à informática deverá ser restrito (Cf. Quadro 41).

Os **encarregados de educação do ensino privado**, justificam a sua opinião, sendo que 1 considera que esta atividade permite conhecer outras realidades e respeitá-las, 1 que é uma atividade interessante e, também, 1 considera que é importante a colaboração da família. Há, porém, 1 que considera que a atividade não tem interesse. Todos, 5, consideram que o blogue de acesso livre é perigoso e não preserva a privacidade do aluno e da sua família. Há, ainda, 2 que consideram que se pode partilhar estes dados, mas apenas na sala de aula (Cf. Quadro 41).

Quadro 41- Atividade 1: “A minha casa”, Categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos Encarregados de Educação

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Contagem			
			Público		Privado	
			n	%	n	%
Interesse da atividade	Atividade interessante	- permite conhecer outras realidades e respeitá-las;	0	0	1	20
		- colaboração da família;	1	20	1	20
		- atividade interessante/ajuda a desenvolver vários aspetos;	2	40	1	20
	Atividade não interessante	- atividade sem interesse para a aprendizagem;	2	40	1	20
Opinião	Crítica	- invasão do espaço privado;	3	60	0	0

		- blogue de acesso livre perigoso, não preserva a privacidade;	3	60	5	100
		- informação que não deve ser divulgada, expõem as condições de habitação e pode gerar discriminação;	5	100	0	0
	Favor	- concordo com a partilha/afixação dos trabalhos só dentro da sala de aula, pois a criança sente-se orgulhosa;	1	20	2	40
	Nem a favor nem contra	- importante o acesso à informática, com acesso restrito;	1	20	0	0

Podemos concluir que os encarregados de educação do ensino público e privado para além de considerarem a atividade interessante e que contribui para o desenvolvimento de vários aspetos, alertam para o facto da sua divulgação, uma vez que esta implica o desrespeito pela vida privada e pela privacidade quer da criança quer da sua família. Visualizamos que, na totalidade, os encarregados de educação não concordam com o blogue de acesso livre, pois, para além de perigoso, não respeita a privacidade e divulga, desnecessariamente, causando, porém, discriminação, as condições de habitação de cada um.

No que diz respeito à **atividade 2 “A minha família”** verificamos, após análise, que, dos **professores do ensino público** 4 concordam com o passo 1 e 1 discorda deste passo da atividade – recolha com o apoio de familiares de fotografias para posterior construção da árvore genealógica da família. Quanto ao passo 2 – construção da árvore genealógica e partilha com os colegas, na sala de aula – 4 concordam e 1 discorda. Do terceiro passo, 4 concordam e 1 discorda que as árvores genealógicas, com fotografias, sejam afixadas no placard da escola, perante toda a comunidade educativa. Da divulgação das árvores genealógicas no blogue de acesso livre, 3 discordam e 2 concordam (Cf. Quadro 42).

Relativamente aos **professores do ensino privado**, todos (5) concordam com o passo 1 da atividade. 4 concordam com o passo 2 e 1 discorda. Quanto ao passo 3 – partilha com a comunidade – 3 discordam e 2 concordam. Todos (5) discordam do passo 4 (Cf. Quadro 42).

Quadro 42- Atividade 2: “A minha família”, passos, alternativas e contagem dos Professores

Passos	Alternativas	Público		Privado	
		n	%	n	%
Recolha com o apoio de familiares	Concordo	4	80	5	100
	Não concordo nem discordo	0	0	0	0
	Discordo	1	20	0	0
Apresentação em sala de aula	Concordo	4	80	4	80
	Não concordo nem discordo	0	0	1	20
	Discordo	1	20	0	0
Partilha com a comunidade educativa	Concordo	4	80	2	40
	Não concordo nem discordo	0	0	0	0
	Discordo	1	20	3	60
Partilha com a sociedade	Concordo	2	40	0	0
	Não concordo nem discordo	0	0	0	0
	Discordo	3	60	5	100

Paralelamente verificamos que tanto os professores do ensino público como os do ensino privado concordam com os passos 1 – recolha de fotografias da família – e 2 – construção da árvore genealógica. Em contrapartida os professores do ensino público concordam com a partilha com a comunidade escolar – através da afixação das árvores genealógicas no placard do átrio da escola, e os professores do privado discordam deste passo. Quanto ao passo 4 – divulgação no blogue de acesso livre, no qual toda a sociedade terá acesso – quer os professores do público, quer os professores do privado discordam.

No que diz respeito à justificação das opiniões, 2 dos **professores do ensino público** consideram importante o envolvimento e a colaboração da família nas atividades propostas pela escola. Ainda assim, 1 alerta para o facto de o professor ter cuidado com a diversidade das famílias, na realidade atual. Para além de 3 prevenirem para a necessidade da autorização do encarregado de educação para a exposição/divulgação das fotografias dos membros da família, quer no placard, quer no blogue, 1 alerta que há escolas que, ainda, não têm infra-estruturas para usar o blogue/internet. Em contrapartida, 1 não concorda com a divulgação da informação no blogue e 1 afirma que é demasiada a exposição da vida privada dos alunos (Cf. Quadro 43).

Dos **professores do ensino privado**, 2 consideram a atividade bem estruturada e interessante e 1 dá ênfase à importância do envolvimento da família no processo de ensino-aprendizagem. 1 que considera que a melhor opção é as crianças desenharem os seus familiares, pois, deste modo, não se recorre ao uso da fotografia para construir a árvore genealógica. Também 1 considera que este assunto é íntimo e deve ser trabalhado apenas na sala de aula, não concordando com a divulgação da informação no blogue (1), pois é estar a expor a vida privada dos alunos. Há, ainda, 2 que afirmam que as exposições de trabalhos devem ser sobre conteúdos estudados das diversas áreas que não sejam relacionados com a vida privada dos alunos. De salientar que 2 alertam para a necessidade de autorização dos pais para a exposição, quer no placard, quer no blogue, de fotografias dos membros da família (Cf. Quadro 43).

Quadro 43 - Atividade 2: “A minha família”, Categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos Professores

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Contagem			
			Público		Privado	
			n	%	n	%
Interesse da atividade	Atividade interessante	- atividade bem estruturada/interessante;	0	0	2	40
		- importante o envolvimento/colaboração da família;	2	40	1	20
	Atividade não interessante	- professor deverá ter o cuidado com a diversidade das famílias, na realidade atual;	1	20	0	0
		- a melhor opção é as crianças desenharem os seus familiares;	0	0	1	20
Opinião	Crítica	- assunto íntimo que deve ser trabalhado apenas em sala de aula;	0	0	1	20
		- não concordo que o blogue de acesso livre divulgue a informação a todos;	1	20	1	20
		- demasiada exposição da vida privada dos alunos;	1	20	2	40
		- as exposições de trabalhos devem ser sobre conteúdos estudados das diversas áreas que não estejam relacionados com a vida particular dos alunos;	0	0	2	40
	Favor		0	0	0	0
	Nem a favor nem contra	- os pais têm de autorizar a exposição quer no placard quer no blogue, de fotografias dos membros da família;	3	60	2	40
- há escolas que, ainda, não têm infra-estruturas para usar blogue;		1	20	0	0	

Podemos verificar que os professores do ensino público e do ensino privado pensam que é importante envolver a família no processo de ensino-aprendizagem. Ainda assim, consideram que esta atividade expõe demasiado a vida privada dos alunos e das suas famílias, podendo, porém, ser realizada sem o recurso à fotografia e apenas na sala de aula. Ponderam, ainda, que não é correto afixar e divulgar – perante a comunidade e a sociedade – esta atividade. No entanto alertam para o facto da necessidade do pedido de autorização, aos pais/encarregados de educação, para afixar e divulgar, o que subentende que se os pais autorizarem este passo pode ser concretizado.

Relativamente aos **encarregados de educação do ensino público**, 4 concordam com o passo 1 da atividade e 1 discorda. Quanto ao passo 2 – apresentação em sala de aula – 4 concordam e 1 discorda. Na partilha com a comunidade educativa, através da afixação no placard do átrio da escola, 2 concordam, 2 não concordam nem discordam e 1 discorda. É na partilha com a sociedade, através do blogue de acesso livre, que 3 discordam, 1 concorda e 1 não concorda nem discorda (Cf. Quadro 44).

Dos **encarregados de educação do ensino privado**, 4 concordam com a recolha de fotografias para construção da árvore genealógica e 1 não concorda nem discorda. Do passo 2 – partilha com os colegas em sala de aula – todos (5) concordam. No passo 3, no qual a partilha se alarga à comunidade educativa, 2 concordam, 2 não concordam nem discordam e 1 discorda. Quanto à partilha com a sociedade, através do blogue de acesso livre, 4 discordam e 1 não concorda nem discorda (Cf. Quadro 44).

Quadro 44- Atividade 2: “A minha família”, passos, alternativas e contagem dos Encarregados de Educação

Passos	Alternativas	Público		Privado	
		n	%	n	%
Recolha com o apoio de familiares	Concordo	4	80	4	80
	Não concordo nem discordo	0	0	1	20
	Discordo	1	20	0	0
Apresentação em sala de aula	Concordo	4	80	5	100
	Não concordo nem discordo	0	0	0	0
	Discordo	1	20	0	0
Partilha com a comunidade educativa	Concordo	2	40	2	40
	Não concordo	2	40	2	40

	nem discordo				
	Discordo	1	20	1	20
Partilha com a sociedade	Concordo	1	20	0	0
	Não concordo nem discordo	1	20	1	20
	Discordo	3	60	4	80

Comparativamente podemos concluir que, os encarregados de educação do ensino público e do ensino privado manifestam a mesma opinião, relativamente aos 4 passos da atividade. Ambos concordam com os 2 primeiros passos – recolha das fotografias da família com o apoio dos familiares, construção da sua árvore genealógica e posterior apresentação à turma, na sala de aula. Do passo 3 parece não haver consenso, se há os que concordam, porém, também há os que não têm opinião definida (não concordam nem discordam). No passo 4, os encarregados de educação de ambas as proveniências discordam com a partilha com a sociedade, através da publicação no blogue de acesso livre.

Quanto à justificação da sua opinião, 2 dos **encarregados de educação do ensino público** afirmam que a atividade é interessante e 1 considera que com esta atividade a criança desenvolve várias competências, tais como, o conhecimento dos tipos de família e os graus de parentesco. Há ainda, 1 que considera que é importante a colaboração da família nas tarefas do seu educando. Em contrapartida 1 manifesta opinião contraditória, considera a atividade sem interesse e que o tema pode ser trabalhado sem usar fotografias. 3 consideram que publicar no blogue as árvores genealógicas viola o direito à privacidade. Sendo que, 1, manifesta que a publicação é invasão da privacidade do seio familiar. Há 1 que considera que a criança gosta de ver os seus trabalhos expostos e ainda 1 que diz ser importante o acesso à informação, mas que o blogue deveria ser de acesso restrito (Cf. Quadro 45).

Os **encarregados de educação do ensino privado** justificam a sua opinião, sendo que 2 consideram que esta atividade é interessante, assim como 2 pensam que com ela a criança fica a conhecer a família e os graus de parentesco. No entanto 2 consideram que a atividade pode ser realizada sem usar fotografias. 3 manifestam-se contra a publicação no blogue, pois, sob o seu ponto de vista, viola o direito à privacidade (Cf. Quadro 45).

Quadro 45- Atividade 2: “A minha família”, Categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos Encarregados de Educação

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Contagem			
			Público		Privado	
			n	%	n	%
Interesse da atividade	Atividade interessante	- atividade interessante;	2	40	2	40
		- a criança desenvolve várias competências (conhece a família e os graus de parentesco);	1	20	2	40
		- importante a colaboração da família nas tarefas do educando;	1	20	0	0
	Atividade não interessante	- tema que pode ser trabalhado sem usar fotografias;	1	20	2	40
Opinião	Crítica	- publicar no blogue da turma as árvores genealógicas viola o direito à privacidade;	3	60	3	60
		- invasão da privacidade do seio familiar;	1	20	0	0
	Favor	- a criança gosta sempre de ver os seus trabalhos expostos;	1	20	0	0
	Nem a favor nem contra	- é importante o acesso à informação, mas o blogue deve ser de acesso restrito;	1	20	0	0

Para além dos encarregados de educação do ensino público e do ensino privado considerarem a atividade interessante, que promove a aquisição de conceitos relacionados com o tipo de famílias e com os graus de parentesco, consideram que não é necessário a divulgação das árvores genealógicas, pois, isso, viola a privacidade do aluno e da sua família.

No que diz respeito à **atividade 3 “A minha saúde”**, relativamente aos **professores do ensino público**, 4 concordam com o passo 1 da atividade – recolha de informações sobre as suas vacinas, doenças e idas ao médico – e 1 discorda. Do passo 2, no qual a criança apresenta a sua “ficha clínica” a um médico de família, 3 concordam, 1 não concorda nem discorda e 1 discorda. Quanto à partilha com a comunidade educativa, através da afixação das fichas no placard do átrio da escola, 1 concorda e 4 discordam. Do passo 4 – divulgação das fichas no blogue da turma, de acesso livre, - 1 concorda e 4 discordam (Cf. Quadro 46).

Quanto aos **professores do ensino privado**, 3 concordam com o passo 1 da atividade 1 não concorda nem discorda e 1 discorda. Da apresentação das fichas ao médico

de família, 3 concordam e 2 discordam. Do passo 3 – afixação no placard do átrio da escola – 1 concorda, 1 não concorda nem discorda e 3 discordam. Do último passo – passo 4 – todos (5) discordam (Cf. Quadro 46).

Quadro 46- Atividade 3: “A minha saúde”, passos, alternativas e contagem dos Professores

Passos	Alternativas	Público		Privado	
		n	%	n	%
Recolha com o apoio de familiares	Concordo	4	80	3	60
	Não concordo nem discordo	0	0	1	20
	Discordo	1	20	1	20
Apresentação em sala de aula	Concordo	3	60	3	60
	Não concordo nem discordo	1	20	0	0
	Discordo	1	20	2	40
Partilha com a comunidade educativa	Concordo	1	20	1	20
	Não concordo nem discordo	0	0	1	20
	Discordo	4	80	3	60
Partilha com a sociedade	Concordo	1	20	0	0
	Não concordo nem discordo	0	0	0	0
	Discordo	4	80	5	100

Verificámos que, tanto os professores do público, como os do privado concordam com os passos 1 e 2 da atividade e discordam dos passos 3 e 4. Ou seja, concordam com a recolha dos dados clínicos e com a apresentação ao médico de família, mas discordam que se divulguem as fichas clínicas dos alunos, quer perante a comunidade educativa, quer perante a sociedade.

Dos **professores do ensino público** 1 justifica a sua opinião, alegando que a atividade está bem estruturada e é interessante, embora 1 considere difícil de concretizar o passo 2 – ida de um médico à escola. Todos os professores (5) consideram que os dados relativos à saúde dos alunos não devem ser expostos, assim como 1 acha que deverá respeitar-se o direito à privacidade. Há, ainda, os que alertam que poderá ser uma atividade facultativa, em que só o aluno que se sinta à vontade de expor o seu caso clínico o faça (Cf. Quadro 47).

Quanto aos **professores do ensino privado**, 2 consideram que é importante o envolvimento familiar nas atividades pedagógicas e 1 que a atividade está bem estruturada e é interessante. Em contrapartida, 1 considera que a atividade não tem interesse. São 4 os que alertam que os dados relacionados com a saúde dos alunos não devem ser expostos, considerando, 1, que deve respeitar-se o direito à confidencialidade. Ainda 1 alerta para a necessidade de autorização dos encarregados de educação para a divulgação de questões privadas dos alunos (Cf. Quadro 47).

Quadro 47- Atividade 3: “A minha saúde”, Categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos professores

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Contagem			
			Público		Privado	
			n	%	n	%
Interesse da atividade	Atividade interessante	- importante o envolvimento da família;	0	0	2	40
		- atividade bem estruturada e interessante;	1	20	1	20
	Atividade não interessante	- atividade sem interesse;	0	0	1	20
		- difícil de concretizar o passo 2 (o médico ir à escola);	1	20	0	0
Opinião	Crítica	- os dados relativos à saúde dos alunos não devem ser expostos;	5	100	4	80
		- deverá respeitar-se o direito à confidencialidade;	1	20	1	20
	Favor		0	0	0	0
	Nem a favor nem contra	- autorização dos encarregados de educação;	0	0	1	20
		- poderá ser uma atividade facultativa, em que só o aluno que se sinta à vontade expõe o seu caso clínico;	1	20	0	0

Concluimos, assim, que os professores do ensino público e os do ensino privado manifestam a mesma opinião, perante os quatro passos da atividade. De realçar que, para além de considerarem a atividade bem estruturada, consideram que os dados relativos à saúde dos alunos não devem ser expostos nem divulgados, devendo, porém, respeitar-se o direito à confidencialidade.

Quanto aos **encarregados de educação do ensino público**, 4 concordam e 1 discorda do passo 1. Do passo 2 – apresentação da ficha clínica ao médico de família – 3

concordam, 1 não concorda nem discorda e 1 discorda. Quanto à partilha com a comunidade escolar 3 discordam, 1 não concorda nem discorda e 1 concorda do passo 3. Também no passo 4 – partilha com a sociedade – 4 discordam, 1 não concorda nem discorda e 1 concorda (Cf. Quadro 48).

No que diz respeito aos **encarregados de educação do ensino privado**, 4 concordam com a recolha de informação clínica sobre a saúde do seu educando e 1 discorda. Do passo 2, 3 concordam, 1 não concorda nem discorda e 1 discorda. Quanto à afixação das fichas clínicas no placard do átrio da escola, 1 concorda e 4 discordam. Igualmente, do passo 4 – divulgação no blogue de acesso livre – 1 concorda e 4 discordam (Cf. Quadro 48).

Quadro 48- Atividade 3: “A minha saúde”, passos, alternativas e contagem dos Encarregados de Educação

Passos	Alternativas	Público		Privado	
		n	%	n	%
Recolha com o apoio de familiares	Concordo	4	80	4	80
	Não concordo nem discordo	0	0	0	0
	Discordo	1	20	1	20
Apresentação em sala de aula	Concordo	3	60	3	60
	Não concordo nem discordo	1	20	1	20
	Discordo	1	20	1	20
Partilha com a comunidade educativa	Concordo	1	20	1	20
	Não concordo nem discordo	1	20	0	0
	Discordo	3	60	4	80
Partilha com a sociedade	Concordo	1	20	1	20
	Não concordo nem discordo	1	20	0	0
	Discordo	3	60	4	80

Podemos concluir que, quer os encarregados de educação do ensino público, quer os do ensino privado, concordam com a recolha de informação sobre a saúde dos alunos (passo 1), assim como com a apresentação da sua ficha clínica a um médico de família que se desloque à escola (passo 2). Em contrapartida, ambos discordam com os passos seguintes, passos 3 e 4, nos quais os dados clínicos dos alunos serão divulgados perante a comunidade educativa, através da afixação no placard do átrio da escola, e perante a sociedade, através da divulgação no blogue de acesso livre.

Os **encarregados de educação do ensino público** justificam-se afirmando que a atividade é interessante, pois permite alertar os alunos para os cuidados e a importância da saúde (2), assim como lhes permite conhecer diferentes doenças, assim como partilhar casos que podem conduzir à integração de algum aluno com algum problema diferente (1). Há, ainda, 1 que não concorda com a atividade. De salientar 2 que consideram que a informação médica e clínica de cada criança só a ela, à família e ao professor da turma diz respeito. Deste modo, 4 não concordam que esta informação – privada, íntima e sigilosa - seja exposta e partilhada. Há, ainda, 2 que alertam que há doenças graves que nem os colegas da turma devem ter conhecimento, pois pode causar discriminação. 1 alega que é expor demasiado os alunos e que isso é constrangedor (Cf. Quadro 49).

Quanto aos **encarregados de educação do ensino privado**, 1 considera que a atividade é interessante, pois permite alertar os alunos para a importância de certos cuidados de saúde. Em contrapartida, 1 considera que a atividade deve ser realizada só dentro da turma, assim como 1 que afirma que esta atividade interfere na privacidade de cada um. 3 são de opinião que não se deve afixar nem publicar em blogue informação sigilosa e 1 considera que é expor demasiado os alunos, sendo, porém, constrangedor (Cf. Quadro 49).

Quadro 49- Atividade 3: “A minha saúde”, Categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos Encarregados de educação

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Contagem			
			Público		Privado	
			n	%	n	%
Interesse da atividade	Atividade interessante	- atividade interessante, que permite alertar para os cuidados e importância da saúde;	2	40	1	20
		- os alunos conhecem diferentes doenças, partilham casos e pode conduzir à integração de algum aluno com algum problema diferente;	1	20	0	0
	Atividade não interessante	- não concordo com a atividade;	1	20	0	0
Opinião	Crítica	- atividade a realizar só dentro da turma;	0	0	1	20
		- atividade que interfere na privacidade de cada um;	0	0	1	20
		- a informação médica/clínica de cada criança só a ela e à família e ao professor da turma, diz respeito;	2	40	0	0
		- não se deve afixar nem publicar em blogue informação sigilosa;	4	80	3	60
		- doenças graves nem os colegas da turma	2	40	0	0

		devem saber, pois causa discriminação;				
		-é expor demasiado os alunos/constrangedor;	1	20	1	20
	Favor		0	0	0	0
	Nem a favor nem contra		0	0	0	0

Podemos concluir que, tanto os encarregados de educação do público, como os do privado manifestam a mesma opinião. Consideram que a saúde é um assunto sigiloso, que não deve ser divulgado nem exposto. Ainda assim, toleram que os seus educandos realizem a ficha clínica e a apresentem ao médico de família, pois consideram que pode ser positivo para os alunos esta abordagem do tema. Discordam, ambos, completamente, da afixação e da divulgação para além da sala de aula, isto é, não concordam que este assunto seja afixado no placard da escola nem no blogue de acesso livre, pois trata-se de uma atividade que interfere na privacidade de cada um.

Relativamente à **atividade 4 “O meu corpo”**, 4 dos **professores do ensino público**, concordam e 1 discorda, com o passo 1 da atividade – com ajuda dos familiares as crianças recolhem fotografias tiradas em diversas fases da sua vida. Quanto ao passo 2 – registo das modificações que o seu corpo sofreu e apresentação à turma – 4 concordam e 1 discorda. Do passo 3, 3 concordam que se afixem as fichas com as modificações do corpo no placard do átrio da escola, 1 não concorda nem discorda e 1 discorda. Acerca da divulgação no blogue de acesso livre, 1 concorda e 4 discordam (Cf. Quadro 50).

Todos os **professores do ensino privado** concordam (5) que os alunos recolham fotografias que os auxiliem a verificar as modificações do seu corpo ao longo do tempo. Quanto à apresentação dessas modificações à turma, 3 concordam, 1 não concorda nem discorda e 1 discorda. Do passo 3 – partilha com a comunidade educativa – 3 não concordam nem discordam e 2 discordam com a afixação das fichas. Relativamente à divulgação das fichas no blogue de acesso livre, 1 não concorda nem discorda e 4 discordam (Cf. Quadro 50).

Quadro 50- Atividade 4: “O meu corpo”, passos, alternativas e contagem dos Professores

Passos	Alternativas	Público		Privado	
		n	%	n	%
Recolha com o apoio de familiares	Concordo	4	80	5	100
	Não concordo nem discordo	0	0	0	0
	Discordo	1	20	0	0
Apresentação em sala de aula	Concordo	4	80	3	60
	Não concordo nem discordo	0	0	1	20
	Discordo	1	20	1	20
Partilha com a comunidade educativa	Concordo	3	60	0	0
	Não concordo nem discordo	1	20	3	60
	Discordo	1	20	2	40
Partilha com a sociedade	Concordo	1	20	0	0
	Não concordo nem discordo	0	0	1	20
	Discordo	4	80	4	80

Podemos afirmar que existe consenso entre os professores do ensino público e os professores do ensino privado, pois, ambos, concordam com os dois primeiros passos da atividade – recolha de fotografias e registo das modificações do seu corpo. Em relação ao passo 3 – partilha com a comunidade, através da afixação das fichas no placard do átrio da escola – os professores do ensino público concordam, enquanto os do ensino privado não concordam nem discordam e discordam. Quanto ao passo 4 quer os professores do ensino público, quer os do ensino privado discordam que se divulgue no blogue de acesso livre as fichas realizadas pelos alunos.

Dos **professores do ensino público** 1 justifica a sua opinião, afirmando que esta atividade é interessante, pois a diversidade das pedagogias para fomentar as novas aprendizagens é importante para o 1º Ciclo do Ensino Básico. No entanto, 1 considera que há aspetos da vida dos alunos que só a eles diz respeito e 2 acham que não é correto expor os alunos com este tipo de atividade. Há, ainda, 1 que afirma que esta atividade desrespeita o direito como cidadãos, à privacidade e respeito pessoal. De salientar que, 3 alertam que só se pode publicar/divulgar fotografias com a autorização dos encarregados de educação (Cf. Quadro 51).

Dos **professores do ensino privado** 1 considera que a atividade é interessante, por envolver a família. Ainda assim, 1 afirma que as fotografias não devem ser divulgadas, 2 alertam que a atividade pode causar constrangimento e 3 que não se deve expor os alunos com este tipo de atividade. Também 3 apelam para a necessidade do pedido de autorização aos encarregados de educação para publicação e divulgação das fotografias (Cf. Quadro 51).

Quadro 51- Atividade 4: “O meu corpo”, Categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos Professores

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Contagem			
			Público		Privado	
			n	%	n	%
Interesse da atividade	Atividade interessante	- importante o envolvimento da família;	0	0	1	20
		- diversidade das pedagogias para fomentar as novas aprendizagens é importante para o 1º CEB;	1	20	0	0
	Atividade não interessante		0	0	0	0
Opinião	Crítica	- fotografias não devem ser divulgadas;	0	0	1	20
		- atividade que poderá causar constrangimento;	0	0	2	40
		- há aspetos da vida dos alunos que só a eles lhes diz respeito;	1	20	0	0
		- não se deve expor os alunos com este tipo de atividade;	2	40	3	60
		- esta atividade desrespeita o direito como cidadãos, à privacidade e respeito pessoal;	1	20	0	0
	Favor		0	0	0	0
	Nem a favor nem contra	- só se pode publicar/divulgar fotografias com a autorização dos encarregados de educação;	3	60	3	60

Deste modo, podemos concluir que embora os professores considerem que esta atividade não deve ser exposta, pois divulga aspetos da vida privada dos alunos, que só a eles diz respeito, não sendo, porém, correta a divulgação de fotografias, alertam para o facto de ser possível fazê-lo, caso o encarregado de educação autorize.

Relativamente aos **encarregados de educação do ensino público**, 4 concordam com o passo 1 da atividade, enquanto que 1 discorda. Do passo 2 – apresentação das

modificações do seu corpo, ao longo do tempo, à turma – 3 concordam, 1 não concorda nem discorda e 1 discorda. Quanto à partilha com a comunidade através da afixação das fichas no placard do átrio da escola, 2 concordam, 2 não concordam nem discordam e 1 discorda deste passo da atividade. Do passo 4 – partilha com a sociedade – 1 concorda e 4 discordam que as fichas sejam publicadas no blogue de acesso livre (Cf. Quadro 52).

Quanto aos **encarregados de educação do ensino privado**, 4 concordam com a recolha de fotografias que evidenciem o corpo do seu educando e 1 discorda. Sobre a apresentação em sala de aula das modificações do seu corpo, 4 concordam com a partilha e 1 discorda. Da partilha com a comunidade educativa – passo 3 – 3 concordam, 1 não concorda nem discorda e 1 discorda. Do último passo – passo 4 – 1 concorda e 4 discordam que as fichas sejam publicadas no blogue de acesso livre (Cf. Quadro 52).

Quadro 52- Atividade 4: “O meu corpo”, passos, alternativas e contagem dos Encarregados de Educação

Passos	Alternativas	Público		Privado	
		n	%	n	%
Recolha com o apoio de familiares	Concordo	4	80	4	80
	Não concordo nem discordo	0	0	0	0
	Discordo	1	20	1	20
Apresentação em sala de aula	Concordo	3	60	4	80
	Não concordo nem discordo	1	20	0	0
	Discordo	1	20	1	20
Partilha com a comunidade educativa	Concordo	2	40	3	60
	Não concordo nem discordo	2	40	1	20
	Discordo	1	20	1	20
Partilha com a sociedade	Concordo	1	20	1	20
	Não concordo nem discordo	0	0	0	0
	Discordo	4	80	4	80

Deste modo verificamos que, quer os encarregados de educação do ensino público, quer os do ensino privado, concordam com o passo 1 e 2 da atividade – recolha de fotografias de diversas fases da vida da criança, registo das modificações ocorridas no corpo de cada um e posterior apresentação à turma. Do passo 3 apuramos que os encarregados de educação do privado concordam, na sua maioria, isto é, 3 concordam, com a afixação das fichas com as modificações do corpo, no placard do átrio da escola. Em

contrapartida, os encarregados de educação do ensino público não têm a sua opinião bem definida (2 concordam, 2 não concordam nem discordam e 1 discorda). Estão, porém, em consonância com o passo 4 – divulgação das fichas no blogue de acesso livre – discordando, quase na totalidade, deste passo da atividade.

Dos **encarregados de educação do ensino público** 3 justificam a sua opinião afirmando que é uma atividade interessante que ajuda as crianças a conhecerem o seu corpo e o seu desenvolvimento e 2 dizem que é importante as crianças observarem as diferentes etapas do crescimento e verificarem as diferenças entre sexos. Em contrapartida, 1 considera que a atividade não tem interesse e 1 que a atividade pode ser realizada através do apelo à sua memória, sem que para isso sejam utilizadas fotografias. Sobre a divulgação, 1 afirma que a atividade não deve ser exposta, nem em placard nem em blogue. 3 alertam para os perigos e riscos da sociedade, devendo a escola proteger os seus alunos (Cf. Quadro 53).

São 3 os **encarregados de educação do ensino privado** que consideram que esta atividade é importante, pois as crianças podem observar as diferentes etapas do crescimento e verificar as diferenças entre sexos. 1 considera a atividade interessante. No entanto 1 considera que a atividade pode ser realizada sem o uso de fotografia, através do apelo à sua memória. Quanto à partilha com a comunidade educativa e com a sociedade, 2 consideram que a atividade não deve ser exposta nem em placard nem em blogue, devendo a partilha ficar no grupo-turma para não interferir na privacidade (1), pois expõe questões íntimas (1) (Cf. Quadro 53).

Quadro 53- Atividade 4: “O meu corpo”, Categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos Encarregados de Educação

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Contagem			
			Público		Privado	
			n	%	n	%
Interesse da atividade	Atividade interessante	- atividade interessante;	0	0	1	20
		- atividade interessante que ajuda as crianças a conhecerem o seu corpo e o seu desenvolvimento;	3	60	0	0
		- importante as crianças observarem as diferentes etapas do crescimento e verificarem a diferença entre sexos;	2	40	3	60

	Atividade não interessante	- atividade que pode ser realizada através do apelo à sua memória, sem uso de fotografias;	1	20	1	20
		- atividade sem interesse;	1	20	0	0
Opinião	Crítica	- a partilha deve ficar no grupo-turma para não interferir na privacidade;	0	0	1	20
		- atividade que expõe questões íntimas;	0	0	1	20
		- a escola tem de proteger os seus alunos;	3	60	0	0
		- dever-se-á ter em atenção aos riscos e perigos da sociedade;	3	60	0	0
		- atividade que não deve ser exposta, nem em placard nem em blogue;	1	20	3	40
	Favor		0	0	0	0
	Nem a favor nem contra		0	0	0	0

Podemos concluir que quer os encarregados de educação do ensino público quer os do ensino privado, consideram a atividade interessante pois contribui para a criança observar as diferentes etapas do crescimento, ajudando-as a conhecer melhor o corpo e as diferenças entre sexos. Ainda assim, ambos, consideram que a escola deve proteger a privacidade dos seus alunos, não expondo este tipo de atividades, pois envolvem questões íntimas. Quanto à exposição no placard e divulgação no blogue, tanto os encarregados de educação do ensino público, como os do ensino privado, discordam com a divulgação.

Por último, no que diz respeito à **atividade 5 “Os meus sentimentos”** verificamos que todos (5) os **professores do ensino público** concordam com o passo 1 da atividade – cada criança destaca um acontecimento marcante da sua vida e, a seguir, associa sentimentos a esse acontecimento. Quanto ao passo 2 – escrita da reflexão “os meus sentimentos” e apresentação à turma – 3 concordam e 2 não concordam nem discordam. Do passo 3 – afixação das fichas no placard da escola – 1 concorda, 2 não concordam nem discordam e 2 discordam. No último passo – partilha no blogue de acesso livre, 1 concorda, 1 não concorda nem discorda e 3 discordam (Cf. Quadro 54).

Relativamente aos **professores do ensino privado**, 5 concordam com o primeiro passo da atividade. Quanto à apresentação da reflexão em sala de aula, 4 concordam e 1

discorda. Do passo 3, 2 concordam e 3 discordam, assim como do passo 4, 2 não concordam nem discordam e 3 discordam (Cf. Quadro 54).

Quadro 54- Atividade 5: “Os meus sentimentos”, passos, alternativas e contagem dos professores

Passos	Alternativas	Público		Privado	
		n	%	n	%
Recolha com o apoio de familiares	Concordo	5	100	5	100
	Não concordo nem discordo	0	0	0	0
	Discordo	0	0	0	0
Apresentação em sala de aula	Concordo	3	60	4	80
	Não concordo nem discordo	2	40	0	0
	Discordo	0	0	1	20
Partilha com a comunidade educativa	Concordo	1	20	2	40
	Não concordo nem discordo	2	40	0	0
	Discordo	2	40	3	60
Partilha com a sociedade	Concordo	1	20	0	0
	Não concordo nem discordo	1	20	2	40
	Discordo	3	60	3	60

Verificamos que os professores do ensino público e do ensino privado são da mesma opinião. Concordam com o passo 1 e 2 – destaque de um acontecimento marcante da sua vida e associação a sentimentos, reflexão escrita e apresentação na turma. Discordam dos passos 3 e 4 – afixação das fichas no placard do átrio da escola e no blogue de acesso livre.

Dos **professores do ensino público**, 2 justificam a sua opinião afirmando que a publicação no blogue, seja de que matéria for, deve ser bem ponderada para não pôr em risco a privacidade da criança e, até mesmo, a sua segurança. 1 considera que não deverão ser expostos à turma, nem afixados sentimentos de tristeza, angustiantes ou até marcantes para a sua vida e auto estima. Em contrapartida, 1 é da opinião que o diálogo em grupo e a exposição de trabalhos na turma ajuda a conhecer melhor as aptidões de cada aluno e do grupo. Ainda 2 alertam para que a criança deverá concordar com a publicação dos seus trabalhos (Cf. Quadro 55).

Os **professores do ensino privado** justificam a sua opinião, afirmando, 1 que a atividade é interessante. No entanto, 4 consideram desnecessário divulgar a atividade, pois com ela a vida privada dos alunos fica demasiado exposta, assim como 2 que consideram que a exposição interfere na sua intimidade. Há ainda 1 que alerta para a necessidade de os encarregados de educação autorizarem a exposição dos trabalhos dos seus educandos (Cf. Quadro 55).

Quadro 55- Atividade 5: “Os meus sentimentos”, Categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos Professores

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Contagem			
			Público		Privado	
			n	%	n	%
Interesse da atividade	Atividade interessante	- atividade interessante;	0	0	1	20
	Atividade não interessante		0	0	0	0
Opinião	Crítica	- demasiada exposição da vida privada dos alunos, interferindo na sua intimidade;	0	0	2	40
		- desnecessário divulgar a atividade;	0	0	4	80
		- a publicação no blogue, seja de que matéria for, deve ser bem ponderada para não pôr em risco a privacidade da criança e, até mesmo, a sua segurança;	2	40	0	0
		- não deverão ser expostos à turma, nem afixados sentimentos de tristeza, angustiantes ou até marcantes para a sua vida e auto estima;	1	20	0	0
	Favor	- o diálogo em grupo e a exposição de trabalhos na turma ajuda a conhecer melhor as aptidões de cada aluno e do grupo.	1	20	0	0
	Nem a favor nem contra	- necessário autorização dos encarregados de educação;	0	0	1	20
		- a criança deverá concordar com a publicação dos seus trabalhos;	2	40	0	0

Podemos concluir que quer os professores do ensino público, quer os professores do ensino privado consideram desnecessário afixar e divulgar esta atividade, alertando para a demasiada exposição da vida privada dos alunos, interferindo na sua intimidade.

Quanto aos **encarregados de educação do ensino público**, 3 concordam com o passo 1 da atividade, 1 não concorda nem discorda e 1 discorda. Do passo 2 – reflexão sobre o sentimento e partilha com os colegas da turma – 3 concordam, 1 não concorda

nem discorda e 1 discorda. Do momento da partilha com a comunidade educativa, 2 concordam, 1 não concorda nem discorda e 2 discordam. Do último passo – divulgação no blogue – 1 concorda e 4 discordam (Cf. Quadro 56).

Todos (5) os **encarregados de educação do ensino privado**, concordam com o passo 1 da atividade. Do passo 2, 3 concordam e 2 não concordam nem discordam que os alunos apresentem, à turma, a sua reflexão. Quanto à afixação das fichas no placard do átrio da escola, 1 concorda, 2 não concordam nem discordam e 2 discordam. Em relação ao passo 4 – partilha com a sociedade – 3 discorda, 1 não concorda nem discorda e 1 concorda (Cf. Quadro 56).

Quadro 56- Atividade 5: “Os meus sentimentos”, passos, alternativas e contagem dos Encarregados de Educação

Passos	Alternativas	Público		Privado	
		n	%	n	%
Recolha com o apoio de familiares	Concordo	3	60	5	100
	Não concordo nem discordo	1	20	0	0
	Discordo	1	20	0	0
Apresentação em sala de aula	Concordo	3	60	3	60
	Não concordo nem discordo	1	20	2	40
	Discordo	1	20	0	0
Partilha com a comunidade educativa	Concordo	2	40	1	20
	Não concordo nem discordo	1	20	2	40
	Discordo	2	40	2	40
Partilha com a sociedade	Concordo	1	20	1	20
	Não concordo nem discordo	0	0	1	20
	Discordo	4	80	3	60

Verificamos que os encarregados de educação do ensino público e do ensino privado são da mesma opinião. Concordam com os passos 1 e 2 – seleção, pela criança, de um acontecimento marcante e associação ao respetivo sentimento, reflexão sobre o sentimento e posterior apresentação à turma. Do passo 3 não conseguimos verificar consonância, se há os que concordam, também há os que não concordam e, ainda, os que não têm opinião definida. Em contrapartida, ambos, discordam do 4 – partilha com a comunidade educativa, através da afixação no placard do átrio da escola e com a sociedade, através do blogue de acesso livre.

Os **encarregados de educação do ensino público** justificam a sua opinião, afirmando, 2, que a atividade é interessante para ser trabalhada em grupo. Em contrapartida, 1 considera que os sentimentos não devem ser partilhados. Todos os encarregados de educação (5) manifestaram-se contra a partilha, ou seja, afirmam que é desnecessário a afixação no placard e no blogue. Há, ainda, 1 que alerta para a necessidade e pertinência do blogue ser de acesso restrito (Cf. Quadro 57).

Dos **encarregados de educação do ensino privado**, 1 considera que esta atividade é difícil de concretizar. 2 consideram que é uma atividade que invade a vida íntima e 4 que consideram que esta atividade só deve ser trabalhada no grupo-turma. Há ainda 1 que considera que a atividade é enriquecedora para o desenvolvimento dos alunos. São 2 os que acham desnecessária a afixação das fichas no placard e no blogue. De salientar, ainda, 2 que alertam que os trabalhos podem ser afixados, mas sem identificação (Cf. Quadro 57).

Quadro 57- Atividade 5: “Os meus sentimentos”, Categorias, subcategorias, indicadores e contagem dos Encarregados de Educação

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Contagem			
			Público		Privado	
			n	%	n	%
Interesse da atividade	Atividade interessante	- atividade interessante para ser trabalhada em grupo;	2	40	0	0
	Atividade não interessante	- atividade difícil de concretizar;	0	0	1	20
Opinião	Crítica	- atividade que invade a vida íntima;	0	0	2	40
		- atividade que só deve ser trabalhada no grupo-turma;	0	0	4	80
		- os sentimentos não devem ser partilhados;	1	20	0	0
		- desnecessário afixação no placard e no blogue;	5	100	2	40
	Favor	- atividade enriquecedora para o desenvolvimento dos alunos	0	0	1	20
	Nem a favor nem contra	- trabalhos afixados sem identificação;	0	0	2	40
		- blogue só de acesso restrito;	1	20	0	0

Deste modo, podemos concluir que, tanto os encarregados de educação do ensino público, como os do ensino privado consideram que esta atividade invade a vida íntima

e privada do aluno, sendo completamente desnecessária a sua divulgação, quer no placard do átrio da escola, quer no blogue de acesso livre.

Em suma, concluímos que, de uma forma geral, em todas as atividades, tanto os professores como os encarregados de educação do ensino público e do ensino privado tendem a concordar com os passos 1 e 2 e discordar dos passos 3 e 4. Ainda assim, verificamos, alguma preocupação com aspetos relacionados com a privacidade e intimidade do aluno e das suas famílias. Nomeadamente, quando questões relacionadas com a vida privada são expostas, partilhadas e publicadas, é visível alguma salvaguarda, quer pelos encarregados de educação, quer, igualmente, pelos professores, de ambas as proveniências. Os sujeitos alertam que as questões da vida privada, íntima e pessoal não devem ser partilhadas, fora da sala de aula e, até mesmo, do grupo-turma.

3.5. Análise global dos dados e sua interpretação

Após apresentação dos dados recolhidos, por questionário – primeiro estudo e por entrevista – segundo estudo neste tópico apresentaremos, para cada atividade, as conclusões mais relevantes que podemos extrair dos dois estudos realizados a que se segue uma conclusão final.

Relativamente à **atividade 1 “A minha casa”**, podemos concluir que os professores do ensino público e os do ensino privado – do primeiro estudo – tendem a concordar com os passos 1, 2 e 3, nos quais o aluno, com o apoio de familiares recolhe informação sobre a sua casa, faz a ilustração e partilha os seus desenhos com os colegas da turma e, ainda, com a afixação dos desenhos dos alunos no *placard* do átrio da escola, com acesso a toda a comunidade educativa. Porém, tendem a discordar do passo 4, no qual a partilha se alarga à sociedade, através da divulgação dos desenhos dos alunos no blogue da turma, de acesso livre. Justificam que esta atividade poderá originar atitudes discriminatórias, não devendo ser partilhada com o exterior, alertando para os perigos da exposição da habitação de cada criança.

Em contrapartida, os professores do ensino público, do segundo estudo, concordam com todos os passos da atividade. Já os do ensino privado tendem a concordar com os passos 1 e 2 e não concordam com os passos 3 e 4. Alertam que esta atividade viola o espaço privado dos alunos e das suas famílias, sendo desnecessária a afixação e divulgação das habitações de cada aluno, pois isso pode gerar comparações e mau estar.

Os encarregados de educação do ensino público e do privado, em geral, não são da mesma opinião que os professores. Tendem a concordar com os dois primeiros passos, mas discordam dos passos 3 e 4, pois, consideram a afixação desnecessária, afirmando que a casa é um espaço privado que não deve ser partilhado com tantos detalhes, uma vez que dá origem a comparações que podem desencadear diferenças sociais e até atitudes discriminatórias.

Quanto aos encarregados de educação, do segundo estudo, quer os do ensino público, quer os do ensino privado, tendem a concordar com os passos 1 e 2 e discordar dos passos 3 e 4. Alertam para o facto da sua divulgação, uma vez que esta implica o desrespeito pela privacidade quer da criança, quer da sua família. Alertam, ainda, para os perigos do blogue, que não respeita a privacidade e divulga, desnecessariamente, as condições de habitação de cada um, podendo causar discriminação.

Comparativamente podemos concluir que, em ambos os estudos, tanto os professores como os encarregados de educação do público e do privado, tendem a concordar com os passos 1 e 2 da atividade e a discordar dos passos 3 e 4.

Verificamos, apenas nos passos 3 e 4, uma constante preocupação para as questões que dizem respeito à vida privada e ao direito à privacidade do aluno. Ainda assim, para além de alertarem que é uma questão demasiado privada para ser exposta, concordam com a partilha com os colegas da sala de aula.

Quanto à **atividade 2 “A minha família”**, verificámos que os professores do ensino público e do ensino privado – primeiro estudo – tendem a concordar com os passos 1 e 2 da atividade, nos quais o aluno, constrói, com recurso à fotografia, a árvore genealógica da sua família e a partilha com a turma.

Tendem a discordar dos passos 3 e 4, ou seja, com a partilha das árvores com a comunidade educativa e com a sociedade. Consideram que o tema não deve ser afixado,

uma vez que invade a privacidade do aluno e da sua família, remetendo para os perigos da publicação. Sugerem que esta atividade pode ser realizada sem o recurso à fotografia, dando como exemplo que podem ser os alunos a desenhar os seus familiares.

Dos professores do segundo estudo, quer os do ensino público, quer os do ensino privado tendem a concordar com os passos 1 e 2. Em contrapartida, os professores do ensino público tendem a concordar, igualmente, com o passo 3 e os do ensino privado a discordar.

Do passo 4, ambos, tendem a discordar. Consideram que esta atividade expõe demasiado a vida privada dos alunos e das suas famílias, podendo, porém, ser realizada sem o recurso à fotografia e apenas na sala de aula. Alertam, ainda, para a necessidade da autorização dos encarregados de educação para afixar e divulgar dados que envolvem a privacidade do aluno e da sua família.

Quanto aos encarregados de educação, do primeiro estudo, são da mesma opinião dos professores. Tendem a concordar com os passos 1 e 2 e a discordar dos passos 3 e 4. Não concordam com a partilha das árvores genealógicas, pois, para eles, invade e viola a privacidade das famílias.

Os encarregados de educação, do segundo estudo, tendem a concordar com os passos 1 e 2 da atividade e a discordar dos passos 3 e 4. Para além de considerarem a atividade interessante, permitindo ao aluno adquirir conceitos relacionados com o tipo de família e os graus de parentesco, alertam para a violação da privacidade do aluno e da sua família, não concordando com a exposição e divulgação das árvores genealógicas.

Deste modo, verificamos que, em ambos os estudos, quer os professores, quer os encarregados de educação, do ensino público e do ensino privado, são da mesma opinião. Tendem a concordar com os passos 1 e 2 e a discordar dos passos 3 e 4. Visualizamos a constante preocupação pela violação da privacidade do aluno e da sua família, que os passos desta atividade propõem. Ainda assim, salientamos que, embora considerem que a partilha com a comunidade educativa e com a sociedade viola o direito à privacidade, tendem a concordar que os alunos partilhem as fotografias da sua família, com os seus colegas da turma, na sala de aula.

Respeitante à **atividade 3 “A minha saúde”**, quer os professores do ensino público, quer os do ensino privado, do primeiro estudo, tendem a concordar com os passos 1 e 2, nos quais o aluno, com o apoio dos familiares faz o levantamento de aspetos clínicos, tais como, doenças que teve, vacinas e idas ao médico, preenche a sua ficha clínica e apresenta-a a um médico de família que se desloca a escola, na presença dos colegas da turma. Porém, tendem a discordar dos passos 3 e 4, nos quais são afixadas, no *placard* do átrio da escola, as fichas clínicas dos alunos, assim como divulgadas no blogue de acesso livre. Manifestam desacordo com a divulgação de dados tão pessoais e justificam a sua opinião, afirmando que a saúde é um tema que merece sigilo, pois é um assunto sensível, pessoal, que tem direito a reserva

Relativamente aos professores, do segundo estudo, quer os do ensino público quer os do ensino privado são da mesma opinião. Tendem a concordar com os passos 1 e 2 e a discordar dos passos 3 e 4. Consideram a atividade bem estruturada, no entanto são de opinião que os dados relativos à saúde dos alunos não devem ser expostos nem divulgados, devendo ser respeitado o direito à confidencialidade.

Os encarregados de educação, do primeiro estudo, tendem a concordar com os passos 1 e 2 e a discordar dos passos 3 e 4. Justificam a sua opinião alertando que a saúde é uma questão íntima, privada e sigilosa, que não deve ser exposta.

Quanto aos encarregados de educação, do segundo estudo, a opinião é a mesma. Tendem a concordar com os passos 1 e 2 e a discordar dos passos 3 e 4 da atividade. Afirmam que a saúde é um assunto sigiloso, que não deve ser divulgado nem exposto. Ainda assim, consideram pertinente a apresentação da sua ficha clínica ao médico de família. No entanto tendem a discordar, completamente, da afixação e divulgação, da ficha clínica, para além da sala de aula, pois, consideram que se trata de uma atividade que interfere na privacidade de cada um.

Tal como nas atividade anteriores, podemos concluir que, tanto os professores como os encarregados de educação, do ensino público e do ensino privado, manifestam a mesma opinião, em relação aos quatro passos da atividade. Tendem a concordar com os passos 1 e 2 e a discordar dos passos 3 e 4. Justificam-se, alegando que a saúde é um

assunto pessoal, íntimo e sigiloso. Que não deve ser exposto porque interfere na privacidade de cada um. Alertam que é um tema que merece confidencialidade. De salientar, que embora justifiquem que a saúde de cada um é um assunto que merece reserva, concordam com a apresentação de dados clínicos perante o médico de família e os colegas da turma.

Relativamente à **atividade 4 “O meu corpo”** verificámos que os professores do ensino público e do ensino privado, do primeiro estudo, tendem a concordar com os passos 1 (recolha com o apoio de familiares de fotografias tiradas em varias fases da sua vida), 2 (verificação das modificações do seu corpo e apresentação à turma) e 3 (afixação das fichas de registo das modificações no placard do átrio da escola) da atividade. Do último passo, tendem a discordar. Justificam que a exposição deve ser evitada pois pode tornar-se discriminativa, alertando para os perigos que isso acarreta.

Quanto aos professores do segundo estudo, tanto os do ensino público como os do ensino privado tendem a concordar com os passos 1 e 2 da atividade – recolha de fotografias e registo das modificações do seu corpo. Do passo 3, os professores do ensino público tendem a concordar, enquanto que os do ensino privado não têm opinião definida, não concordam nem discordam. Os professores de ambas as proveniências tendem a discordar do passo 4. De salientar que embora os professores considerem que esta atividade não deve ser exposta, pois divulga aspetos da vida privada dos alunos, que só a eles diz respeito, não sendo correta a divulgação, alertam para o facto de ser possível fazê-lo, caso o encarregado de educação autorize.

Relativamente aos encarregados de educação, do primeiro estudo, os do ensino privado tendem a concordar com os passos 1, 2 e 3 da atividade, enquanto que os do ensino público tendem a concordar dos passos 1 e 2 e a discordar do passo 3. Do passo 4, os encarregados de educação de ambas as proveniências tendem a discordar. Justificam que esta atividade contém informação demasiado privada para ser divulgada, não devendo ser exposta, por se tratar de um assunto confidencial. Afirmam, ainda, que a atividade desrespeita a privacidade do aluno.

Os encarregados de educação, do segundo estudo, quer os do ensino público, quer os do ensino privado, tendem a concordar com os passos 1 e 2 da atividade. Do passo 3,

os encarregados de educação do ensino privado tendem a concordar e os do ensino público não têm a sua opinião bem definida. Quanto ao passo 4 os encarregados de educação de ambas as proveniências tendem a discordar que seja publicado no blogue este tipo de atividade.

Ao justificarem as suas opiniões, consideram que a atividade é interessante, contribuindo para que a criança observe as diferentes etapas do crescimento, ajudando-a a conhecer melhor o seu corpo e as diferenças entre sexos. No entanto consideram que a escola deve proteger a privacidade dos seus alunos, não expondo este tipo de atividades que envolvem questões íntimas.

Analisando, verificamos que nesta atividade existe consonância nos dois estudos, tanto entre professores como encarregados de educação do ensino público e do ensino privado. Ambos os sujeitos tendem a concordar com os passos 1 e 2. Porém, no passo 3 existe alguma divergência. Há os que tendem a concordar, os que não concordam e os que não têm opinião definida quanto à afixação das fichas com as modificações do seu corpo, no *placard* do átrio da escola. Do passo 4, quer os professores, quer os encarregados de educação tendem a discordar. Consideram que esta atividade não deve ser exposta, pois é demasiado íntima e privada.

No que diz respeito à **atividade 5 “Os meus sentimentos”**, os professores do ensino público e do ensino privado, do primeiro estudo, tendem a concordar com o passo 1 (seleção de um acontecimento para associar ao sentimento e posterior reflexão sobre ele) e com o passo 2 (partilha da reflexão com os colegas da turma, em sala de aula). Quanto ao passo 3, no qual serão afixadas as reflexões no *placard* do átrio da escola, os professores do ensino privado tendem a concordar enquanto que os do ensino público tendem a discordar. Do passo 4, os professores de ambas as proveniências, tendem a discordar com a divulgação das reflexões dos alunos no blogue de acesso livre.

Justificam as suas opiniões em relação a esta atividade, alegando que, nesta faixa etária é difícil falar em e sobre sentimentos. Ainda assim, alertam que a fazer-se deverá ser apenas na sala de aula, não sendo correto expor publicamente, pois é estar a expor demasiado a vida privado dos alunos.

Quanto aos professores do segundo estudo, quer os do ensino público, quer os do ensino privado, tendem a concordar com os passos 1 e 2 e a discordar dos passos 3 e 4. Consideram desnecessário afixar e divulgar esta atividade, alertando para a demasiada exposição da vida privada dos alunos, interferindo na sua intimidade.

Os encarregados de educação do ensino público e do ensino privado, do primeiro estudo, tendem a concordar com os passos 1 e 2. Do passo 3, os do ensino público tendem a concordar e os do ensino privado a discordar. Do passo 4, os encarregados de educação de ambas as proveniências tendem a discordar. Alertam para a não necessidade de se expor informações confidenciais, sendo, este, um tema sensível para ser publicado. Consideram que é importante ter em atenção se as crianças querem, ou não, falar sobre o tema e que este seja trabalhado, apenas, em sala de aula.

Os encarregados de educação, do segundo estudo, tendem a concordar com os passos 1 e 2 e a discordar dos passos 3 e 4. Porém, consideram que esta atividade invade a vida íntima e privada do aluno, sendo completamente desnecessária a sua divulgação.

Podemos concluir que, relativamente a esta atividade, quer os professores, quer os encarregados de educação, sejam eles do ensino público, sejam do ensino privado, tendem a concordar com os passos 1 e 2 da atividade. No que concerne ao passo 3, existe alguma divergência. Do passo 4 tendem a discordar. Segundo a justificação das suas opiniões, consideram que esta atividade invade a vida íntima e privada do aluno, devendo, porém, ser trabalhada apenas na sala de aula, pois é um tema que interfere na intimidade e privacidade para ser exposto, divulgado e partilhado com o exterior.

Cruzando os dois estudos e em jeito de conclusão podemos inferir que não existe divergência substancial entre as opiniões dos professores e dos encarregados de educação do ensino público e do ensino privado. Também o sentido das respostas é o mesmo quer dos sujeitos que responderam por questionário (primeiro estudo), quer dos que responderam por entrevista (segundo estudo). Isto é, com as entrevistas não se con-

seguiu aprofundar substancialmente a argumentação, tal como tínhamos previsto no início deste estudo.

Deste modo, verificámos que, relativamente às atividades apresentadas, os professores e os encarregados de educação são, substancialmente, da mesma opinião.

Na maior parte das atividades tendem a concordar com os passos 1 e 2, ou seja, concordam com a recolha de informação pessoal, com o apoio dos familiares e com a partilha dessa informação privada, em sala de aula, com o professor titular de turma e com os colegas da turma.

Em contrapartida, tendem a discordar dos passos 3 e 4, nos quais a partilha se estende para fora da sala de aula, sendo os seus trabalhos expostos no *placard* do átrio da escola, o qual toda a comunidade educativa tem acesso, assim como a publicação no blogue da turma, de acesso livre, que pode ser visto pela sociedade.

Alertam, essencialmente, para os perigos do blogue, para as questões privadas, considerando que as atividades violam a vida privada dos alunos e das suas famílias, afirmando que são assuntos sigilosos, do foro privado e confidencial que não devem ser expostos nem divulgados. De salientar que para além de alertarem e de se sentir uma certa preocupação com a discriminação, a comparação, entre outros sentimentos que este tipo de atividades pode gerar em crianças tao pequenas, tendem a concordar que haja partilha, na sala de aula, com os colegas da turma.

No entanto, importa salientar que, após análise, visualizamos que são os professores do ensino privado os que estão mais atentos para as questões da privacidade.

Há, ainda, outra questão que nos parece pertinente aflorar. Ao longo da análise foi constante o alerta, pelos professores, para a necessidade de o encarregado de educação dar autorização para a exposição e divulgação dos trabalhos do seu educando. Ora, sob o nosso ponto de vista, parece-nos uma descarga de valores éticos da profissão, ou seja, se o pai autoriza é afixado, mesmo que esse ato interfira na privacidade do aluno e vá contra o que o professor considera o mais correto.

Conclusões

“A sociedade moderna, interpondo a esfera social entre o privado e o público, foi suprimindo a diferença entre o público e o privado, entre o que só se pode desenvolver à sombra e o que reclama ser mostrado a todos na cintilante luz do mundo público”

Arendt, 1958, 40-41 (citada por Carla Martins, 2005, 68)

«Uma primeira abordagem (...), deixa-nos perceber que foram amplamente assumidas as indicações ministeriais para que os alunos se debrucem e pronunciem, junto de colegas e professor, sobre “as suas experiências vividas”.»

Maria Helena Damião, 2006, 240.

Este trabalho teve como principal objetivo confirmar ou infirmar a ideia de que a solicitação da privacidade como metodologia de aprendizagem assume grande e relevante destaque na área curricular disciplinar de Estudo do Meio, no 1.º Ciclo do Ensino Básico, em diversas atividades pedagógico-didáticas.

Deste modo, iniciámos a nossa dissertação, fazendo o enquadramento da contextualização das aprendizagens, nomeadamente a solicitação da privacidade como metodologia de aprendizagem no referido ciclo de ensino. Apresentámos, de modo sistematizado, as Orientações Curriculares patentes nos documentos vigentes para essa área disciplinar com a finalidade, principal, de seleccionar desses documentos a importância dada à contextualização das aprendizagens na esfera privada.

Assim, no primeiro capítulo, intitulado *Solicitação da privacidade como metodologia de aprendizagem*, apresentámos uma breve revisão da literatura, na qual enquadrámos da contextualização das aprendizagens, à incursão na privacidade e às questões de ordem epistemológica, ética, psicológica e pedagógica que atividades que envolvem a vida íntima, privada, pessoal e familiar do aluno, convocam. Com este capítulo concluímos que, de facto, a solicitação da privacidade como metodologia de aprendizagem

assume um papel de destaque no atual sistema educativo.

No que diz respeito ao segundo capítulo, *Solicitação da privacidade nas orientações curriculares*, analisámos as Orientações Curriculares nos documentos existentes para o Ensino Básico, especificamente para a área curricular disciplinar de Estudo do Meio, assim como a ênfase preconizada por estes documentos relativamente à solicitação da privacidade como metodologia de aprendizagem. Fizemos, ainda, referência à solicitação de aspetos relacionados com a vida privada dos alunos, nos manuais escolares desta área disciplinar. Através da análise de todos os documentos normativos legais, curriculares e programáticos apurámos que a contextualização das aprendizagens na esfera privada está referenciada em todos os documentos da tutela, o que se traduz nos manuais escolares e eventualmente na prática pedagógica dos professores, tendo em conta que os manuais escolares são um instrumento precioso na organização, planificação e realização das atividades pedagógicas. Verificámos, portanto, coerência entre as atividades propostas pelos manuais, o Currículo e as Orientações Programáticas para o Estudo do Meio. Ainda assim foi-nos possível concluir que, o apelo à contextualização das aprendizagens na esfera privada do aluno revela uma forte tendência nos dois primeiros anos de escolaridade, sendo gradualmente substituída por atividades contextualizadas na esfera pública e por atividades não contextualizadas nos seguintes anos de escolaridade.

No último capítulo, *Estudos Empíricos*, planificámos e delineámos a nossa investigação, apresentando os objetivos, o instrumento de recolha de dados, a estratégia de análise dos dados, a amostra e o tratamento dos dados.

Escolhemos uma metodologia exploratória, optando pelo questionário e pela entrevista como instrumentos de recolha de dados, bem como a análise de conteúdo para a análise das respostas. Esta metodologia permitiu-nos realizar um estudo em profundidade, possibilitando obter um vasto leque de opiniões, perspetivas e perceções dos professores e dos encarregados de educação inquiridos e entrevistados acerca das cinco atividades, enquadradas na esfera privada – casa, família, saúde, corpo e sentimentos – usualmente propostas em manuais escolares e trabalhadas em sala de aula. Pretendemos verificar se os professores e os encarregados de educação concordam, não concordam

nem discordam ou discordam com 1) recolha dos dados com o apoio de familiares, 2) apresentação em sala de aula, 3) exposição do tema/trabalho perante a comunidade educativa e 4) divulgação na rede social, para toda a sociedade, assim como o porquê, justificando a sua opinião.

Contudo, consideramos que os resultados obtidos através da análise dos questionários e das entrevistas deram-nos uma visão acerca das opiniões dos professores e dos encarregados de educação sobre tais atividades.

De realçar que, através da análise efetuada, quer os sujeitos do primeiro como os do segundo estudo – professores e encarregados de educação de escolas públicas e privadas – tendem a concordar com os passos 1 e 2 e a discordar dos passos 3 e 4 das atividades contextualizadas na esfera privada, apresentadas.

Das respostas dadas destaca-se o facto de, a maior parte dos sujeitos, não concordarem com a exposição e com a divulgação, para além da turma, dos colegas e do professor, de aspetos que envolvem a vida privada, íntima, pessoal e familiar do aluno. Alertam para a discriminação, a comparação económica e social e a disparidade social, podendo estas questões melindrar as crianças.

Importa, ainda, realçar que, afirmam que a saúde e os sentimentos merecem sigilo, confidencialidade e que devem ser abordados com muito cuidado.

Assim, de acordo com a literatura consultada, podemos constatar que a contextualização das aprendizagens na esfera privada, isto é, a solicitação da privacidade como metodologia de aprendizagem, tal como é evidenciado pelo Ministério da Educação (2004, 105), cabe ao professor, na abordagem deste tipo de atividade, ter todo o “cuidado e bom senso”, no tratamento de todos os aspetos que, de algum modo, se relacionem com a vida privada dos alunos. No entanto, podemos concluir que, se por um lado os professores devem trabalhar de acordo com a diretrizes da tutela, também a eles lhe cabe a difícil tarefa de tomar decisões e de refletir pedagógica e eticamente sobre as atividades, que invadem a privacidade dos alunos, indo contra os princípios enunciados na Convenção sobre os Direitos da Criança (1990), na Carta Deontológica de Serviço Público (1993), o Estatuto da Carreira Docente e as leis e as normas de proteção de dados de crianças e jovens.

Parece-nos, paralelamente com o enquadramento teórico e com a análise dos estudos empíricos, que, talvez por na sociedade atual haver uma mistura do que é privado e do que é público – através da TV, dos blogues, do facebook, das redes sociais – exista necessidade de a escola proteger os seus alunos, preservando a sua privacidade, pois, embora a escola esteja inserida na sociedade, é ela que deve assumir o papel de transmissora de valores éticos (tais como o direito à privacidade).

Consideramos que este estudo poderá ser um contributo para a realização de novas investigações sobre esta temática. Deste modo, tendo por base os resultados obtidos, na revisão bibliográfica efetuada, apresentamos, de seguida, um conjunto de questões que foram emergindo durante a realização do nosso trabalho e que, quanto a nós, poderão ser algumas sugestões que, futuramente, conduzirão a novas investigações:

- Será que se as orientações da tutela não apelassem à solicitação da vida privada dos alunos, os professores trabalhariam os mesmos conteúdos de forma diferente?

- Será que na formação inicial dos professores é dada ênfase a questões de ordem ética e pedagógica?

Assim, terminamos este trabalho questionando-nos, tal como Damião, Duarte e Moleiro (s/d, 1), se serão estas atividades contextualizadas na esfera privada, “aparentemente justificáveis, compatíveis com o direito fundamental de reserva da vida privada e da intimidade das crianças e das suas famílias?”. Consideramos pertinente incluir no debate educativo esta questão, sendo que cabe à escola a transmissão de valores e de promoção das dimensões cívicas e sócio-morais (artigo 2.º da Lei de Bases do Sistema Educativo). Neste sentido, salientamos que esta instituição deve proteger os seus alunos, em termos de privacidade, de intimidade, dado o seu direito à reserva da criança e da sua família nestes dois planos (Guia de Orientações para os Profissionais da acção social na abordagem de situações de perigo, 2011).

Referências Bibliográficas

- Araújo, A. F. (2004). *Educação e imaginário da criança mítica às imagens da infância*. Maia: Centro de Publicações do Instituto Superior da Maia.
- Arendt, H. (2001, original de 1958). *A condição humana*. Lisboa: Relógio D' Água.
- Arendt, H.; Weil, E.; Russel, B. & Ortega y Gasset (2000). *Quatro textos excêntricos*. Lisboa: Relógio D' Água.
- Ariés, Ph. & Duby, G. (1990a). *História da vida privada*. Volume 1: Do Império Romano ao ano Mil. Porto: Edições Afrontamento.
- Ariés, Ph. & Duby, G. (1990b). *História da vida privada*. Volume 2: Da Europa Feudal ao Renascimento. Porto: Edições Afrontamento.
- Bardin, L. (2009, original de 1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bidarra, M. G. & Festas, I. (2005). *Construtivismo: implicações e interpretações educativas*. Revista Portuguesa de Pedagogia. Ano 39, nº2, pp. 175-195.
- Bidarra, M. G.; Festas, M. I. & Damião, M. H. (2007). *Pedagogia ou demagogia construtivista? As orientações curriculares no Ensino Básico em Portugal*. Revista Galego-Portuguesa de Psicología e Educación.
- Brito, A. P. (1999). A problemática da adopção dos manuais escolares. Critérios e reflexões. In R. V. Castro (Org.), *Manuais escolares: Estatuto, funções, história*. (pp. 139-148). Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Castro, R. V. (1999). *Manuais escolares: estatuto, funções, história*. Braga: Universidade do Minho.
- Choppin, A. (1992). *Manuels scolaires: Histoire et actualité*. Paris: Hachette.
- Comissão de Protecção das Crianças e Jovens em Perigo (2011). *Promoção e protecção dos direitos das crianças: Guia de orientações para os profissionais da acção social na abordagem de situações de perigo*. Comissão de Protecção das Crianças e Jovens em Perigo/Instituto de Segurança Social.

- Damião, M. H. (2003). A influência do castigo físico na regulação do comportamento. I. Alberto, A. C. Fonseca, A. G. Ferreira & J. Rebelo (2003). *Comportamento Anti-Social e Família*. Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra, pp.169-174.
- Damião, M. H. (2006). Aprendizagem centrada na “vivência dos alunos”. O caso da Formação Cívica. *Actas do Terceiro Encontro do Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais de Educação para a Cidadania e Culturas de Formação*. CIED: Escola Superior de Educação de Lisboa, pp. 239-246.
- Damião, H. (2009). “Há coisas que não podemos tolerar”. In: <http://dererummundi.blogspot.pt/2009/10/ha-coisas-que-nao-podemostolerar.html>
- Damião, M. H. (2011a). “Há coisas que não devíamos tolerar”. In: <http://dererummundi.blogspot.pt/2011/04/ha-coisas-que-nao-deviamos-tolerar.html>
- Damião, H. (2011b). “A aula como espaço de confiança”. In: <http://dererummundi.blogspot.pt/2011/03/aula-como-um-espaco-de-confianca.html>
- Damião, M. H. (2012) “Fichas de Ligação” In: <http://dererummundi.blogspot.pt/2012/05/fichas-de-ligacao.html>
- Damião, M. H., Duarte, O. & Moleiro, M. J. (s/d). *A vida privada tornada pública: Tipos de actividades propostas em manuais escolares de Estudo do Meio*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Damião, M. H., Festas, M. I. & Moleiro, M. J. (s/d). *Contextualização das aprendizagens: sua representação em manuais escolares de Estudo do Meio*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Festas, M.I.F. (no prelo). A aprendizagem contextualizada. Análise crítica dos seus fundamentos e efeitos. In M. Simões & M. H. Damião da Silva, *Aprendizagens escolares e funções cognitivas*. Coimbra: Almedina (no prelo).
- Festas, I. (1998). Estudo das aprendizagens escolares. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Ano 32, n.º 3, pp. 119-153.
- Gérard, F. M. & Roegiers, X. (1998). *Conceber e avaliar manuais escolares*. Porto: Porto Editora.
- Giroux, H. (1997). Repensando a linguagem da escola. In H. Giroux (Ed.), *Os professores como intelectuais. Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Huberman, M. (1995). Professional Career and Professional Development - Some intersections. In T. R. Guskey & M. Huberman (editors). *Professional development in education - New paradigms and practices*. New York: Teacher College Press, Columbia University.
- Lave, J. (1988). *Cognition in practice: Mind, mathematics, and culture in everyday life*. New York: Cambridge University Press.
- Lave, J. (1993). Situating learning in communities of practice. In L. B. Resnick, J. M. Levine & S. D. Teasley (Eds.), *Perspectives on socially shared cognition* (2nd ed; pp. 63-82). Washington, DC.: American Psychological Association.
- Martins, C. (2005). *Espaço público em Hannah Arendt. O político como relação comunicativa*. Coimbra: Minerva.
- Midões, M. (2008). *O social em detrimento do público e do privado em Hannah Arendt*. Disponível em www.bocc.ubi.pt, acessado em 27 de dezembro de 2011.
- Ministério da Educação (2010). *Metas de aprendizagem para a área disciplinar de Estudo do Meio*. Lisboa: Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.
- Ministério da Educação. (2004). *Organização Curricular e Programas – 1.º Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: Direcção Geral do Ensino Básico.
- Ministério da Educação/Departamento de Educação Básica (2001). *Currículo Nacional do Ensino Básico: Competências essenciais*. Lisboa: Departamento de Educação Básica.
- Moleiro, M. J. (2011). *Contextualização das aprendizagens no 1.º Ciclo do Ensino Básico: O caso dos manuais escolares do Estudo do Meio*. Tese de Mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação: Universidade de Coimbra.
- Perrenoud, Ph. (1995). O Go-between entre a família e a escola: A criança mensageira e mensagem. In Ph. Perrenoud. *Ofício de aluno e sentido do trabalho Escolar*. Porto: Porto Editora, pp. 89-113.
- Portugal (1990). *A convenção sobre os Direitos da Criança, Organização das Nações Unidas*. Resolução do Conselho de Ministros nº 18/93. Carta Deontológica de Serviço Público.
- Reis, C. (2008). A Educação da “Geração M. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Ano 42, nº 3, pp. 121-137.
- Reis, C. (2008). *Educação e cultura mediática: análise de implicações deseducativas*. Tese de

Doutoramento. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação: Universidade de Coimbra.

Sanches, M. F. (2006). Desafios a uma teoria da educação na pós-modernidade. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Ano 40 n.º 2, pp 225-236.

Savater, F. (1997). *O valor de educar*. Lisboa: Edições Presença.

Tormenta, J. R. (1996). *Manuais escolares – Inovação ou tradição? Avaliação do Currículo*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Weil, E. (2000). A educação enquanto problema do nosso tempo. In H. Arendt; E. Weil; B. Russel & Ortega y Gasset. *Quatro textos excêntricos*. Lisboa: Relógio D'Água.

Young, M. (1971). An approach to the study of curricula as socially organized knowledge. In M. Young (Ed.), *Knowledge and control: new directions for the sociology of education*. London: CollierMacmillan.

Legislação

Decreto-Lei n.º 261/2007, de 17 de Julho.

Decreto-Lei n.º 369/90, de 26 de Novembro.

Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro. Reorganização Curricular do Ensino Básico.

Deliberação n.º 57/2004.

Despacho n.º 29864/2007, de 30 de Novembro.

Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto.

Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro. Lei da Protecção de Dados Pessoais.

Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro. Lei da Protecção de Crianças e Jovens em risco.

Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto. Legislação sobre certificação de manuais escolares.

Parecer n.º 8/2011, Parecer sobre os projectos de Lei n.º 4107XI/2.^a (BE), n.º 416/XI/2.^a (PEV) e n.º 423/XI/23 (CDS-PP) relativos a Manuais Escolares, do Conselho Nacional de Educação.



Questionário para professores

Ex.mo(a) Senhor(a)

No âmbito da dissertação de Mestrado que estou a realizar na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra estudo algumas actividades pedagógicas destinadas a alunos do **1.º Ciclo do Ensino Básico**.

Com tal estudo pretendo conhecer a opinião de várias pessoas ligadas à educação sobre essas actividades, pelo que solicito a sua colaboração, a qual se traduz na resposta ao presente questionário.

Não havendo respostas certas nem erradas, peço-lhe que dê a sua opinião sincera, na certeza de que ela será mantida confidencial e só servirá para os fins científicos que referi.

Agradeço, desde já, a sua disponibilidade.

Joana Oliveira

Identificação:

A **escola** em que lecciona é: Pública Privada

Sexo: Feminino Masculino **Idade:** _____ anos

Habilitação Literária: Bacharelato Licenciatura Mestrado Outro: _____

Tempo de serviço: _____ anos **Situação profissional:** QA QZP Contratado

Instruções:

Suponha que, como professor(a), lhe pediam **opinião** sobre **cinco actividades pedagógicas** destinadas a alunos do **1.º Ciclo do Ensino Básico**.

Para tanto, **proceda da seguinte maneira:**

- **Assinale**, com uma cruz (X), a sua posição em relação aos **quatro passos** que concretizam cada uma das actividades;

- **Justifique** brevemente a sua posição.

ACTIVIDADE 1: A minha casa

Passo 1 – Cada criança, com apoio de familiares, usa uma ficha para fazer o levantamento:

- do tipo de casa em que vive;
- das dependências dessa casa;
- das mobílias e equipamentos existentes nessa casa.

Passo 2 – Cada criança, a partir dos dados recolhidos, reconstitui a sua casa num desenho e, de seguida, descreve-a à turma.

Passo 3 – Colaborativamente, as crianças afixam os desenhos que realizaram no placard do átrio da escola destinado a exposições temporárias.

Passo 4 – Colaborativamente, as crianças afixam esses desenhos no “Blogue de turma”, de acesso livre.

A sua opinião:	Passo 1	Passo 2	Passo 3	Passo 4
Concordo com este passo da actividade.				
Não concordo nem discordo com este passo da actividade.				
Discordo deste passo da actividade.				

Justificação da opinião:

ACTIVIDADE 2: A minha família

Passo 1 – Numa estrutura de árvore genealógica, cada criança, com apoio de familiares:

- cola, nos espaços adequados, fotografias das pessoas que constituem a sua família;
- escreve os respectivos nomes;
- escreve o parentesco que a liga a elas;

Passo 2 – Cada criança apresenta a sua família aos colegas e ao professor/a

Passo 3 – Colaborativamente, as crianças afixam as diversas árvores genealógicas no placard do átrio da escola destinado a exposições temporárias.

Passo 4 – Colaborativamente, as crianças afixam as mesmas árvores genealógicas no “Blogue de turma”, de acesso livre.

A sua opinião:	Passo 1	Passo 2	Passo 3	Passo 4
Concordo com este passo da actividade.				
Não concordo nem discordo com este passo da actividade.				
Discordo deste passo da actividade.				

Justificação da opinião:

ACTIVIDADE 3: A minha saúde

Passo 1 – Cada criança, com apoio de familiares, recolhe informações que lhes permite preencher a sua “Ficha clínica”, onde deve constar:

- as vacinas que lhe foram dadas;
- a regularidade das suas idas ao médico;
- as doenças que tem ou tenha tido.

Passo 2 – Em pequenos grupos, as crianças apresentam a sua “Ficha clínica” a um Médico de Família que se deslocou à turma.

Passo 3 – Colaborativamente, as crianças afixam a sua “Ficha Clínica” no placard do átrio da escola destinado a exposições temporárias.

Passo 4 – Colaborativamente, as crianças afixam essas “Fichas” no “Blogue de turma”, de acesso livre.

A sua opinião:	Passo 1	Passo 2	Passo 3	Passo 4
Concordo com este passo da actividade.				
Não concordo nem discordo com este passo da actividade.				
Discordo deste passo da actividade.				

Justificação da opinião:

ACTIVIDADE 4: O meu corpo

Passo 1 – As crianças, com a ajuda de familiares, recolhem fotografias tiradas em diversas fases da sua vida.

Passo 2 – As crianças, trabalhando em pequenos grupos, registam numa ficha as modificações que o seu corpo sofreu até ao presente e, de seguida, apresentam essas modificações à turma.

Passo 3 – Colaborativamente, as crianças afixam as fichas que realizaram no placard do átrio da escola destinado a exposições temporárias.

Passo 4 – Colaborativamente, as crianças afixam essas fichas no “Blogue de turma”, de acesso livre.

A sua opinião:	Passo 1	Passo 2	Passo 3	Passo 4
Concordo com este passo da actividade.				
Não concordo nem discordo com este passo da actividade.				
Discordo deste passo da actividade.				

Justificação da opinião:

ACTIVIDADE 5: Os meus sentimentos

Passo 1 – Cada criança destaca um acontecimento marcante da sua vida e, a seguir, sublinha, numa “lista de sentimentos” fornecida pelo(a) professor(a), os sentimentos que associa a tal acontecimento.

Passo 2 – Cada criança escreve uma página no “Diário da turma” que terá por título: “Os meus sentimentos”. De seguida, apresenta o resultado da sua reflexão à turma.

Passo 3 – Colaborativamente, as crianças afixam as fichas que realizaram no placard do átrio da escola destinado a exposições temporárias.

Passo 4 – Colaborativamente, as crianças afixam essas fichas no “Blogue de turma”, de acesso livre.

A sua opinião:	Passo 1	Passo 2	Passo 3	Passo 4
Concordo com este passo da actividade.				
Não concordo nem discordo com este passo da actividade.				
Discordo deste passo da actividade.				

Justificação da opinião:

Querendo, poderá acrescentar mais alguma coisa sobre as actividades acima apresentadas:

Muito obrigada pela sua colaboração.



Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Mestrado em Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores

Questionário para pais/encarregados de educação

Ex.mo(a) Senhor(a)

No âmbito da dissertação de Mestrado que estou a realizar na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra estudo algumas actividades pedagógicas destinadas a alunos do **1.º Ciclo do Ensino Básico**.

Com tal estudo pretendo conhecer a opinião de várias pessoas ligadas à educação sobre essas actividades, pelo que solicito a sua colaboração, a qual se traduz na resposta ao presente questionário.

Não havendo respostas certas nem erradas, peço-lhe que dê a sua opinião sincera, na certeza de que ela será mantida confidencial e só servirá para os fins científicos que referi.

Agradeço, desde já, a sua disponibilidade.

Joana Oliveira

Identificação:

Sexo: Feminino Masculino **Idade:** _____ anos

Habilitação Literária: Ensino Básico Ensino Secundário Ensino Superior

A **escola** que o seu educando/a frequenta é: Pública Privada

Instruções:

Suponha que, como encarregado(a) de educação, lhe pediam **opinião** sobre **cinco actividades pedagógicas** destinadas a alunos do **1.º Ciclo do Ensino Básico**.

Para tanto, **proceda da seguinte maneira:**

- **Assinale**, com uma cruz (**X**), a sua posição em relação aos **quatro passos** que concretizam cada uma das actividades;
- **Justifique** brevemente a sua posição.

ACTIVIDADE 1: A minha casa

Passo 1 – Cada criança, com apoio de familiares, usa uma ficha para fazer o levantamento:

- do tipo de casa em que vive;
- das dependências dessa casa;
- das mobílias e equipamentos existentes nessa casa.

Passo 2 – Cada criança, a partir dos dados recolhidos, reconstitui a sua casa num desenho e, de seguida, descreve-a à turma.

Passo 3 – Colaborativamente, as crianças afixam os desenhos que realizaram no placard do átrio da escola destinado a exposições temporárias.

Passo 4 – Colaborativamente, as crianças afixam esses desenhos no “Blogue de turma”, de acesso livre.

A sua opinião:	Passo 1	Passo 2	Passo 3	Passo 4
Concordo com este passo da actividade.				
Não concordo nem discordo com este passo da actividade.				
Discordo deste passo da actividade.				

Justificação da opinião:

ACTIVIDADE 2: A minha família

Passo 1 – Numa estrutura de árvore genealógica, cada criança, com apoio de familiares:

- cola, nos espaços adequados, fotografias das pessoas que constituem a sua família;
- escreve os respectivos nomes;
- escreve o parentesco que a liga a elas;

Passo 2 – Cada criança apresenta a sua família aos colegas e ao professor/a

Passo 3 – Colaborativamente, as crianças afixam as diversas árvores genealógicas no placard do átrio da escola destinado a exposições temporárias.

Passo 4 – Colaborativamente, as crianças afixam as mesmas árvores genealógicas no “Blogue de turma”, de acesso livre.

A sua opinião:	Passo 1	Passo 2	Passo 3	Passo 4
Concordo com este passo da actividade.				
Não concordo nem discordo com este passo da actividade.				
Discordo deste passo da actividade.				

Justificação da opinião:

ACTIVIDADE 3: A minha saúde

Passo 1 – Cada criança, com apoio de familiares, recolhe informações que lhes permite preencher a sua “Ficha clínica”, onde deve constar:

- as vacinas que lhe foram dadas;
- a regularidade das suas idas ao médico;
- as doenças que tem ou tenha tido.

Passo 2 – Em pequenos grupos, as crianças apresentam a sua “Ficha clínica” a um Médico de Família que se deslocou à turma.

Passo 3 – Colaborativamente, as crianças afixam a sua “Ficha Clínica” no placard do átrio da escola destinado a exposições temporárias.

Passo 4 – Colaborativamente, as crianças afixam essas “Fichas” no “Blogue de turma”, de acesso livre.

A sua opinião:	Passo 1	Passo 2	Passo 3	Passo 4
Concordo com este passo da actividade.				
Não concordo nem discordo com este passo da actividade.				
Discordo deste passo da actividade.				

Justificação da opinião:

ACTIVIDADE 4: O meu corpo

Passo 1 – As crianças, com a ajuda de familiares, recolhem fotografias tiradas em diversas fases da sua vida.

Passo 2 – As crianças, trabalhando em pequenos grupos, registam numa ficha as modificações que o seu corpo sofreu até ao presente e, de seguida, apresentam essas modificações à turma.

Passo 3 – Colaborativamente, as crianças afixam as fichas que realizaram no placard do átrio da escola destinado a exposições temporárias.

Passo 4 – Colaborativamente, as crianças afixam essas fichas no “Blogue de turma”, de acesso livre.

A sua opinião:	Passo 1	Passo 2	Passo 3	Passo 4
Concordo com este passo da actividade.				
Não concordo nem discordo com este passo da actividade.				
Discordo deste passo da actividade.				

Justificação da opinião:

ACTIVIDADE 5: Os meus sentimentos

Passo 1 – Cada criança destaca um acontecimento marcante da sua vida e, a seguir, sublinha, numa “lista de sentimentos” fornecida pelo(a) professor(a), os sentimentos que associa a tal acontecimento.

Passo 2 – Cada criança escreve uma página no “Diário da turma” que terá por título: “Os meus sentimentos”. De seguida, apresenta o resultado da sua reflexão à turma.

Passo 3 – Colaborativamente, as crianças afixam as fichas que realizaram no placard do átrio da escola destinado a exposições temporárias.

Passo 4 – Colaborativamente, as crianças afixam essas fichas no “Blogue de turma”, de acesso livre.

A sua opinião:	Passo 1	Passo 2	Passo 3	Passo 4
Concordo com este passo da actividade.				
Não concordo nem discordo com este passo da actividade.				
Discordo deste passo da actividade.				

Justificação da opinião:

Querendo, poderá acrescentar mais alguma coisa sobre as actividades acima apresentadas:

Muito obrigada pela sua colaboração.